

GOVERNO DO ESTADO



# **MENSAGEM DE 1998 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

---

**RELATO DAS PRINCIPAIS  
AÇÕES E PROGRAMAS DE 1997**



***MENSAGEM DE 1998  
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA***

**RELATO DAS PRINCIPAIS  
AÇÕES E PROGRAMAS DE 1997**

**CURITIBA**

**1998**

## **TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1997**

GOVERNADOR DO ESTADO

*JAIME LERNER*

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

*EMILIA DE SALLES BELINATI*

SECRETÁRIOS DE ESTADO

ADMINISTRAÇÃO

*REINHOLD STEPHANES JÚNIOR*

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

*HERMAS EURIDES BRANDÃO*

CASA CIVIL

*GIOVANI GIONÉDIS*

*RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO*

CASA MILITAR

*LUIZ ANTONIO BORGES VIEIRA*

CHEFIA DE GABINETE DO GOVERNADOR

*GERSON GUELMANN*

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

*ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO*

COMUNICAÇÃO SOCIAL

*JAIME TADEU LECHINSKI*

CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

*FANI LERNER*

CULTURA

*EDUARDO ROCHA VIRMOND*

DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

*SEGISMUNDO MORGENSTERN*

DESENVOLVIMENTO URBANO

*LUBOMIR ANTONIO FICINSKI DUNIN*

EDUCAÇÃO

*RAMIRO WAHRHAFTIG*

EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

*JONI PAULO VARISCO*

ESPORTE E TURISMO

*OSVALDO LUIZ MAGALHÃES DOS SANTOS*

FAZENDA

*MIGUEL SALOMÃO*

*GIOVANI GIONÉDIS*

GOVERNO

*GIOVANI GIONÉDIS*

*RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO*

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

*NELSON ROBERTO PLÁCIDO E SILVA JUSTUS*

JUSTIÇA E CIDADANIA

*EDSON LUIZ VIDAL PINTO*

MEIO AMBIENTE

*HITOSHI NAKAMURA*

OBRAS PÚBLICAS

*HITOSHI NAKAMURA*

*AUGUSTO CANTO NETO*

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

*JOÃO ELIAS DE OLIVEIRA*

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

*LUBOMIR ANTONIO FICINSKI DUNIN*

*RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO*

*MIGUEL SALOMÃO*

POLÍTICA HABITACIONAL - COHAPAR

*RAFAEL BERNARDO DELY*

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

*LUIZ CARLOS CALDAS*

SAÚDE

*ARMANDO MARTINHO BARDOU RAGGIO*

SEGURANÇA PÚBLICA

*CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA*

TRANSPORTES

*DENI LINEU SCHWARTZ*

*HEINZ GEORG HERWIG*

**MENSAGEM DO GOVERNADOR  
JAIME LERNER AO LEGISLATIVO ESTADUAL**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA,  
SENHORES DEPUTADOS ESTADUAIS,  
POVO DO PARANÁ, REPRESENTADO, NESTA CASA DE LEIS,

Ao iniciar-se mais um período legislativo, de conformidade com os preceitos da Constituição Estadual, vimos com grata satisfação até esta casa apresentar o relatório das principais ações e projetos executados pelo Governo no ano de 1997.

Nesta ocasião, em que se conclui o terceiro ano de atividades governamentais, destacamos inicialmente o excelente ambiente de trabalho e cooperação que tivemos entre a equipe de governo e o funcionalismo estadual, bem como a harmonia nas relações com os poderes Legislativo e Judiciário.

O projeto de transformação da economia e sociedade paranaenses que o nosso governo esboçou há três anos adquiriu contornos nítidos neste período, e já podemos todos constatar que a transformação econômica prometida para o Estado é uma agradável realidade.

O esforço estratégico realizado pelo Governo na atração de investimentos industriais teve como resposta um incremento expressivo do número e da qualidade de novas indústrias que procuram se instalar no Paraná. São mais de 600 empresas de diferentes portes e setores de atividade, num total de investimentos de cerca de R\$ 14 bilhões e com uma estimativa de geração de empregos de cerca de 480 mil. E, o que é fundamental, esses investimentos se distribuem por todas as regiões do Estado, interiorizando o desenvolvimento e as oportunidades a todos os paranaenses.

Como sabem os senhores, esta política de atração de investimentos estratégicos transcenderá em muito este e os próximos períodos de governo, já que altera definitivamente o perfil da economia do Estado, elevando-a a um novo patamar qualitativo e quantitativo em relação à economia nacional e de estados vizinhos. Esses investimentos estão fazendo o Estado superar seu perfil produtivo marcadamente assentado na agricultura e estabelecer novas e modernas bases de produção e de geração de empregos e renda, criando e expandindo no futuro as fontes de receita do Estado.

Com a mesma visão estratégica, esta gestão está dando continuidade a outras obras de importância para o futuro econômico do

Estado, renegando a velha política de interromper obras fundamentais de gestões anteriores. Referimo-nos a obras como as pontes de Guaíra e de Porto Camargo, obras inacabadas do governo federal que nossa administração decidiu concluir.

Ainda na área de infra-estrutura, neste último ano, foi concluída a fase de concessão das rodovias, repartindo-se com a iniciativa privada a tarefa de melhorar nossa malha de estradas, duplicando trechos, recuperando pavimentos e acostamentos, criando mais segurança. É o maior programa de concessão de rodovias do País, que está transformando nossas estradas no maior canteiro de obras do Brasil. Da mesma forma, com relação aos portos de Paranaguá e Antonina, graças ao Programa de Concessão e Terceirização das Atividades Portuárias, o total dos investimentos público e privado deverá atingir R\$ 210 milhões até o final de 1999, quando deverão estar concluídos os projetos em andamento; teremos então, um porto mais eficiente e competitivo, com custos menores, criando melhores condições de exportação para os nossos produtos.

Em 1997, demos continuidade também às obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, com capacidade de 1.240 MW, já tendo sido realizado 70% do total do empreendimento, e iniciamos os estudos de impacto ambiental de mais quatro usinas na bacia do rio Tibagi (Jataizinho, Cebolão, São Jerônimo e Mauá), que, juntas, terão potência instalada total de cerca de 1.000 MW. Além disso, a Copel passou a ter participação na geração de energia elétrica em outros estados, como na usina de Machadinho, em Santa Catarina, com potência de 1.040 MW, e na de Dona Francisca, no Rio Grande do Sul, com potência de 122 MW.

Dentre as ações de 1997, não poderíamos deixar de citar os primeiros Jogos Mundiais da Natureza. Como se sabe, o turismo é hoje uma das maiores fontes de renda e emprego, e o Paraná possui uma das mais belas atrações turísticas do mundo, que não estava sendo adequadamente aproveitada. Com o evento dos jogos, queremos despertar o interesse para as possibilidades que o Estado oferece, não apenas para Foz do Iguaçu ou para a Costa-Oeste, mas para as várias outras potencialidades turísticas que temos e que estão à espera de ser adequadamente exploradas, tanto pelo turismo externo como pelo interno. Essas, senhores, são algumas das ações sobre as quais nos debruçamos durante o ano que passou, e para as quais este governo dedicou grande parte de sua energia. São alguns aspectos que dizem respeito ao dia-a-dia da economia, porém os aspectos sociais e ambientais que envolvem a sociedade são tão importantes quanto os econômicos; e nós não nos descuidamos deles.

Assim, senhores, é com imensa satisfação e orgulho que, neste relato, posso comunicar-lhes que graças às medidas adotadas neste governo obtivemos nos últimos três anos a significativa redução de 28% na taxa de mortalidade infantil que existia no Paraná, passando de 28,3 por mil nascidos vivos, em 1994, para 20,5 em 1996. Com relação à mortalidade materna, a queda foi de 24%, passando de 104,5 para cada 100 mil nascidos vivos para 78,8, o que nos coloca, neste último aspecto, no mesmo nível das nações mais desenvolvidas.

É igualmente gratificante comunicar-lhes que, em 1997, alcançamos a construção de 82 vilas rurais, beneficiando 3 mil famílias de bóias-frias. Além da moradia, essas famílias têm recebido apoio técnico e econômico para produzir em seus lotes de terra, e grande parte delas está conseguindo extrair renda dessa produção e garantindo o consumo próprio. Temos ainda outras 62 vilas em implantação e muito mais poderemos fazer a partir da liberação de recursos do programa Paraná 12 Meses. Nas cidades, foram construídas 8.915 moradias por todo o Estado, beneficiando mais de 53.500 pessoas.

No que diz respeito ao meio ambiente, além da efetivação de 11 parques, foi estabelecido convênio com o banco alemão KFW para ações de preservação da Mata Atlântica, com o Programa de Proteção da Floresta Atlântica, no valor de US\$ 20 milhões; destes, US\$ 13 milhões serão doados por aquela entidade.

Foram também iniciados os estudos para a construção de uma usina térmica à base de gás combustível, com capacidade de 444 MW, a ser instalada no município de Araucária, e de uma usina à energia eólica, com capacidade de 12,5 MW, a ser instalada no município de Palmas, por serem opções que se enquadram na perspectiva ecológica deste governo.

No ano de 1998, o Governo irá trabalhar para consolidar, em definitivo, esta nova fisionomia do Estado. E, em 1998, será também a vez do homem do campo. Os obstáculos políticos enfrentados pelo Estado nos dois últimos anos para a aprovação de projetos estratégicos para o povo do Paraná no Senado Federal foram finalmente superados pela determinação das lideranças do Estado. Os investimentos dos programas Paraná 12 Meses (US\$ 175 milhões do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - Bird), Projeto de Saneamento Ambiental - Paranasan (23 bilhões, 686 milhões de reais da Overseas Economic Cooperation Fund - OECF) e Programa de Modernização do Ensino Médio - Proem (US\$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) irão consolidar as transformações pretendidas, principalmente aquelas para as áreas social e rural.

O Paraná 12 Meses está destinado a apoiar o desenvolvimento e a superação das pequenas economias do setor agrícola, ao mesmo tempo que prevê a preservação de nosso solo e a modernização de unidades produtivas, preparando-as para o acirramento da concorrência dentro da realidade do Mercosul. O Paranasan irá promover a despoluição de mananciais e ampliar a rede de esgotamento sanitário, visando diminuir a mortalidade infantil na Região Metropolitana e no Litoral. E o Proem deverá assegurar a universalização da escola fundamental e média, promovendo um avanço de qualidade no processo ensino-aprendizagem e estabelecendo um novo paradigma de gestão educacional.

Apesar de entraves como o bloqueio político aos recursos dos referidos programas no Senado e a perda de receita do ICMS decorrente da Lei Kandir, ainda assim temos honrado todos os nossos compromissos essenciais. Não apenas cumprimos com o pagamento do salário do funcionalismo sem nenhum atraso e conseguimos corrigir antiga distorção com o pessoal de nível universitário, como também avançamos um pouco mais na correção salarial dos professores. Criamos também um plano de carreira para o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) – histórica reivindicação daquela brilhante instituição de pesquisa –, que pode ser tomado como reconhecimento do muito que tem contribuído para a agropecuária do Estado. Da mesma forma, o fizemos com relação às instituições de ensino superior de responsabilidade do Estado; um plano de carreira foi estabelecido para o magistério e para o pessoal técnico-administrativo daquelas instituições, incentivando a qualificação profissional, a dedicação exclusiva e o regime de tempo integral. Com essas medidas, buscamos elevar o nível de nossas escolas. Mesmo os programas bloqueados por motivos políticos, se não pudemos implementá-los em sua totalidade como queríamos, por serem programas extremamente necessários, significativos montantes de recursos do Tesouro Estadual foram a eles destinados.

Sr. Presidente  
Srs. Deputados

Relatamos aqui algumas das ações realizadas pelo Executivo no ano que passou. Demos destaque para algumas delas. No entanto, inúmeras outras são merecedoras do vosso conhecimento, e Vossas Excelências poderão ter acesso a elas através do relatório que ora vos entrego.

Uma nova legislatura se inicia. Novos desafios se nos impõem. Que Deus ilumine nossos passos nesta senda e nos ajude a tomar as medidas mais justas e que mais beneficiem aqueles com os quais temos a maior responsabilidade: o povo deste Estado.

**UM BOM TRABALHO PARA TODOS!**

Curitiba, fevereiro de 1998.

**JAIME LERNER**  
Governador do Estado do Paraná

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I - ESTRATÉGIAS DE GOVERNO</b> .....	1
1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO.....	3
2 DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	5
3 GESTÃO PÚBLICA.....	7
4 INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA.....	9
<b>CAPÍTULO II - PROJETOS E AÇÕES NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO</b> .....	11
1 PARANÁ 12 MESES.....	13
1.1 PÓLOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	13
1.2 APOIO AO DESENVOLVIMENTO PECUÁRIO.....	14
1.3 UNIVERSIDADE DO CAMPO.....	15
1.4 APOIO À PEQUENA PROPRIEDADE.....	16
1.5 EDUCAÇÃO RURAL E PROFISSIONALIZAÇÃO.....	17
1.6 MELHORIA DA COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA.....	17
1.7 VILAS RURAIS.....	18
1.8 MANEJO ADEQUADO DE RECURSOS NATURAIS.....	19
1.9 PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PADRÃO QUALIDADE PARANÁ.....	19
1.10 AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SEAB.....	20
1.11 SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ.....	22
2 PARANÁ AMBIENTAL.....	23
2.1 PROJETO CAMINHOS DO MAR.....	23
2.2 PROJETO VILA VELHA - GUARTELÁ.....	25
2.3 CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PIÁS AMBIENTAIS....	25
2.4 CONSERVAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE FUNDOS DE VALE ...	25
2.5 PROJETO BAÍA LIMPA.....	25
2.6 EVENTOS CULTURAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	25
2.7 PROJETO COSTA-OESTE.....	27
2.8 ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL.....	27
2.9 ATIVIDADES DE CONTROLE AMBIENTAL.....	28
2.10 ATIVIDADES DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE.....	29
2.10.1 Conservação e Recomposição de Fundos de Vale/Matas Ciliares.....	29
2.10.2 Flora e Fauna/Conservação da Biodiversidade.....	29
2.11 ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO....	29



2.12 FLORESTA ATLÂNTICA .....	30	5.3 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - RMC .....	50
2.13 ICMS ECOLÓGICO/UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	30	5.3.1 Programa de Saneamento Ambiental para a Região Metropolitana de Curitiba - Prosam .....	51
2.14 RECURSOS HÍDRICOS .....	31	5.3.2 Estruturação Física da Região Metropolitana de Curitiba .....	53
2.15 SANEAMENTO AMBIENTAL .....	32	5.3.3 Preservação e Recuperação de Áreas Verdes .....	55
2.16 QUALIDADE DO AR .....	32	5.3.4 Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da Região Metropolitana de Curitiba .....	57
2.17 PADRÕES DE QUALIDADE /AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS ...	33	6 PARANÁ MINERAL .....	61
2.18 AVALIAÇÃO E PROTEÇÃO DA ICTIOFAUNA .....	33	7 PARANÁ + SANEAMENTO .....	63
2.19 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS .....	34	7.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO .....	63
3 PARANÁ + EMPREGO .....	35	7.2 SANEAMENTO RURAL .....	66
3.1 APOIO AO INVESTIMENTO PRODUTIVO .....	35	7.3 SANEAMENTO AMBIENTAL .....	66
3.1.1 Enquadramento de Empresas nos Incentivos Fiscais de Dilação de Recolhimento de ICMS .....	35	7.4 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO .....	67
3.1.2 Barracões Industriais .....	36	8 PARANÁ + TECNOLOGIA .....	69
3.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA PARANAENSE .....	36	8.1 PROJETO TELEMÁTICA - INTRANET PARANÁ .....	69
3.3 SISTEMA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA - SIPRI .....	37	8.1.1 Subprojetos do Projeto Telemática .....	69
3.4 FEIRAS .....	37	8.1.2 Projetos Realizados em Parcerias .....	70
3.5 INFORMAÇÕES E ESTUDOS ESTRATÉGICOS PARA A INDÚSTRIA E COMÉRCIO .....	38	8.2 PRÊMIO PARANAENSE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA .....	71
3.6 CONVÊNIOS REALIZADOS PELA SEID EM 1997 .....	39	8.3 PROGRAMA DE APOIO AO APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DO SEGUNDO GRAU EM MATEMÁTICA E CIÊNCIAS - PRÓ-CIÊNCIAS .....	71
3.7 CÂMARAS SETORIAIS .....	40	8.4 PROGRAMA DE APOIO AO PLANO SUL DE PÓS-GRADUAÇÃO - PPG - SUL .....	72
3.8 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO .....	41	8.5 PRODUÇÃO DE VACINAS E SERVIÇOS .....	72
3.8.1 Operacionalização do Seguro-Desemprego .....	41	8.6 ANIMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO .....	73
3.8.2 Pesquisas e Geração de Informações na Área do Trabalho ..	41	8.7 CENTRO DE BIOTECNOLOGIA .....	73
3.8.3 Geração de Emprego e Renda .....	42	8.8 INCUBADORA DE ALTA TECNOLOGIA .....	74
3.8.4 Estímulo às Atividades Geradoras de Emprego .....	42	8.9 FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA ...	74
3.8.5 Intermediação de Mão-de-Obra .....	43	8.10 ACORDOS DE COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA .....	74
3.8.6 Formação e Qualificação Profissional .....	43	8.11 QUALIFICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR .....	75
4 PARANÁ + ENERGIA .....	45	8.11.1 Ações Centralizadas .....	75
4.1 LIG-LUZ RURAL .....	45	8.11.2 Ações Descentralizadas .....	76
4.2 LIG-LUZ URBANO .....	45	9 PARANÁ + TRANSPORTE .....	81
4.3 GERAÇÃO DE ENERGIA .....	46	9.1 TRANSPORTE RODOVIÁRIO .....	81
4.4 ENERGIA ALTERNATIVA .....	46	9.1.1 Concessão de Rodovias .....	81
4.4.1 Energia Solar .....	46	9.1.2 Construção de Rodovias .....	82
4.4.2 Energia Eólica .....	46	9.1.3 Estradas Rurais – Caminhos da Educação e da Produção ...	83
4.5 TRANSMISSÃO DE ENERGIA .....	47	9.1.4 Conservação de Rodovias .....	83
4.6 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA .....	47	9.1.5 Apoio Rodoviário aos Municípios .....	84
4.7 PROGRAMA LUZ COM DESCONTO .....	48	9.1.6 Movimentação de Veículos e Passageiros .....	84
4.8 OUTRAS AÇÕES NA ÁREA DE ENERGIA .....	48	9.2 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO .....	85
5 IDÉIAS-FORÇA EM CADA REGIÃO .....	49	9.3 INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA .....	85
5.1 CENTRO DE DESIGN .....	49		
5.2 UNIVERSIDADE DAS AMÉRICAS .....	49		

9.4 FERROESTE.....	86	2.2 FEIRA DE LIVROS.....	107
9.5 PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES .....	87	2.3 ELEIÇÃO DE DIRETORES .....	108
9.6 ATIVIDADES PORTUÁRIAS.....	88	2.4 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE .....	108
10 PARANÁ + TURISMO .....	91	2.5 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	108
10.1 PROJETO COSTA-OESTE.....	91	2.6 CORREÇÃO DE FLUXO IDADE/SÉRIE .....	108
10.2 OBRAS E REFORMAS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA .....	91	2.7 ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	109
10.3 DIVULGAÇÃO DO TURISMO PARANAENSE.....	92	2.8 APRENDIZ DO FUTURO .....	109
10.3.1 Eventos Realizados pela Paraná Turismo .....	92	2.9 EVOLUÇÃO SALARIAL.....	110
10.3.2 Participação em Eventos Nacionais e Internacionais .....	92	2.10 OUTROS PROGRAMAS DA SEED .....	110
10.3.3 Produção de Material Técnico Promocional.....	92	2.11 PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA FUNDEPAR..	111
11 PARANÁ URBANO.....	93	2.11.1 Melhoria e Expansão da Oferta.....	111
11.1 SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE.....	93	2.11.2 Infra-estrutura e Apoio Logístico à Rede Escolar .....	111
11.2 IMPLÊMENTAÇÃO DO SUBPROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA PARANÁ URBANO.....	95	3 PARANÁ + ESPORTES .....	115
11.3 AÇÕES DESENVOLVIDAS DIRETAMENTE PELA SEDU .....	97	3.1 PROJETO JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA .....	115
11.3.1 O Projeto PNUD - Ações Estratégicas para Apoio ao Desenvolvimento Urbano .....	97	3.2 JOGOS ABERTOS DO PARANÁ .....	115
11.3.2 Aspectos Administrativos Gerais .....	97	3.3 JOGOS DA JUVENTUDE DO PARANÁ .....	115
11.3.3 Execução Orçamentária e Financeira.....	98	3.4 PARANÁ BEACH FESTIVAL .....	116
<b>CAPÍTULO III - PROJETOS E AÇÕES NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO .....</b>	101	3.5 APOIO A MUNICÍPIOS .....	116
1 PARANÁ + CULTURA.....	103	3.6 PROJETO LAZER EM AÇÃO .....	116
1.1 BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ.....	103	3.7 PROJETO JOGOS PARA INTEGRAÇÃO DO IDOSO .....	116
1.2 CANAL PARANÁ .....	103	3.8 JOGOS ABERTOS BRASILEIROS .....	116
1.3 TVE.....	103	3.9 III JOGOS DA JUVENTUDE DO BRASIL .....	117
1.4 CANAL DA MÚSICA.....	104	3.10 APOIO A EVENTOS DE FEDERAÇÕES ESPORTIVAS E TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES.....	117
1.5 CENTRO DE ESTUDOS DE MÚSICA DE LONDRINA.....	104	3.11 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADES.....	117
1.6 CASA ANDRADE MURICY.....	104	3.12 DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA EVENTOS .....	117
1.7 CENTRO DE RESTAURO .....	104	3.13 SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESPORTE.....	117
1.8 CINEMA PARANÁ.....	104	4 CRIANÇA + FAMÍLIA.....	119
1.9 CORREIO DA MEMÓRIA - CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL DO PARANÁ .....	105	4.1 PROGRAMA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE - PROJETO CRECHE.....	121
1.10 ETNIAS PARANAENSES .....	105	4.2 PROJETO DE INTEGRAÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - PIÁ.....	122
1.11 GRANDES FESTIVAIS .....	105	4.3 PROJETO DA RUA PARA A ESCOLA .....	122
1.12 LITERATURA E EDITORAÇÃO.....	105	4.4 PROGRAMA ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (PPD) - PROJETO ENTIDADES EFICIENTES .....	123
1.13 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO .....	106	4.5 PROJETO INTEGRAÇÃO DA PPD .....	123
1.14 ARTES CÊNICAS E MUSICAIS .....	106	4.6 PROJETO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERAIS DE APOIO - SIGA.....	123
1.15 RÁDIO EDUCATIVA.....	106	4.7 PROGRAMA ATENÇÃO AO IDOSO.....	123
2 EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO .....	107	4.7.1 Projeto Morada do Sol .....	123
2.1 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS.....	107	4.7.2 Condomínio da 3ª Idade e Casa Lar .....	124

4.7.3	Auto-Sustentação/Projeto Morada do Sol e Projeto Idoso na Família .....	124	6.6	DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ .....	137
4.8	PROGRAMA ESTÍMULO AO OFÍCIO .....	124	6.7	DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - DÉPEN .....	137
4.8.1	Projeto Linha/Estação do Ofício .....	124	6.7.1	Atividades de Custódia, Segurança e Assistência Penal.....	137
4.8.2	Projeto Estação de Produção.....	124	6.8	REPAROS, MELHORIAS E OBRAS PENITENCIÁRIAS.....	139
4.9	PROGRAMA DO ARTESANATO PARANAENSE - INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DO ARTESANATO .....	125	6.9	ESCOLA PENITENCIÁRIA DO PARANÁ - ESPEN.....	139
4.10	PROGRAMA CENTRAL DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	125	6.10	PATRONATO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ - PATR.....	139
4.10.1	Projeto Supersopa .....	125	6.11	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ - FUPEN.....	140
4.10.2	Projeto Implantação de Pastifício, Panifício, Vaca Mecânica e Casa da Farinha .....	125	6.12	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - DIOE .....	140
4.11	PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NAS VILAS RURAIS .....	125	6.13	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ - JUCEPAR.....	141
4.12	PROGRAMA PROTEÇÃO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.....	126	6.14	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ - IPEM/PR.....	142
4.12.1	Projeto Atendimento Integral às Unidades Sociais Oficiais ....	126	6.14.1	Serviços Metrológicos .....	142
4.12.2	Projeto Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator - Ciaadi .....	126	6.14.2	Qualidade Industrial.....	142
4.12.3	Projeto Casas Lares.....	127	6.14.3	Gestão de Recursos Humanos.....	142
4.12.4	Projeto Casa de Semi-Liberdade.....	127	6.14.4	Convênio Firmado entre Ipem, UEL e Itedes .....	143
4.12.5	Projeto Centro de Internação e Reeducação .....	128	6.14.5	Sistema de Gestão da Qualidade .....	143
4.13	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA .....	128	6.14.6	Laboratório Metrológico de Massa em Curitiba .....	143
4.14	CONSELHO ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS.....	129	6.14.7	Laboratório Metrológico de Grandes Massas em Maringá....	143
5	PARANÁ + HABITAÇÃO .....	131	6.14.8	Reforma e Ampliação da Infra-Estrutura Física .....	144
5.1	HABITAÇÃO RURAL - VILAS RURAIS .....	131	6.14.9	Sistema de Informática .....	144
5.2	HABITAÇÃO URBANA - CASA FELIZ.....	131	6.14.10	Projeto Ipem 30 Anos.....	144
5.2.1	Apartamentos.....	132	7	PARANÁ + SAÚDE.....	145
5.3	RUA DE OFÍCIOS .....	132	7.1	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.....	145
5.4	CASA DA FAMÍLIA .....	132	7.2	MUNICÍPIO SAUDÁVEL .....	145
5.5	CASA DA GUARDA.....	132	7.3	PARANÁ MAIS SAÚDE BUCAL.....	146
5.6	MORADA DO MESTRE.....	132	7.4	PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER GINECOLÓGICO ....	146
5.7	CENTRO DE CONVIVÊNCIA.....	133	7.5	PREVENÇÃO E CONTROLE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL .....	147
5.8	CASA LAR DO IDOSO.....	133	7.6	PROTEGENDO A VIDA.....	147
6	PARANÁ + JUSTIÇA.....	135	7.7	SAÚDE DA FAMÍLIA .....	148
6.1	CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO - COPEN.....	135	7.8	SAÚDE DO TRABALHADOR.....	148
6.2	CONSELHO ESTADUAL DA MULHER DO PARANÁ.....	135	7.9	SISTEMA INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA AO TRAUMA EM EMERGÊNCIA (SIATE) .....	149
6.3	CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES - CONEN .....	135	7.10	ACREDITAÇÃO DOS HOSPITAIS NO PARANÁ .....	150
6.4	COORDENAÇÃO DOS DIREITOS DA CIDADANIA - CODIC .....	136	7.11	CENTRAL DE LEITOS E CONSULTAS.....	150
6.5	COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON .....	136	7.12	CENTRAL DE TRANSPLANTES .....	150
			7.13	CÓDIGO DE SAÚDE.....	150
			7.14	CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE.....	150
			7.15	FARMÁCIA BÁSICA PARANAENSE.....	151
			7.16	FARMÁCIA ESPECIAL .....	151
			7.17	HEMORREDE PÚBLICA .....	152

7.18	PARANÁ URBANO NO ÂMBITO DA SAÚDE .....	152	2.4	SISTEMA DE REALIZAÇÕES DO GOVERNO (SRG) .....	187
7.19	PRODUÇÃO E PESQUISA DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS .....	152	3	QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA .....	189
7.20	REDE DE HOSPITAIS COMUNITÁRIOS .....	153	3.1	EFICIÊNCIA DO MODELO ESTRUTURAL .....	189
7.21	REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE – OBRAS E CONVÊNIOS .....	153	3.2	PROFISSIONALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	197
7.22	REFORÇO À REORGANIZAÇÃO DO SUS - REFORSUS .....	153	4	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL .....	199
7.23	SAÚDE MENTAL .....	154	4.1	CENTRO DE GESTÃO DE PROGRAMAS (CGP) .....	199
7.24	SISTEMA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE .....	154	4.2	CENTRO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL/ESCRITÓRIO BRASIL - CHINA (CCI/EBC) .....	200
8	PARANÁ + SEGURANÇA .....	155	4.3	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL (CPN) .....	202
8.1	POLÍCIA CIVIL .....	155	4.4	CENTRO DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DO GOVERNO (CCPG) .....	203
8.2	POLÍCIA MILITAR .....	155	4.5	COORDENADORIA DE ESTUDOS E PROJETOS (CEP) .....	204
8.2.1	Patrulha Ambiental - Fase I .....	155			
8.2.2	Policiamento em Locais de Risco - Fase I .....	156			
8.2.3	Expansão do Siate - Fase I .....	156			
8.2.4	Paraná Novos Caminhos com Mais Segurança nas Escolas - Fase I .....	156			
8.2.5	Patrulha Metropolitana - Fase I .....	156			
8.2.6	Patrulha Rural - Fase III .....	156			
8.2.7	Sinal Verde Para a Vida - Fase I .....	156			
8.3	DETRAN .....	156			
8.3.1	Informatização de Postos de Trânsito .....	157			
8.3.2	Informatização Total das 74 Ciretrans .....	157			
8.3.3	Circulação e Sinalização Viária Urbana .....	157			
8.3.4	Construção de Circunscrições Regionais de Trânsito .....	157			
8.3.5	Outras Ações .....	157			
<b>CAPÍTULO IV - PROJETOS E AÇÕES NA ÁREA DA GESTÃO PÚBLICA .....</b>		<b>159</b>			
1	PARANÁ FISCAL .....	161			
1.1	AUMENTO DA RECEITA DO ESTADO .....	164			
1.1.1	Projeto Cobrar Bem - IPVA/ICMS .....	164			
1.1.2	Anistia do ICMS/IPVA .....	164			
1.1.3	Outras Atividades .....	165			
1.2	SERLOPAR .....	167			
1.3	PARANÁ INVESTIMENTOS S.A. ....	168			
1.4	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S.A. - EM LIQUIDAÇÃO .....	169			
1.5	BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. - BANESTADO .....	170			
2	PARANÁ + INFORMAÇÃO .....	173			
2.1	Fortalecimento Institucional das Áreas de Pesquisa e Informação Pública .....	173			
2.2	INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO .....	177			
2.3	REPRESENTAÇÃO DO CIDADÃO JUNTO AO GOVERNO .....	181			

**CAPÍTULO I**  
**ESTRATÉGIAS DE GOVERNO**

## 1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

A estratégia governamental para o Desenvolvimento Sustentado integra ações, programas e projetos nas áreas de Meio Ambiente, Saneamento, Energia, Transportes, Agricultura, Industrialização, Turismo, Desenvolvimento de Cidades, Ciência, Tecnologia e Informação.

A partir dessas tradicionais políticas setoriais, as atividades governamentais vêm se rearticulando de forma integrada às novas estratégias de gestão pública e desenvolvimento humano, buscando parcerias fortes na iniciativa privada, enquanto principal agente do desenvolvimento.

Nesse sentido, no setor primário da economia a prioridade é reforçar os ciclos produtivos, desde a pesquisa e a produção até a transformação, distribuição e comercialização, com destaque para o apoio e o incentivo à agroindustrialização.

Já, nos setores secundário e terciário, estabelece-se um crescente estímulo às cadeias produtivas locais, potencializando-se a implantação de indústrias e serviços inseridos em uma visão estratégica de Eixos Regionais de Desenvolvimento, onde a prioridade são as regiões economicamente deprimidas.

A visão do Estado, em sua estratégia macrorregional de desenvolvimento sustentado, é de estabelecer parcerias crescentes com o setor produtivo privado, de âmbito local, nacional e internacional, oferecendo-lhe ações públicas de grande credibilidade e viabilidade no que concerne à qualidade de infra-estrutura, manejo ambiental e desenvolvimento social – este com tecnologias apropriadas e sustentáveis, no domínio de sua população economicamente ativa.

Mediante projetos que ofereçam maior dinâmica aos setores produtivos já instalados tradicionalmente no Estado e introduzam novos e modernos empreendimentos, o Governo do Paraná concretizará sua proposta de transformação regional pelas mudanças em sua sistemática de gestão pública e pela qualificação crescente de sua população para o enfrentamento dos desafios no terceiro milênio.

Para dar suporte a essa estratégia, os principais programas de ação governamental concentram-se nos corredores e entrepostos de produção – com



ênfase ao complexo portuário e ferroviário –, na estruturação das cidades e na dinâmica rural, por meio dos seguintes programas:

- 1) PARANÁ 12 MESES
- 2) PARANÁ AMBIENTAL
- 3) PARANÁ+EMPREGO
- 4) PARANÁ+ENERGIA
- 5) IDÉIAS FORÇA EM CADA REGIÃO
- 6) PARANÁ MINERAL
- 7) PARANÁ+SANEAMENTO
- 8) PARANÁ+TECNOLOGIA
- 9) PARANÁ+TRANSPORTE
- 10) PARANÁ+TURISMO
- 11) PARANÁ URBANO

## 2 DESENVOLVIMENTO HUMANO

A estratégia governamental para o Desenvolvimento Humano integra ações, programas e projetos nas áreas da Saúde, Educação, Segurança, Abastecimento, Habitação, Esporte, Lazer, Cultura, Justiça/Cidadania e Criança/Família.

A rotina dessas políticas públicas vem se alterando, nos dois últimos anos, de modo a agregar-se às áreas setoriais de investimentos em infra-estrutura e de fomento econômico, dentro do trinômio Investimento/Geração de Empregos/Elevação de Renda.

A manutenção e a ampliação das empresas produtivas instaladas no Estado, bem como a atração de novos empreendimentos privados, têm se articulado com a promoção das pessoas e a qualidade de vida, dentro de uma visão onde a comunidade com menor acesso a bens e serviços adquirirá sua emancipação pelo engajamento no processo produtivo. Este, por sua vez, só crescerá na medida em que for efetiva a qualificação de segmentos massivos da sociedade, hoje ainda com pouco acesso a novas técnicas e processos de participação nos modernos setores produtivos.

Ao lado da infra-estrutura e do manejo ambiental, o Desenvolvimento Humano qualificado é o principal fator de dinamização para a economia estadual.

A estratégia estadual para o Desenvolvimento Humano, portanto, se integra às demais estratégias governamentais no projeto de transformação em curso, associando-se à gestão pública no tratamento do serviço público e ao Desenvolvimento Sustentado nos investimentos em infra-estrutura, em manejo ambiental e na atração para novos empregos e empreendimentos.

Os principais programas que servem de suporte básico ao Desenvolvimento Humano são:

- 1) PARANÁ+CULTURA
- 2) EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO
- 3) PARANÁ+ESPORTES
- 4) CRIANÇA+FAMÍLIA
- 5) PARANÁ+HABITAÇÃO

- 6) PARANÁ+JUSTIÇA
- 7) PARANÁ+SAÚDE
- 8) PARANÁ+SEGURANÇA

A maioria desses programas, ações e projetos enfatiza a preparação e qualificação das pessoas para um novo cenário produtivo, como é o caso da Linha do Ofício, Centro de Restauro, Integração Esportiva de Deficientes, Capacitação Comunitária, Estação de Produção, Formação e Reabilitação Profissional, Piá no Ofício, Formando Cidadão, Autoconstrução, Penitenciárias Industriais, entre outros.

### 3 GESTÃO PÚBLICA

Para concretizar a transformação nas políticas públicas estaduais, e de modo a equilibrar o atendimento às necessidades imediatas – de rotina – com as “estratégias de futuro”, fez-se necessário ajustar a estrutura organizacional do Estado, fundamentalmente naquilo que permitiria estabelecer parcerias entre o Poder Público e a sociedade.

Nesse sentido, foram criados mecanismos administrativos que facilitaram, estimularam e incentivaram essas parcerias, sob as formas de terceirização, concessão de serviços ou contratos de gestão, entre outras modalidades cooperativas.

Sempre entendendo a sociedade como o conjunto dos agentes produtivos – do setor privado, na economia formal – e mais agentes comunitários, organizados sob diferentes formas, mais ou menos institucionalizadas, o Governo buscou o reforço externo para essas parcerias, abrindo mecanismos de cooperação e investimentos para o Paraná que trouxeram, de outras regiões e partes do mundo, novas alternativas, as quais se somaram aos novos projetos de desenvolvimento.

Tal estratégia de gestão pública, que vem ao encontro das mudanças internacionais e que se compatibiliza com as reformas em curso no Congresso Nacional e na redefinição do Pacto Federativo, passa pelas tradicionais áreas da Administração, Fazenda, Planejamento e Coordenação Geral, Obras Públicas, Procuradoria Geral do Estado, Casa Civil e Militar, Comunicação Social e Secretaria de Governo.

A mudança de postura e de encaminhamento para os assuntos governamentais, nessas “áreas-meio” do Estado, tem requerido alteração de rotinas e procedimentos, em muitos casos exigindo adaptabilidade nas tradicionais relações entre órgãos do Governo. Esse desafio permanente, que afeta aos três poderes constituídos, tem sido vencido no dia-a-dia, com o apoio e a reciclagem permanente dos servidores públicos estaduais, em sua grande maioria engajados neste processo de mudanças e modernização administrativa.

Os principais programas, dentro desta estratégia estadual são:

- 1) PARANÁ FISCAL
- 2) PARANÁ+INFORMAÇÃO
- 3) QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA
- 4) PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL



## 4 INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA

As alterações ocorridas e em curso no cenário mundial, nestes finais de século e de milênio, exigem de todas as estruturas estatais uma renovação de paradigmas, notadamente em direção às estratégias adotadas pelo Governo do Paraná: Desenvolvimento Humano, modernas formas de Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentado.

Em nações como o Brasil, esse esforço se soma à busca pela modernidade e por um salto, tanto na apropriação de tecnologias como na questão de equidade e justiça social, mediante projetos amplos de capacitação humana e melhor distribuição de renda, fazendo com que todos, indistintamente, participem dos processos de produção e consumo de bens e serviços.

Sinalizando com esses novos caminhos, o Governo do Estado, por intermédio de seu Poder Executivo, além de agregar tais objetivos em torno de três grandes estratégias de ação, enunciadas nos itens anteriores, busca uma definição clara e localizada no seu território quanto aos modos e maneiras de atingir, no mais curto espaço de tempo, essas metas de transformação social, econômica e institucional.

Os pólos regionais de desenvolvimento, para a integração de tais estratégias, se articulam em torno de idéias básicas, como as do Anel de Integração e do Planejamento Macroeconômico.

Em ambos os casos, o objetivo é que as ações do Governo, em suas estratégias fundamentais e em seus projetos específicos, ocorram de forma simultânea, de modo a irradiar o desenvolvimento para todas as áreas do Estado, expandindo os benefícios de cada novo investimento, seja ele público ou privado.

A visão do Governo toma por base a concentração de investimentos no Anel de Integração, formado pelo polígono "Ponta Grossa - Londrina - Maringá - Cascavel - Guarapuava - Ponta Grossa", a partir do qual, eixos de irradiação, hierarquicamente concebidos, se expandem para Foz do Iguaçu, Curitiba/Paranaguá, Norte Velho, Sudoeste e assim por diante.

A prioridade é dotar o Anel de Integração com uma estrutura plena em transportes, energia, telecomunicações, entre outros, de maneira a induzir o desenvolvimento social e econômico no Estado de forma harmônica

e equilibrada, seja nas suas áreas rurais ou urbanas. Ali, estão sendo realizadas e previstas iniciativas tais como a infovia, dutos de gás natural, duplicação de rodovias, implantação de indústrias, silos e terminais multimodais de carga, portos secos, serviços públicos de apoio, entre outros, estando muitos desses projetos já concluídos e outros terão intensificadas suas implantações, uma vez que foi concluída a fase de concessão das rodovias do Anel.

Enquanto o Anel de Integração constitui a principal alavancagem endógena para o desenvolvimento estadual, as ações de planejamento macroeconômico, envolvendo estratégias de mercado, configuram-se na alavanca exógena para inserção do Paraná nos processos de globalização e competitividade mundiais.

Nesse segundo item, o Governo tem executado esforços na busca de investimentos internacionais no Estado, mantendo câmaras de cooperação e comércio com várias nações e atraindo grandes empresas e eventos para nosso território. Os avanços e resultados já obtidos, e a consolidação do processo neste último ano do atual período governamental, redesenhará com contornos muito nítidos o perfil sócio-econômico do Paraná.

## 1 PARANÁ 12 MESES

A ênfase deste programa está na busca da diversificação e aumento da produção, assim como da verticalização das cadeias produtivas, visando ao aumento de renda dos produtores e à geração de empregos no campo e nas cidades durante os 12 meses do ano. Para tanto, o manejo adequado dos recursos naturais é o instrumento por excelência. Sua execução é liderada pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e suas vinculadas – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (Ceasa/PR) e Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (Claspar). O programa é composto por 11 componentes, apresentados a seguir.

### 1.1 PÓLOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Visando ao desenvolvimento agropecuário regional, a SEAB executou dois projetos: cadeias produtivas e áreas demonstrativas.

Quanto a cadeias produtivas, procedeu-se ao estudo de 20 produtos, objetivando dispor-se de uma base de informações para referenciar políticas públicas e planejamento das organizações. Os produtos estudados foram: borracha natural, algodão, banana, carne bovina, café, erva-mate, feijão, laranja, leite, mandioca, milho, olericultura (batata), peixe, seda, carne de aves, madeira, arroz, cana-de-açúcar, trigo e carne suína. Foram elaborados dois documentos (*Agronegócio Paranaense – Estudo das Cadeias Produtivas para Prospecção de Demanda e Desenvolvimento do Agronegócio no Paraná*) contendo sugestões de ações para a melhoria do desempenho do agronegócio paranaense. Foi institucionalizado o Fórum de Desenvolvimento do Agronegócio do Paraná, reunindo as entidades públicas e privadas envolvidas com as principais cadeias produtivas do Estado. Sua coordenação ficou a cargo da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Ainda sob o enfoque de cadeias produtivas, com a finalidade de aumentar a competitividade agroindustrial, gerar empregos e promover o

desenvolvimento, a Emater-PR assistiu a 20.043 agricultores na manipulação, transformação e comercialização da produção, bem como prestou assistência técnica a produtores, abrangendo uma área de 1.987 mil hectares de lavouras e um rebanho de 2.097 mil cabeças de criações. A Codapar, por sua vez, prestou serviços de mecanização para a implantação de agroindústrias, totalizando 7.500 horas/máquina.

Quanto a áreas demonstrativas, realizou-se a instalação de 22 áreas nas diversas regiões do Paraná, selecionando-se 13 cadeias produtivas, com o intuito de demonstrar a eficiência das tecnologias de produção e/ou transformação dos produtos e da organização rural na melhoria da renda dos produtores.

Os trabalhos na área vêm sendo feitos através da união de todos os segmentos da sociedade, possibilitando a formação de parcerias entre setores governamentais, empresas privadas e instituições representativas do agronegócio paranaense. Assim, foram fundamentais a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e de Política Agrícola e a implantação das Câmaras Setoriais de Sericicultura, Bovinocultura de Corte, Suinocultura, Café, Fruticultura e Erva-Mate, bem como do Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária.

A Emater-PR trabalhou na formação e/ou assessoria de 110 conselhos municipais de desenvolvimento rural/agrícola, permitindo a participação dos representantes dos municípios na formulação e execução dos planos agrícolas rurais. Também atuou junto a 1.754 grupos de agricultores, 372 associações comunitárias, 12 cooperativas de produção agropecuária, 20 cooperativas de crédito rural e 9 colônias de pescadores.

## 1.2 APOIO AO DESENVOLVIMENTO PECUÁRIO

Com o objetivo de apoiar a adoção de tecnologias que promovam o aprimoramento genético, alimentar e sanitário dos rebanhos do Estado, a SEAB, através do Departamento de Pecuária (Depec), tem procurado atuar em parceria com municípios, cooperativas, sociedades rurais, sindicatos rurais, associações de produtores, entidades de ensino e pesquisa e empresas privadas.

Preocupada com a preservação do meio ambiente, principalmente no que se refere à qualidade das águas, e com o futuro comercial da suinocultura paranaense diante das exigências internacionais, a SEAB

realizou dois treinamentos para técnicos, dois encontros regionais e várias reuniões, visando ao manejo adequado de dejetos suínos.

Buscando a melhoria da produtividade na bovinocultura de leite, através do Projeto de Apoio à Inseminação Artificial (PIA), a Secretaria realizou inseminações em 130 mil vacas, atingindo 75 mil propriedades rurais. Também deu continuidade ao Projeto de Apoio ao Pequeno Leiteiro, beneficiando 308 produtores com a implantação/reforma de 613 ha de pastagens. Na piscicultura, concretizou-se a importação de 1.500 alevinos de tilápia, que estão sendo reproduzidos em três bancos genéticos. Quanto à bovinocultura de corte, manteve-se o apoio à produção do novilho precoce, resultando no abate de 3.265 cabeças, beneficiando 296 pecuaristas, e à implantação do programa de troca de touros, que atingiu 276 produtores com a troca de 279 reprodutores cruzados e puros. O Iapar realizou 4 mil análises de nutrição animal.

## 1.3 UNIVERSIDADE DO CAMPO

A Universidade do Campo está comprometida com a disponibilização de informações de interesse dos agentes do agronegócio paranaense. Para sua operacionalização, a SEAB promoveu a integração de várias instituições, tais como: suas vinculadas Emater-PR, Iapar, Clasper, Codapar e Ceasa/PR, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a de Londrina (UEL), a de Ponta Grossa (UEPG), a de Cascavel (Unioeste), a Faculdade de Agronomia de Bandeirantes, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal de São Carlos e as Indústrias Caramuru de Apucarana. Estão em processo de incorporação o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a Universidade Tuiuti e a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).

Como resultado dessa integração, foram cadastrados 350 especialistas das diferentes áreas do agronegócio que podem ser acessados diretamente pelos interessados, através da Internet, pelo endereço <http://www.pr.gov.br/ucampo>.

Este programa disponibiliza um importante serviço desenvolvido pelo Iapar, o Alerta Geadas, destinado principalmente aos produtores de café para diminuir os estragos causados pelas geadas.

Está em fase de negociação com a Celepar a estruturação e instalação de 20 estações regionais de acesso e consulta.

#### 1.4 APOIO À PEQUENA PROPRIEDADE

Através do Departamento Operacional da Agricultura e do Abastecimento (Dagri), foi subsidiada a aquisição de 700 mil toneladas de calcário, beneficiando 45 mil produtores em todo o Estado.

Buscando a revitalização da cafeicultura, o Departamento apoiou a produção de 140 milhões de mudas de café para plantio no sistema de adensamento, com modelo tecnológico gerado pelo Iapar.

No Plano de Revitalização do Algodão, foram beneficiados 25 mil produtores com uma área aproximada de 100 mil hectares.

Com a distribuição de 75 mil sacas de 20 kg de milho, foram beneficiados 35 mil produtores. Na parceria entre SEAB e Copel, 2.700 produtores receberam 5.300 sacas de sementes de milho através do Programa Lig-Luz Rural. Visando viabilizar o transporte da safra agrícola, foram readequados 309 trechos de estradas rurais em 93 municípios, totalizando 1.680 km e beneficiando mais de 6 mil propriedades rurais.

Com relação a serviços de mecanização, o programa apoiou, através da Codapar, um total de 4.500 horas/máquina.

Do total de 174.806 agricultores assistidos pela Emater-PR, 146.145 são pequenos agricultores de economia familiar que obtiveram orientação em práticas educativas referentes a itens como: tecnologia de produção agropecuária, preservação e uso adequado dos recursos naturais, transformação artesanal, associativismo, gestão da propriedade, produção/consumo de alimentos, saneamento básico e melhoria da habitação.

Ainda em apoio a este programa, a Emater-PR elaborou projetos de crédito rural, beneficiando 11.416 famílias, sendo 9.800 para o Pronaf e 11.416 para outros programas.

O Iapar, em parceria com outras instituições, vem concentrando esforços no desenvolvimento do plantio direto na pequena propriedade. Para isso, está conduzindo 45 unidades de validação em 37 municípios do Centro-Sul e Sudoeste do Estado. A introdução da erva-mate, como opção de renda em áreas impróprias, está sendo testada no Centro-Sul. Vêm sendo objeto de atenção um diagnóstico dos problemas para o plantio direto no Extremo-Oeste do Estado, as bases técnicas para o cultivo de pupunha no Litoral e Noroeste e, também, o controle de pragas da amoreira para o aprimoramento da sericicultura.

#### 1.5 EDUCAÇÃO RURAL E PROFISSIONALIZAÇÃO

A SEAB em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) lançou o Programa de Formação e Qualificação Rural, cujas metas são: implantar 20 centros de capacitação e desenvolvimento rural, implementando cursos de qualificação em cada uma das cadeias produtivas priorizadas, e atingir 15 mil famílias/ano através da formação de jovens nas escolas do campo e da qualificação de 8 mil agricultores nos centros de capacitação e desenvolvimento rural, beneficiando diretamente 60 mil pessoas/ano. Em 1997, foram realizados dois cursos nas cadeias de milho e café, atendendo a 40 produtores.

A Codapar, coordenando a implantação do projeto Escola do Campo, participou da realização de dez reuniões e seminários, que contaram com 2.500 pessoas.

O Iapar, em conjunto com a Emater-PR, associações e outras instituições, promoveu eventos de difusão de tecnologia em feijão e plantio direto para 343 participantes e um curso de produção orgânica de soja para 60 participantes.

A Emater-PR realizou 4.451 cursos nas áreas de lavouras, criações, agroindustrialização, manejo e conservação de solos e organização de produtores, com a participação de 58.287 pessoas. Do total de cursos, 4.185 foram efetivados com a parceria da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT).

Foram realizados três treinamentos para suinocultores, cinco para produtores de leite e cinco para bovinocultores de corte, que somados perfazem 318 produtores, sob a coordenação do Depec. Quanto à comercialização, com ênfase em aspectos da padronização de embalagens e classificação de hortifrutícolas, a Ceasa/PR desenvolveu 30 cursos, envolvendo cerca de 1.060 participantes.

#### 1.6 MELHORIA DA COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Como instrumento auxiliar à comercialização, foram classificadas pela Claspar 7,2 milhões de toneladas de produtos agrícolas em todo o Estado, 1 milhão de toneladas de produtos originários de importação e 830.313 toneladas para a Política de Garantia de Preços Mínimos.

Em Paranaguá, foram classificadas 7,1 milhões de toneladas de produtos para formação de lote em *pool* de exportação e analisadas 3.081 amostras de farelo de soja.



No controle de trânsito de animais e vegetais, foram fiscalizados 480 mil veículos pelo Departamento de Fiscalização (Defis) e realizadas 8 mil prévias de classificação para o produtor e 131 prévias de germinação.

Quanto às análises laboratoriais de sementes, os resultados foram: 8.177 amostras para o produtor, 7.722 para a SEAB/Defis e mais 10.800 para outras finalidades.

Com relação ao apoio à comercialização de hortigranjeiros, a movimentação de produtos na Ceasa/PR atingiu 946.300 toneladas, num valor estimado em R\$ 589,7 milhões. Foram pavimentados mais 5.395 m<sup>2</sup> de pátio no Mercado do Produtor da Ceasa/Curitiba, chegando a um montante de 15.416 m<sup>2</sup> colocados à disposição dos produtores. O investimento para os 5.395 m<sup>2</sup> foi de R\$ 194.540,08 que, somados aos investimentos de 1996 (R\$ 504.866,00), totalizaram um desembolso da ordem de R\$ 700 mil, dos quais R\$ 72.500,00 procederam do Tesouro do Estado e o restante correu por conta de recursos diretamente arrecadados pela própria Ceasa/PR na locação de espaços para a comercialização.

Buscando preservar a qualidade dos produtos que chegam dos varejistas ao consumidor final, a Ceasa/PR realizou análises de 184 amostras de hortigranjeiros para verificar a existência de agrotóxicos e agentes biológicos dos produtos comercializados nas suas centrais.

No apoio a esse programa, a Codapar armazenou uma média de 172.470 toneladas/mês de produtos agrícolas e não-agrícolas.

A Emater-PR orientou 138 associações de comercialização, envolvendo 5.368 participantes, e atuou junto a 204 feiras de agricultores, proporcionando a venda direta do produtor ao consumidor.

### 1.7 VILAS RURAIS

Este programa tem por objetivo propiciar a melhoria das condições de vida aos trabalhadores rurais e suas famílias, de modo a fixá-los no meio rural.

A Emater-PR forneceu assistência técnica educativa em atividades sócio-econômicas junto a 65 vilas rurais, com 2.329 famílias beneficiárias.

A Codapar realizou 64.824 horas/máquina na execução de obras para a implantação de 112 vilas rurais, sendo 33 concluídas e 79 em andamento, beneficiando 4.281 famílias.

### 1.8 MANEJO ADEQUADO DE RECURSOS NATURAIS

No que se refere ao manejo de solos e preservação do meio ambiente, a Emater-PR assistiu de forma direta a 58.436 agricultores, envolvendo uma área de 2,3 milhões de hectares. Neste programa, foram orientados projetos de readequação de 4.485 km e manutenção de 2.657 km de estradas rurais.

O Iapar realizou 15 mil análises de solos, prestou serviços para o setor de química fina, realizando testes de eficiência em agrotóxicos, e desenvolveu estudos quanto à aplicação do lodo de esgoto produzido pela Sanepar e quanto ao uso do chorume de porco, visando ao aumento da produtividade agrícola. Ainda, preocupado com os riscos de contaminação ambiental, níveis de danos e custos de produção, realizou estudos que permitem recomendações de manejo de defensivos no combate à mancha preta do algodoeiro, ao bicudo, broca-do-ponteiro e cigarrinha agália.

### 1.9 PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PADRÃO QUALIDADE PARANÁ

Na busca de melhoria da qualidade dos produtos agropecuários, o Defis estabeleceu parceria com o Ministério da Agricultura, visando à execução de ações de defesa agropecuária. Os valores a serem repassados por esse órgão totalizam R\$ 7 milhões para aplicação em veículos, equipamentos, educação sanitária e divulgação.

O Defis promoveu a vacinação de 8,6 milhões de bovídeos contra a febre aftosa, de 53 mil bezerras contra a brucelose e de 40 mil animais herbívoros contra a raiva, bem como realizou ações de sanidade em 4.070 propriedades suínicas e 1.700 propriedades avícolas. Também realizou o registro de 147 estabelecimentos envolvidos no abate, processamento de leite e derivados, processamento de pescados e derivados, processamento de mel e derivados e outros produtos industrializados de origem animal.

Além disso, o Defis fez inspeção em campos de produção de sementes, abrangendo 101.470 hectares e 408 mil toneladas, inspeção da produção de mudas de café, frutíferas e espécies florestais, envolvendo 115.500 mil mudas, inspeção de 10.917 produtores, comerciantes de sementes, mudas, fertilizantes e empresas aplicadoras de agrotóxicos e fez a coleta de 6.836 mil amostras de mudas, sementes e fertilizantes.

Visando ao apoio aos serviços de defesa sanitária animal e vegetal, o Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti realizou 78.477 exames laboratoriais.

Foram implantados pela SEAB dois Selos-Qualidade, sendo um referente à semente de soja e outro ao mel.

## 1.10 AÇÕES INSTITUCIONAIS DA SEAB

Nestê segmento, estão arroladas ações que contribuem para vários dos programas de governo em desenvolvimento pela SEAB e por outras secretarias.

O Depec deu continuidade às ações previstas no Convênio de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná e a Província Chinesa de Zhejiang. Em 1997, esse convênio possibilitou a realização de missão composta por cinco técnicos paranaenses que, em visita àquela província, participaram de treinamento na área de sanidade piscícola e, ainda, permitiu a vinda de dois pesquisadores chineses que realizaram, no interior do Estado, vários treinamentos.

A Ceasa/PR atendeu a cerca de 32 mil famílias de baixa renda com produtos básicos, através dos Armazéns da Família, Compras Comunitárias, Mercadão Popular e Cestas do Trabalhador, fornecendo aproximadamente 9.825 toneladas de produtos básicos, num total de 28 itens (arroz, feijão, açúcar, óleo de soja, leite em pó, etc.), no valor de 7,8 milhões de reais, ou seja, 0,79 centavos por Kg, o que representou uma economia em torno de 20% para as famílias de baixa renda cadastradas neste atendimento.

Cabe ressaltar que, das 9.825 toneladas, 4.298 (43,7%) correspondem a cestas básicas, num total de 126.135 cestas, com aproximadamente 34 Kg de produtos básicos cada uma, que foram repassadas ao projeto Da Rua Para Escola, ao Baía Limpa e a outros atendimentos, através do Provopar e da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família. Só o projeto Da Rua Para Escola contempla 206 municípios do Estado e 12.491 cestas por mês, o que, somado aos demais municípios do Estado atendidos pelo Provopar e pela própria Ceasa, totaliza cerca de 240 municípios contemplados por este atendimento.

A Ceasa/PR também apoiou financeiramente e com serviços a produção da Supersopa, que é produzida sob a coordenação geral do Provopar, na cozinha industrial da Ceasa/Curitiba, no Nutricentro. A capacidade de produção da cozinha é de 8 mil latas/mês, ficando a distribuição das mesmas em todo o Estado a cargo do Provopar.

Ainda, 182 representantes de entidades filantrópicas cadastradas no Termo de Cooperação Nutricional (Coopnutri) participaram de dez cursos sobre aproveitamento de alimentos, notadamente hortigranjeiros, realizados nas dependências da Ceasa/Curitiba. Em conjunto com as associações de usuários e as prefeituras de Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá, a Ceasa repassou aproximadamente 1.500 toneladas de

hortigranjeiros sem condições ideais de comércio, porém perfeitamente aproveitáveis, beneficiando 170 entidades assistenciais, com o valor estimado de R\$ 916,2 mil.

A Emater-PR, sob a coordenação da SEAB, desenvolveu as atribuições governamentais de execução da Feira do Paraná, em sua segunda edição. O evento contou com a presença de 340 expositores na área de indústria e comércio e 650 expositores de animais. Participaram 20 países e o movimento da Feira alcançou R\$ 47.322.740,00, sendo R\$ 5.982.740,00 de comercialização e R\$ 41.340.000,00 de convênios e contratos. O público total chegou a 192 mil pessoas, dentro do qual estão incluídos 2.975 escolares e 2.630 agricultores organizados em excursões específicas.

O Departamento de Economia Rural (Deral) desenvolveu trabalhos de quantificação de safras agrícolas, cálculo de custos de produção, levantamentos de preços agropecuários, análise de mercado agrícola, cálculo de Valor Bruto da Produção Agropecuária para fins de FPM-ICMS e adequação de políticas de crédito rural e de comercialização, como forma de dotar os diversos segmentos do setor de informações sobre o comportamento e o desempenho do agronegócio paranaense. Participou, também, dos estudos de cadeias produtivas, no prosseguimento das negociações, objetivando a harmonização das políticas agrícolas do Mercosul.

O Estado do Paraná vem desenvolvendo, numa parceria entre a SEAB – como Secretaria Executiva do Pronaf –, o governo federal e 57 municípios do Estado, ações integradas de apoio ao desenvolvimento das pequenas propriedades. Recursos não-reembolsáveis, no valor de R\$ 150 mil, oriundos do Pronaf, atenderão a 15 municípios na primeira fase. O apoio aos 42 municípios restantes será dado mediante a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural elaborados em conjunto com a Emater-PR. Na linha de crédito rural, o Pronaf aplicou no Paraná R\$ 85,7 milhões em custeio e R\$ 124 milhões em investimento para a safra 96/97.

O Iapar realizou os trabalhos de zoneamento agrícola das culturas de feijão, milho, algodão e trigo, cujos resultados, apresentados em forma de recomendação em cada município, fornecem as bases para a concessão de crédito agrícola aos agricultores pelo governo federal. Disponibilizou pela Internet dados do Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar) para orientar os agricultores na execução das operações agrícolas. Para agilização desse sistema, o Iapar está negociando junto ao Financiamento de Estudos e Projetos (Finep) um financiamento da ordem de R\$ 10,6 milhões. Dentro de sua estrutura organizacional de pesquisa, que se baseia em 14 programas – nas áreas de sistemas de produção, manejo e conservação de solos, recursos florestais, forrageiras, produção animal, arroz, cereais de inverno, feijão, milho, algodão, café, fruticultura, propagação vegetal e culturas diversas –, deu continuidade a 189 projetos e 393 experimentos.

O Iapar produziu 441,02 toneladas de sementes básicas de algodão, arroz, café, aveia, feijão, milho, soja, trigo e triticales e lançou quatro novos cultivares: Iapar 80 - Feijão, Iapar 81 - Feijão, Iapar 82 - Batata e Iapar 83 - Ervilha Forrageira.

Foi instituído, através do Decreto Governamental nº 3.288 de 14 de julho de 1997, o Programa de Reorientação Institucional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Prisa), que visa formular e operacionalizar as ações de reestruturação da SEAB, dentro do conceito de cadeias produtivas, de forma a se adequar aos novos cenários internos e externos.

### 1.11 SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ

O Simepar, empreendimento tecnológico inovador na área das ciências atmosféricas e ambientais, fruto de convênio entre a Copel, Iapar e UFPR, está concluindo o primeiro módulo de composição de sua infra-estrutura de monitoramento hidrometeorológico e ambiental para o Estado do Paraná.

O início do funcionamento dessa infra-estrutura e a nucleação de equipe altamente qualificada têm permitido ao Simepar incrementar a disseminação sistemática de previsão de tempo para todas as regiões do Estado (atualmente o Simepar recebe mais de 10 mil acessos/mês por diversos meios), implementar o banco de dados necessário à integração e ao acesso aos dados monitorados e reforçar o programa de monitoramento de geadas e proteção dos cafezais do Norte do Paraná (pelo terceiro ano consecutivo, com detecção e alerta de todas as ocorrências de geada na região).

## 2 PARANÁ AMBIENTAL

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), criada com a finalidade de formular e executar as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária-fundiária e de saneamento ambiental, vem trabalhando neste governo, no sentido de promover no Paraná um modelo de desenvolvimento sustentado na preservação do meio ambiente e na utilização racional dos recursos naturais.

Suas ações e de suas vinculadas – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa) e Instituto Ambiental do Paraná (IAP) – estão detalhadas a seguir.

### 2.1 PROJETO CAMINHOS DO MAR

A concepção deste projeto é integrar uma rota natural, que inicia em Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba) e se estende até Guaraqueçaba, levando em conta a existência de um grande número de Unidades de Conservação ao longo da Serra do Mar e da Floresta Atlântica, incluindo a Ilha do Mel. Para tanto, foi aplicado cerca de R\$ 1.524.405,00 em ações a seguir especificadas:

- Na Floresta Estadual da Região Metropolitana de Curitiba, foram realizadas obras de complementação, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 77.665,00, objetivando consolidá-la como Unidade de Conservação, mediante a estruturação física necessária à implantação do Plano de Manejo.
- Na Ilha do Mel, foram realizadas obras de contenção e enrocamento do terminal de desembarque da Praia de Brasília, bem como balizamento e sinalização do Canal com gastos aproximados de R\$ 110.000,00, objetivando minimizar os impactos sobre os ecossistemas da região.



- Na Estrada da Graciosa, próximo à BR 116, Curitiba - São Paulo, foram realizadas obras no portal de acesso para veículos no valor de R\$ 43.000,00.
- No município de Morretes, foram realizadas obras no Recanto Curva da Preguiça, às margens do rio São João, ao longo da Estrada da Graciosa, com investimentos de R\$ 59.759,00. Ainda em Morretes, foi revitalizada a Praça de Bonna (141 m<sup>2</sup>), com obras de paisagismo no valor de R\$ 14.550,00.
- Em Guaraqueçaba, foram executadas obras de readaptação do trapiche, com investimentos de R\$ 62.500,00.
- No Terminal Ecológico de Embarque, em Pontal do Paraná, foram realizadas obras de iluminação de segurança do trapiche e instalação de rede de distribuição elétrica no valor de R\$ 65.944,00.
- No município de Antonina, foram executadas alterações da fundação e regularização da estrutura do trapiche, com obras de complementação constando de ancoradouro flutuante de deck de 100 m<sup>2</sup>; sobre a estrutura de concreto, sendo executados 468,5 m<sup>2</sup> de decks de madeira. Foram também construídos 30 m<sup>2</sup> de quiosques, além da iluminação, com recursos de R\$ 361.927,00.
- Em Campina Grande do Sul, foram realizadas obras de complementação da Praça do Pescador, no Lago do rio Capivari (Usina Pedro Parigot de Souza) com investimentos de R\$ 136.060,00.
- Em Paranaguá, foi construído um atracadouro, na região do Centro Histórico, na rua General Carneiro; foi feito o remodelamento da calçada para adequar a rua à circulação de veículos leves; bem como a iluminação no setor turístico, com gastos de R\$ 393.000,00.

## 2.2 PROJETO VILA VELHA - GUARTELÁ

Foi realizada a conservação e preservação do Parque de Vila Velha-Guartelá, nos municípios de Tibagi e Castro. No exercício de 1997, foram realizadas as seguintes obras: redes de energia elétrica e hidráulica, trilhas de circulação, pontilhões, assim como foi edificada a sede da administração do parque, sanitários do *camping* e lanchonete, com área total de 409 m<sup>2</sup>; o custo total foi de R\$ 323.000,00.

## 2.3 CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PIÁS AMBIENTAIS

Este projeto visa proporcionar elementos para a sensibilização e conscientização da população sobre questões ambientais, dentro de um contexto local, regional e nacional, e é dirigido a jovens e adultos. Foram aplicados, no exercício de 1997, R\$ 135.500,00 na execução de Unidade de Educação Ambiental no município de Guaraqueçaba, com área total construída de 131 m<sup>2</sup>, e na construção de três habitações indígenas no município de São Jerônimo da Serra, com área de 163 m<sup>2</sup>.

## 2.4 CONSERVAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE FUNDOS DE VALE

Este projeto visa promover a conservação e recomposição dos fundos de vales, mananciais de abastecimento público e faixa de preservação permanente dos rios e riachos, com matas ciliares. No exercício de 1977, foram realizadas obras em vários municípios com um total de recursos da ordem de R\$ 1.030.000,00.

## 2.5 PROJETO BAÍA LIMPA

Este projeto visa à conscientização e orientação da população para a necessidade de se manterem as baías e o litoral do Estado, em seus ecossistemas aquáticos e terrestres, em condições de auto-suficiência, melhorando assim a qualidade de vida das populações locais. No exercício de 1997, foram realizadas 41 obras (mesas) para cultivo de ostras nos municípios de Guaratuba, Guaraqueçaba e Paranaguá.

## 2.6 EVENTOS CULTURAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O objetivo deste programa é envolver a população das principais cidades do Paraná na solução das questões ambientais dos centros

urbanos, buscando a participação voluntária da comunidade, por meio do trabalho direto com crianças e adolescentes. No ano de 1997, foram realizadas as seguintes ações:

- Festival da Canção Ecológica. Foram 61 festivais, assistidos por mais de 9 mil pessoas em vários municípios do Estado.
- Fórum Infante-Juvenil do Meio Ambiente do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul - Codesul. Teve participação de delegações de estudantes de 1º e 2º graus dos estados que integram o Codesul, apresentando diagnósticos ambientais de suas cidades e estados de origem. Os temas básicos foram flora, fauna e biodiversidade, água, ar e solo. Foram realizados 24 Fóruns Regionais que reuniram mais de 2.500 estudantes.
- Festival de Teatro Ecológico. Foram realizados 15 festivais de teatro regionais, reunindo um elenco total de 771 integrantes, vistos por cerca de 2.250 pessoas. A etapa final, realizada no Auditório do Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, atraiu um público superior a 800 pessoas.
- Concurso de Desenho Infantil. Sobre o tema "Meio Ambiente", foi dirigido a alunos de 1º grau, reunindo mais de 400 escolas públicas e privadas de todo o Estado.
- Concurso de Redação. Tendo como tema básico "Florestas do Paraná - Hoje", foi dirigido a estudantes de 5ª e 6ª séries do 1º grau, em 173 escolas públicas e privadas e reuniu mais de 1.150 alunos.
- Concurso de Monografias. A partir do tema "A Questão Florestal no Paraná", foram realizados 20 concursos, envolvendo estudantes da 3ª série do 2º grau de escolas públicas e privadas.
- Ecotecnológica 97. Foi o primeiro evento multimodal desse porte realizado no Brasil, envolvendo conferências, painéis, encontros empresariais e exposição de bens e serviços e tecnologias ambientais ecologicamente corretos, com parceria entre a SEMA, Prefeitura Municipal de Curitiba, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Centro de Integração Tecnológica do Paraná (Citpar) e Comunidade

Européia - Al Invest e Eurocentro de Cooperação Empresarial. Nos encontros empresariais, participaram 111 empresas brasileiras e 31 da comunidade européia.

- Projeto Piá das Flores. Teve o objetivo de integrar alunos portadores de deficiência e professores de educação especial em ações de educação ambiental. Foram realizadas 529 apresentações do grupo teatral Família Folhas em 316 escolas para 74.332 alunos de 1ª a 4ª série das redes particular, estadual e municipal de ensino da Região Metropolitana de Curitiba.
- Projeto Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos. Foram trabalhados municípios do Estado, com educação ambiental voltada à conscientização da população sobre os materiais passíveis de reciclagem e o destino final dos resíduos sólidos urbanos.

## 2.7 PROJETO COSTA-OESTE

Tem por objetivo o desenvolvimento do Oeste do Estado, com diretrizes de ocupação e intervenção para uma estruturação física, econômica, social, cultural e institucional. No exercício de 1997, foram aplicados R\$ 11.993.015,00 em obras de construção do Parque da Barragem, compreendendo 6 mil metros lineares de canais, barragem em terra com 300 mil m<sup>3</sup> de aterro e lago com 14 hectares, obras de paisagismo e orientação e fiscalização em seis bases náuticas nos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. O total de obras perfaz aproximadamente 13 mil m<sup>2</sup>.

## 2.8 ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

As atividades de desenvolvimento florestal foram: Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória (Serflor), Programa Florestas Municipais, Programa de Desenvolvimento Florestal do Estado do Paraná - Prodeflor e Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, com a inserção da educação ambiental em todos os níveis.

Essas atividades vêm atendendo a 328 prefeituras, mais de 6 mil usuários de matéria-prima de origem florestal e 20 instituições parceiras. Neste exercício, o IAP processou na área de desenvolvimento florestal:

- 6 mil cadastros de consumidores de matéria-prima de origem florestal, gerando cerca de mil atendimentos individualizados/mês.
- Mais de 6.513 documentos habilitatórios para o corte de árvores, com emissão de mais 1.400 mil selos de transporte, cumprindo a regularização do transporte e da reposição florestal obrigatória através do Serflor; resulta ao IAP 687 propostas de reflorestamento, correspondendo a mais de 39 milhões de árvores, e foram confirmados, através de levantamentos circunstanciados, outros 10 milhões de árvores já plantadas, totalizando 49 milhões.

O número de viveiros florestais sob administração e/ou orientação do IAP (25 viveiros próprios e mais de 100 viveiros conveniados) projeta uma produção de 55 milhões de mudas/ano, em comparação aos 15 milhões em anos anteriores, atendendo às iniciativas do Estado e dos municípios através do programa florestas municipais.

Objetivando a diminuição do número de incêndios florestais no Estado, foram realizados oito meses de treinamento em Convênio com a Fundação de Pesquisas Florestais (Fupef/UFPR), com um público de 220 pessoas no interior do Estado, realizadas campanhas regionais com ampla divulgação junto ao público-alvo, bem como adquiridos e doados 30 "Kits - Fogo" ao Batalhão da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

## 2.9 ATIVIDADES DE CONTROLE AMBIENTAL

O Programa de Controle de Recursos Ambientais – responsável pela avaliação de impacto ambiental, licenciamento, monitoramento e fiscalização da exploração de recursos naturais e da implantação de atividades poluidoras no Estado – vem exercendo controle sobre diversos empreendimentos, tais como: os de exploração florestal, mineração, imobiliários, industriais, loteamentos, tratamento e disposição final de resíduos sólidos (industriais, urbanos e hospitalares), saneamento, viários, agropecuários, hidrelétricos e agrotóxicos. Em 1997, essas atividades totalizaram mais de 20 mil processos entre vistorias para licenciamento, fiscalizações e análises de projetos.

Vale destacar o Paraná como o primeiro Estado a elaborar normas de licenciamento e padrões ambientais, fixando Normas Técnicas e de Operações, embasadas em legislações ambientais e dados técnicos/científicos disponíveis, que padronizam procedimentos e subsidiam as partes interessadas.

## 2.10 ATIVIDADES DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE

### 2.10.1 Conservação e Recomposição de Fundos de Vale/Matas Ciliares

Objetiva promover a recomposição de fundos de vale em áreas urbanas e a recuperação de matas ciliares às margens de rios em áreas rurais, com prioridade para os mananciais de abastecimento público.

Ações desenvolvidas:

- Acrescidos no ano 36 rios, envolvendo 16 municípios com o plantio de 841.170 mudas plantadas, perfazendo um total de 327,39 Km de margens de rios reflorestadas.
- Lançado o programa de conservação e recuperação dos rios situados no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, com o projeto-piloto rio São João.

### 2.10.2 Flora e Fauna/Conservação da Biodiversidade

Objetiva desenvolver, estruturar e coordenar a geração do conhecimento básico para uso e manejo de flora e fauna, através de Unidades de Conservação, assim como a recuperação de áreas degradadas.

Ações desenvolvidas:

- Foi dada continuidade aos projetos Tráfico de Animais Silvestres, Aves, Ninho (encerrado), Fauna Ameaçada (encerrado) e Levantamento Preliminar da Mastofauna com base em Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMAS) e trabalhos especializados.
- Lançado o projeto Flora Ameaçada em agosto de 1997, visando a estudos, coleta de sementes e cultivo de espécies vegetais ameaçadas de extinção no Paraná.

## 2.11 ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO

Objetiva o gerenciamento das Unidades de Conservação (UCs) para a implantação de medidas referentes à dotação de infra-estrutura, recuperação de áreas degradadas e projetos de arborização e paisagismo nas áreas urbanas.

Ações desenvolvidas:

- Dois Planos de Manejo realizados e dois em finalização.
- Elaborados os mapas de áreas protegidas do Estado do Paraná (UCs e áreas indígenas) em escala 1:1.000.000.
- Digitalizados, corrigidos e georreferenciados os mapas de vegetação de 22 Unidades de Conservação. Elaboração de cartas das áreas protegidas em escalas 1:250.000, em fase de conclusão.

## 2.12 FLORESTA ATLÂNTICA

Objetiva promover o desenvolvimento auto-sustentável na região de influência da Floresta Atlântica e seus remanescentes, garantindo a base ecológica da economia regional e o bem-estar social.

Ações desenvolvidas:

- Realizados trabalhos de estatística, controle de visitação e educação ambiental no Pico do Paraná.
- Elaborado o Plano Operativo Anual e realizados os diagnósticos dos subcomponentes das Unidades de Conservação referentes ao projeto Pró-Atlântica (convênio Governo do Estado/KFW).
- Elaborada proposta de criação do Parque Anhangava como medida compensatória do Contorno Leste pelo DNER.
- Foi elaborada pelo IAP uma proposta de criação de mais um parque federal denominado Saint-Hilaire, levando o Estado a possuir o maior número de parques nacionais.

O Parque Estadual Pico do Marumbi foi considerado o melhor parque brasileiro, dotado de um dos mais qualificados trabalhos de educação ambiental da América Latina.

## 2.13 ICMS ECOLÓGICO/UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Trata-se de lei paranaense, considerada uma das propostas mais arrojadas de política conservacionista do Brasil, que propicia forte incentivo econômico aos municípios que conservam sua biodiversidade.

Ações desenvolvidas:

- Ampliado o número de municípios, totalizando 156 municípios.
- Incremento de 3,6% de áreas protegidas, estimulado pelo projeto.
- Inclusão dos faxinais aos benefícios do ICMS Ecológico.
- Projeto do ICMS Ecológico, que trouxe para o Governo do Estado o prêmio mais importante do Brasil em Conservação Ambiental, o "Prêmio Henry Ford", concedido por Conservation International e Ford.
- Elaboração da proposta de um Sistema Estadual de Conservação.

O número de reservas particulares do patrimônio natural foi elevado para 76, considerado expressivo se comparado às 170 existentes no Brasil.

Com a efetivação de 11 parques em 1997, através da regularização fundiária, do Plano de Manejo e da dotação de infra-estrutura de administração e uso público, o Estado conta hoje com 12 Unidades de Conservação com efetivo gerenciamento; mais 16 estão em processo de efetivação. Outros programas estabelecidos como prioritários pelo Governo do Estado vêm somando-se a esta demanda, como aqueles voltados à agricultura orgânica para a Região Metropolitana de Curitiba e Costa-Oeste e ao desenvolvimento do Eco-Turismo, com a utilização racional das Unidades de Conservação em suas áreas de uso público, como atrativo ao seu desenvolvimento.

## 2.14 RECURSOS HÍDRICOS

Objetiva promover a gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado do Paraná, disciplinando seu aproveitamento e visando ao uso múltiplo, em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios aos usuários atuais e futuros.

Ações desenvolvidas:



- Realizado monitoramento das águas de reservatórios dos rios que compõem a Bacia do Alto Iguaçu, do rio Paraná na região da Costa-Oeste e da Bacia Litorânea.
- Realizado o monitoramento da balneabilidade dentro do Programa Eco-Verão dos balneários paranaenses.
- Foram produzidos os mapas temáticos com os demonstrativos das situações.
- Produzido manual sobre testes de toxicidade.

## 2.15 SANEAMENTO AMBIENTAL

Os laboratórios ambientais do IAP, responsáveis por análise e diagnoses ambientais que fundamentam decisões estratégicas dentro do Plano de Desenvolvimento Econômico, assumiram adicionalmente a importante missão do estabelecimento de padrões de qualidade ambiental adequados às realidades regionais do Paraná.

Ações desenvolvidas:

- Elaboração do Projeto Lógico de Sistema de Informações Ambientais SIA/Celepar.
- Realizadas 10.864 análises de laboratório, determinando 36.132 parâmetros.

## 2.16 QUALIDADE DO AR

Tem por objetivo avaliar, classificar e monitorar a qualidade do ar, prioritariamente em áreas de alto grau de concentração populacional e pólos industriais.

Ações desenvolvidas:

- Realizado o monitoramento da qualidade do ar através da operação das quatro estações de amostragem localizadas em Curitiba e Araucária.

- Edição de boletins diários de qualidade do ar, com o objetivo de informar a população da RMC, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 03/90.

## 2.17 PADRÕES DE QUALIDADE /AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS

Objetiva estabelecer padrões estaduais de qualidade ambiental através da identificação de indicadores, métodos e tecnologias adequadas às condições regionais; definir critérios para a determinação de normas e padrões para licenciamento de atividades poluidoras; e ampliar a capacidade técnica analítica.

Ações desenvolvidas:

- Elaborada a proposta de instrução normativa para licenciamento de empreendimentos de suinocultura no Estado.
- Monitoramento e avaliação de eficiência do Teknar nas bacias do Barigüi, Passaúna e diversos municípios para o controle de borrachudos.

## 2.18 AVALIAÇÃO E PROTEÇÃO DA ICTIOFAUNA

Objetiva avaliar e proteger a ictiofauna através da produção de alevinos de espécies nativas e exóticas e dar atendimento a acidentes ecológicos.

Ações desenvolvidas:

- Atendimento a acidentes ecológicos relacionados à mortandade de peixes.
- Desenvolvimento de tecnologias para reprodução em cativeiro de espécies nativas, visando ao repovoamento dos rios e reservatórios, fomentando as atividades econômicas da piscicultura e difundindo-as através de treinamento.

## 2.19 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Elaboração da Proposta de Lei que visa minimizar a degradação causada por resíduos sólidos dispostos de forma incorreta no ambiente e propiciar a educação ambiental e o envolvimento da comunidade como co-responsável pela manutenção e preservação ambiental. Além disso, pretende-se estimular os municípios paranaenses a reciclar e utilizar os resíduos sólidos.

## 3 PARANÁ + EMPREGO

A dinâmica do mercado, que enfrenta hoje mudanças complexas oriundas da globalização da economia e da modernização tecnológica, entre outros fatores, não resolve mais o problema do desemprego: este passou da esfera conjuntural para a estrutural, aprofundando e agravando, progressivamente, o processo de exclusão social.

Através das Secretarias de Estado mais diretamente relacionadas à questão, o programa Paraná + Emprego busca elevar o nível de emprego e renda da população, atraindo empresas e incentivando indústrias já instaladas por meio de incentivos fiscais.

### 3.1 APOIO AO INVESTIMENTO PRODUTIVO

Em 1997, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico (SEID), foi realizada a promoção, organização e assinatura de 21 protocolos de novos projetos no Estado, correspondendo a investimentos de R\$ 1.650.260.000,00 e à geração de 8.397 novos empregos diretos em 15 municípios diferentes. Foram realizados ainda 1.025 atendimentos diretos e personalizados a empresários, para orientação, encaminhamento e definição de investimentos no Paraná.

#### 3.1.1 Enquadramento de Empresas nos Incentivos Fiscais de Dilação de Recolhimento de ICMS

Em 1997, foram enquadrados 34 projetos no programa Paraná + Emprego, localizados em 23 municípios diferentes, com investimentos de R\$ 1.912.857.000,00, gerando 8.756 novos empregos diretos.

### 3.1.2 Barracões Industriais

Enquadramento pela SEID de 19 solicitações de barracões industriais e encaminhamento à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) para atendimento financeiro pelo programa Paraná Urbano.

### 3.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA PARANAENSE

Este programa tem por objetivo aumentar a competitividade das empresas paranaenses, através da capacitação, informação e participação em eventos internacionais. A SEID é um dos parceiros no programa que visa criar no pequeno e médio empresário do Paraná uma cultura internacionalizada, através da participação em feiras internacionais. Em 1997, o programa atuou nas seguintes feiras:

- Atendimento a acidentes ecológicos relacionados à mortandade de peixes.  
Feira de Hannover – Alemanha (multisetorial), em abril de 1997.  
Foram feitas mais de 100 entrevistas no estande do programa.
- Atendimento a acidentes ecológicos relacionados à mortandade de peixes.  
Feira de Anuga – Alemanha (alimentação), em outubro de 1997.
- Atendimento a acidentes ecológicos relacionados à mortandade de peixes.  
Equip'auto – França (autopeças), em outubro de 1997.
- Atendimento a acidentes ecológicos relacionados à mortandade de peixes. Encontro Mundial de Tecnologias para Automóvel – Feira Automotiva realizada em Paris, em outubro, que apresentou os avanços e tendências tecnológicas para toda a cadeia automotiva desde a concepção e fabricação do veículo até sua reciclagem. Participação através da elaboração e envio de documentos e vídeos em francês de divulgação do Estado como preparação à palestra realizada pelo governador Jaime Lerner no evento.
- Atendimento a acidentes ecológicos relacionados à mortandade de peixes.

Feira do Pacífico – Peru, em novembro de 1997.

- Atendimento a acidentes ecológicos relacionados à mortandade de peixes.  
Expo'97 – Argentina, em dezembro de 1997.

### 3.3 SISTEMA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA - SIPRI

O Ministério das Relações Exteriores desempenha um papel importante de apoio ao empresariado nacional e estrangeiro na área de comércio exterior, captação de investimentos, transferência de tecnologia, feiras e seminários dentro e fora do Brasil. Para tanto, utiliza e coloca à disposição desses empresários sua rede diplomática espalhada pelos cinco continentes. Nesse sentido, foi implantado no Departamento de Promoção Comercial (DPG), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Sipri.

O Sipri busca a identificação de parceiros no exterior e, internamente, a caracterização de interessados brasileiros na promoção de parcerias de negócios, como *joint ventures*, concessão de licença, contratos de franquia, operações de subcontratação e transferência de tecnologia, entre outros. No ano de 1997, a SEID recebeu mais de 70 pedidos de informações e consultas sobre parceiros, vindos através do Sipri. Dessas 70 solicitações, todas encaminhadas aos potenciais interessados, aproximadamente 15% tiveram retorno sobre o andamento de negócios.

### 3.4 FEIRAS

- Movelpar 97 – Feira de Móveis do Estado do Paraná, realizada em Apucarana, em março de 1997, com a participação da SEID, através do Gabinete do Secretário. Fornecimento de material informativo do Estado, assim como da colocação de painéis para potenciais investidores paranaenses, brasileiros e estrangeiros.
- Feira do Paraná – Coordenação da Feira do Paraná em conjunto com a SEAB; realização do Seminário Internacional do Leite, com palestrantes estrangeiros e um público de 200 pessoas; mesas redondas do couro e do leite, com 50 participantes que discutiram a complementação das cadeias produtivas, visando à troca de tecnologias; julgamento dos estandes da indústria e do comércio; Simpósio Paranaense de Mineração, gerenciado pela Mineropar;

e audiência com representantes do Ministério da Agricultura da França e ministros paraguaios.

#### Resultados obtidos com a Feira

- 340 expositores da indústria e do comércio; 650 expositores do setor animal; e um total de 20 países participantes. Foram negociados no evento um total de R\$ 47.322.740,00 (entre comercialização, convênios e contratos).
- Elaboração de painéis ilustrativos dos principais projetos e realizações do Governo do Estado e envio dos mesmos a feiras industriais realizadas no Estado.
- Realização de 15 palestras e seminários sobre os programas do Governo e o potencial do Paraná em diversas regiões do Estado e em capitais brasileiras.

### 3.5 INFORMAÇÕES E ESTUDOS ESTRATÉGICOS PARA A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Atualização da base de dados do Sistema de Informações da Indústria e Comércio do Paraná, com 206.198 estabelecimentos sujeitos ao recolhimento do ICMS.
- Levantamento de dados cadastrais dos 13.964 estabelecimentos implantados no Paraná no primeiro semestre de 1997, por município e atividade econômica.
- Geração de arquivos, elaboração e impressão de 31 mil formulários de pesquisa para a realização, em parceria com o Serviço Brasileiro de Assistência à Pequena e Média Empresa (Sebrae), de pesquisa de campo, visando coletar dados quantitativos dos estabelecimentos industriais localizados no Paraná, para a edição do Catálogo Industrial de Produtos e Insumos do Paraná em 1998.
- Elaboração de perfis dos setores industrial, comercial e de serviços, visando apresentar uma radiografia da distribuição das atividades econômicas no Paraná, por região, por município e por atividade econômica.
- Elaboração de conteúdo técnico para a criação da *home page* da SEID e disponibilização da mesma na Internet.

### 3.6 CONVÊNIOS REALIZADOS PELA SEID EM 1997

- Citpar – Atração de investimentos para o desenvolvimento e execução de estudos e projetos estratégicos para o Estado do Paraná - 3ª fase. Valor: R\$ 840.000,00.
- FIEP – Sistema de Indicadores Conjunturais da Indústria do Paraná, Sondagem Conjuntural da Indústria Paranaense e Catálogo Industrial. Valor: R\$ 470.300,00.
- IEL – Atender como parceiro ao Programa de Internacionalização da Empresa Paranaense, incluídas quatro feiras, dentre elas a Feira de Hannover. Valor: R\$ 20.000,00.
- Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná (Cexpar) – Realização do Ciclo de Palestras e Negócios Internacionais da Feira do Paraná 1997. Valor: R\$ 66.000,00.
- Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá (Sindvest) – Realização da Feira Nacional da Indústria Têxtil - Fenit 97. Valor: R\$ 90.000,00.
- Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná (Faciap) – Coleta, processamento e difusão de dados. Valor: R\$ 360.000,00.
- Associação dos Municípios do Norte do Paraná (Amunop) – III Fórum de Desenvolvimento da Região da Amunop. Valor: R\$ 10.000,00.
- Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina (Adetec) – Convênio para o Cottein 97 - IV Jornada Tecnológica de Londrina. Valor: R\$ 40.000,00.
- Prefeitura Municipal de Morretes – XIV Festa Feira Agrícola e Artesanal de Morretes. Valor: R\$ 40.000,00.
- Prefeitura Municipal de Prudentópolis – VII Feira Industrial da Malha de Prudentópolis. Valor: R\$ 20.000,00.
- Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa – Exposição Feira Agropecuária e Industrial - Expocal. Valor: R\$ 10.000,00.



- Prefeitura Municipal de Tapira – Instalação de indústria. Valor: R\$ 58.000,00.
- Prefeitura Municipal de Cianorte – Realização da Expovest 97. Valor: R\$ 20.000,00. Data da assinatura: 21.07.97. Vigência: de 21/07/97 a 30/09/97.
- Prefeitura Municipal de Palotina – Terraplenagem e cascalhamento. Valor: R\$ 150.000,00.
- Prefeitura Municipal de Ibituva – Implantação da rede de energia elétrica e execução de obras de infra-estrutura. Valor: R\$ 570.000,00.
- Prefeitura Municipal de Contenda – Execução de serviços de terraplenagem. Valor: R\$ 50.000,00.
- Prefeitura Municipal de Guarapuava – Realização de pesquisas mercadológicas, objetivando a instalação de três novas indústrias. Valor: R\$ 42.000,00.
- Prefeitura Municipal de Porto Rico – Construção de barracão. Valor: R\$ 80.000,00.

### 3.7 CÂMARAS SETORIAIS

As Câmaras Setoriais já instaladas, sob a coordenação da SEID, são: Madeira, Mineral, Agroindústria de Alimentos, Turismo, Têxtil e Metal-Mecânica. Constituem plenário para o diálogo e a busca de soluções dos respectivos setores, reunindo entidades de classe dos empresários, dos trabalhadores e do Governo.

No ano de 1997, foram realizadas 14 reuniões dos segmentos de madeira, mineral e metal-mecânica. Dos assuntos discutidos, destacam-se aqueles relativos à legislação aplicável ao setor mineral, à busca de recursos para financiar o reflorestamento e à adequação e adaptação do parque industrial metal-mecânico do Paraná.

### 3.8 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Em seu terceiro ano de criação, a SERT orgulha-se do acerto das políticas que vêm desenvolvendo em sua área de atuação e, especialmente, da concepção de sistema com o qual criou, desenvolve e vem aperfeiçoando as políticas adotadas por esta pasta.

Por meio de tal sistema, foram adicionadas e inter-relacionadas à mera intermediação de mão-de-obra – à qual se limitavam as políticas governamentais para o setor – a geração de emprego e renda, a operacionalização do seguro-desemprego, a formação sócio-política e a geração de informações sobre mercado de trabalho, a saúde e a segurança no trabalho e, de maneira especial, a qualificação e a requalificação profissional. Maximizou-se, assim, a eficiência de cada atividade dentro de nossos programas, evitando as limitações de ações isoladas, comprometedoras do resultado final esperado.

Nos dados a seguir relatados, estão documentadas as ações desenvolvidas no exercício de 1997.

#### 3.8.1 Operacionalização do Seguro-Desemprego

Esse benefício é de direito constitucional e destina-se a prover assistência financeira temporária ao trabalhador demitido sem justa causa, propiciando-lhe a obtenção de tais recursos e encaminhando-o para o curso de capacitação mais adequado, com vistas à sua reinserção no mercado de trabalho. Em 1997, foram atendidos 155.218 trabalhadores.

#### 3.8.2 Pesquisas e Geração de Informações na Área do Trabalho

- Lançamento do Primeiro Concurso Nacional de Monografia sobre Relações do Trabalho, em parceria com as universidades estaduais e a Universidade Federal do Paraná.
- Reestruturação e reativação do Serviço de Teleconsulta Trabalhista, (0800-410141) em parceria com a Universidade Federal do Paraná.
- Assinatura de convênio com as universidades estaduais, com o objetivo da realização de 80 cursos de capacitação de conselheiros municipais do trabalho e de agentes

operacionais municipais, sobre política de emprego; 145 cursos de capacitação e apoio ao desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo; e 25 seminários regionais sobre relações do trabalho, mobilizando toda a comunidade universitária paranaense e com a participação dos conselheiros municipais do trabalho.

- Assinatura de Termo de Compromisso para erradicação do trabalho infantil na região de Paranavaí.

### **3.8.3 Geração de Emprego e Renda**

O programa Frentes de Produção Comunitária é destinado a propiciar trabalho emergencial, nos períodos que não oferecem remuneração a trabalhadores rurais volantes e a trabalhadores urbanos em situação de desemprego ou subemprego crônico. Em 1997, foram repassados R\$ 425.000,00 a 27 municípios do Estado.

Os cursos de Treinamento Gerencial para Novos Empreendedores são destinados a apoiar e propiciar maiores garantias ao tomador de recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda - Proger. Em 1997, foram beneficiados 675 alunos em 29 municípios.

O curso Associativismo e Cooperativismo foi realizado em Londrina, para 220 pessoas.

### **3.8.4 Estímulo às Atividades Geradoras de Emprego**

O Proger/Pronaf é realizado com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, creditados ao Paraná via Banco do Brasil S.A. e repassados via financiamento, sob supervisão da SERT e normatização do Conselho Estadual do Trabalho, a micro e pequenas empresas, ao setor informal da economia e às cooperativas/associações. Em 1997, os resultados foram os seguintes: o Proger Urbano financiou R\$ 29.017.020,48 a 2.115 mutuários, gerando 4.888 empregos diretos; o Proger Rural financiou R\$ 89.930.000,00 para crédito de custeio, gerando 28 mil ocupações, e R\$ 5.327.000,00 para investimento, gerando 4.200 ocupações; e o Pronaf financiou R\$ 78.983.000,00 para custeio, gerando 36 mil ocupações, e R\$ 63.158.000,00 para investimento, gerando 28.000 ocupações estimadas.

- Realização de cinco encontros macrorregionais sobre Operacionalização do Proger, que envolveram 980 participantes.
- Por meio de Termo de Cooperação com as cinco universidades estaduais, foram realizadas cerca de 2.528 visitas do Programa de Acompanhamento, Avaliação e Monitoramento feitas a empreendimentos financiados pelo Proger Urbano.

### **3.8.5 Intermediação de Mão-de-Obra**

Trata-se de ação integrante do Sistema Nacional de Emprego - Sempre, por meio da qual são aproximados os interesses dos trabalhadores e dos empresários, facilitando-se aos primeiros a entrada no mercado de trabalho e, aos segundos, a capacitação de mão-de-obra disponível.

A intermediação apresenta evolução em todas as suas atividades, extrapolando as metas mensais previstas. No setor formal, para 77.707 vagas ofertadas, foram encaminhados 163.491 trabalhadores e, destes, 47.203 foram colocados. No setor informal, para 3.987 vagas ofertadas, foram encaminhados 9.777 trabalhadores e, destes, 2.258 obtiveram ocupação.

Importantes segmentos da sociedade, tais como as pessoas portadoras de deficiências, os egressos do sistema penitenciário, os trabalhadores autônomos e os trabalhadores rurais, receberam atenção especial, culminando com a expansão dos serviços para o atendimento a todas as agências do Sistema Público de Emprego do Estado do Paraná.

A intermediação de mão-de-obra consolidou seus serviços junto às empresas montadoras e seus fornecedores no Estado.

### **3.8.6 Formação e Qualificação Profissional**

Considerando-se que parte das vagas ofertadas pelo mercado de trabalho não é preenchida por falta de qualificação dos candidatos, o Programa de Qualificação Profissional desenvolveu ações para minimizar dificuldades de acesso ao mercado. Os cursos de qualificação dividem-se em vários programas destinados aos diferentes setores da atividade econômica. Em 1997, foram qualificados 71.375 trabalhadores em cursos realizados em praticamente todos os municípios do Paraná.

## 4 PARANÁ + ENERGIA

Em julho de 1997, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) lançou 31,9 bilhões de ações preferenciais nominativas da classe B, sendo 6 bilhões no Brasil e 25,9 bilhões no mercado internacional. A magnitude da operação tornou a Copel a sexta empresa brasileira com ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York e a primeira do setor elétrico brasileiro a ser listada nessa Bolsa.

Essa emissão primária proporcionou o ingresso de R\$ 625,8 milhões para o programa de investimentos em energia da Copel.

A Copel investiu R\$ 407 milhões até setembro de 1997, sendo R\$ 237 milhões em obras de geração, R\$ 37 milhões em obras de transmissão, R\$ 119 milhões em obras de distribuição e R\$ 14 milhões em instalações gerais.

### 4.1 LIG-LUZ RURAL

A concessionária paranaense deu continuidade ao programa Lig-Luz Rural, que prevê 50 mil ligações no período 1995-98. Desse total, foram comercializadas 37.975 ligações, das quais 25.755 já foram efetuadas, com investimento total de R\$ 81 milhões. Os projetos de eletrificação vinculados ao programa Vilas Rurais já atenderam a 2.945 famílias, distribuídas em 89 vilas, com investimento de R\$ 2,6 milhões.

### 4.2 LIG-LUZ URBANO

O programa Lig-Luz Urbano, que visa facilitar o acesso de famílias de baixa renda aos benefícios da energia elétrica, prevê 97.600 ligações no período 1995-98. Desse total, foram comercializadas 69.525 ligações, das quais 66.731 já foram realizadas, com investimento de R\$ 13,9 milhões.

A Copel está implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores e melhora a qualidade do fornecimento pois reduz o número de desligamentos. Em parceria com as prefeituras municipais, foram construídos 660 km de redes compactas desde 1995, com um investimento pela Copel de R\$ 10,4 milhões, que beneficiou os

municípios de Maringá, Campo Mourão, Paranavaí, Umuarama, Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu, Londrina, Cornélio Procopio, São Mateus do Sul, Pinhais, Curitiba e São José dos Pinhais.

#### 4.3 GERAÇÃO DE ENERGIA

Em 1997, tiveram continuidade as obras da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, já tendo sido realizado 70% do total do empreendimento, e os Estudos de Impacto Ambiental das usinas da bacia do rio Tibagi (Jataizinho, Cebolão, São Jerônimo e Mauá), as quais terão potência instalada final de cerca de 1.000 MW. Foi dado prosseguimento ao estudo do inventário hidroenergético do rio Jordão, que prevê a construção de três ou quatro usinas com potência instalada total de 260 MW. Foram concluídos os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental da usina hidrelétrica de Guaratuba, no rio Cubatão, com potência instalada prevista de 38 MW. A Copel passou também a ter participação na geração de energia elétrica em outros estados (nas usinas de Machadinho, em Santa Catarina, com potência de 1.040 MW, e Dona Francisca, no Rio Grande do Sul, com potência de 122 MW).

Para dotar o Estado de infra-estrutura energética adequada ao seu desenvolvimento e ampliar a matriz energética estadual, reduzindo as perdas e aumentando a confiabilidade do sistema elétrico, estão sendo desenvolvidas ações para viabilizar a implementação de modernas usinas termelétricas. Entre outros projetos em parceria que estão sendo analisados, já foi formado um consórcio entre a Copel e grupos privados para a construção de usina a gás natural, com potência de 444 MW, no município de Araucária. Os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental desses projetos serão amplamente discutidos com a comunidade, tão logo sejam aprovados pelo IAP.

#### 4.4 ENERGIA ALTERNATIVA

##### 4.4.1 Energia Solar

Em 1997, teve prosseguimento o Programa de Eletrificação de Comunidades Isoladas do Litoral Norte do Estado do Paraná, tendo sido implementados 62 sistemas fotovoltaicos nas comunidades de Tibicanga (Ilha das Peças) e Barbado (Ilha do Superagüi), o que proporcionou o atendimento a uma população de 272 pessoas. Também foi atendido, a partir desse sistema, o posto da Funai na Ilha da Cotinga, em Paranaguá.

##### 4.4.2 Energia Eólica

Durante 1997, deu-se prosseguimento ao Projeto Ventar, cujo objetivo é avaliar o potencial de vento em diversas regiões do Estado. Em decorrência do bom potencial identificado na região de Palmas, a Copel formalizou com a empresa americana Enron/Zond um acordo para o desenvolvimento de estudo de viabilidade para a implantação de usina eólica elétrica nesta cidade, com potência instalada de 200 MW.

#### 4.5 TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Em 1997, a Copel iniciou a construção da linha de transmissão 525 kV, interligando as usinas hidrelétricas de Salto Caxias e Salto Santiago; da linha de transmissão 138 kV Paranaguá - Porto; das subestações Colorado 138 kV; Foz do Chopim 230 kV, em Quedas do Iguaçu; Lapa 138 kV; Piên 138 kV; Distrito Industrial de São José dos Pinhais e Campo do Assobio 230 kV, em São José dos Pinhais; e Fazenda Iguaçu 138 kV, no município de Fazenda Rio Grande.

A concessionária deu continuidade às obras de subestações e linhas de transmissão do empreendimento Bateias 525 kV, para reforço de suprimento de energia elétrica à Região Metropolitana de Curitiba, e concluiu as subestações Belém 138 kV, em Ponta Grossa, Boqueirão 69 kV, em Curitiba, Faxinal 138 kV e Palmeira 138 kV, e as linhas de transmissão Belém - Palmeira 138 kV, em Ponta Grossa, e Palmeira, Ponta Grossa Norte - Belém, em Ponta Grossa, Uberaba - Parolin 69 kV, em Curitiba, e Lapa - Piên 138 kV, nos municípios da Lapa e de Piên.

Além disso, a Copel deu andamento aos projetos referentes a 9 subestações, 25 ampliações, 22 linhas de transmissão e 2.700 km de cabos de fibra óptica em linhas de transmissão.

Essas obras propiciarão reforço no suprimento de energia elétrica a diversas regiões do Estado e no atendimento a vários consumidores especiais, como Audi, Tafisa, Electrolux, Chrysler e Renault, e representam acréscimo de potência instalada em torno de 800 MVA.

#### 4.6 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

O consumo de energia elétrica no Estado do Paraná em 1997 foi de 14,2 milhões de MWh, tendo apresentado crescimento de 5,4% sobre 1996.

Esse incremento significa o mesmo que agregar ao mercado consumidor um município do porte de Londrina.



As classes de consumo que apresentaram maior crescimento foram a comercial, com 8,4%, e a industrial, com 5,4%. Na classe industrial, destacam-se os ramos de atividade papel, papelão e celulose, produtos alimentares e minerais não-metálicos, que representam as parcelas mais significativas do consumo dessa classe, com crescimento de 4,5%, 5,4% e 9%, respectivamente (crescimentos acumulados referentes ao período de janeiro a setembro de 1997, disponíveis por ocasião da elaboração da mensagem).

Na classe comercial, destacam-se o desempenho do ramo varejista, que representa cerca de 30% do total do consumo, e o significativo número de ligações de consumidores de elevado consumo, como *shopping centers*.

Em 1997, foram ligados 95 mil novos consumidores no Estado, dos quais 3 mil são da classe industrial, perfazendo um total de 2,6 milhões de consumidores faturados.

#### 4.7 PROGRAMA LUZ COM DESCONTO

O Governo do Estado passou a pagar os valores do consumo e da taxa de iluminação pública dos consumidores residenciais e rurais com consumo mensal até 30 kWh. A medida alcança cerca de 90 mil consumidores.

Para oferecer aos consumidores mais uma opção de pagamento da conta de luz, a Copel lançou o programa Luz com Desconto, que possibilita a aquisição antecipada de energia para determinado período, com a concessão de desconto.

#### 4.8 OUTRAS AÇÕES NA ÁREA DE ENERGIA

O plano de implantação de sistema de telecomunicação digital com transmissão óptica da Copel – abrangendo as usinas, subestações e principais cidades do Estado – atingiu 130 km em circuitos interurbanos de cabos instalados e 167 km em circuitos urbanos. Os principais serviços oferecidos por esse sistema de alta confiabilidade são: teleproteção para linhas de alta tensão, automação e telecomando de subestações e usinas, comunicação de dados em alta velocidade e comunicação de voz e imagem.

Encontra-se em adiantada fase de implantação na Copel um amplo programa de automação do sistema de geração e transmissão. O programa atinge as usinas, as subestações de transmissão e distribuição e os centros regionais de operação do sistema elétrico.

## 5 IDÉIAS-FORÇA EM CADA REGIÃO

### 5.1 CENTRO DE DESIGN

Uma das principais atividades tem sido a busca de parceiros nacionais e internacionais que possam trazer para o Paraná, com o apoio do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), as mais modernas tecnologias para o desenvolvimento do *design*.

O trabalho abrange atividades específicas, entre as quais se destacam: pela Fundepar, o desenvolvimento de trabalho para a melhoria da qualidade dos conjuntos escolares nas escolas da Rede Pública Estadual; e, junto à prefeitura de Arapongas, o desenvolvimento de um projeto de apoio ao *design* para a indústria moveleira no Norte do Estado.

Para viabilizar a construção da futura sede do Centro de Design, foi firmado convênio com a prefeitura de Curitiba, que vai estabelecer uma parceria para as obras de reciclagem da antiga Cerâmica Santa Rita, na represa do Passaúna.

### 5.2 UNIVERSIDADE DAS AMÉRICAS

O Governo do Paraná, através do Decreto nº 2.216, criou um grupo executivo para desenvolver ações, objetivando a viabilização da Uniamérica, com prazo de seis meses para apresentação do relatório. No evento, ocorrido em 1996 em Foz do Iguaçu, foram contempladas sugestões e incluídas no relatório enviado ao governador em janeiro de 1997, entre elas estão:

- a) combinar o conceito de universidade virtual com o de universidade aberta e o de educação à distância com o de educação continuada, a fim de promover a integração dos níveis regional, internacional e intercontinental;
- b) associar pesquisas com experimentação, criatividade com participação, conhecimento com sua aplicabilidade imediata, de modo a evitar o distanciamento da academia das necessidades da comunidade;
- c) somar-se à rede de ensino superior do Estado;

- d) criar uma rede de laboratórios regionais multidisciplinares, que associará diferentes disciplinas, de diferentes centros produtores de conhecimento, para interagir em sistemas *on-line* de comunicação continuada entre os centros e o centro gerenciador.

A Uniamérica, contemplada no Plano Plurianual 96/99 como centro de excelência tecnológica de integração cultural e comercial das Américas, atua por meio de uma universidade em rede, atendendo às vocações de cada região, por meio de projetos-piloto. Os primeiros ensaios serão realizados junto aos municípios de Francisco Beltrão, através de sua Faculdade Municipal (Facibel); Campo Mourão, através de sua Faculdade Estadual (Facilcam); e Goio-Erê, através do Campus do Extensão da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A massa crítica que comporá a Uniamérica será constituída de alunos de graduação e pós-graduação, especialistas com notório saber, professores e *scholars* internacionais.

### 5.3 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - RMC

A Comec, criada através da Lei Estadual nº 6.517/74 e transformada em entidade autárquica através da Lei nº 11.027/95, tem por atribuições a formulação de diretrizes da política de desenvolvimento da RMC, a coordenação das funções públicas de interesse comum e a articulação com os demais níveis de governo, visando à minimização dos desequilíbrios regionais.

Os projetos e obras realizados em 1997 são:

- a) saneamento ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, onde estão relacionadas as ações desenvolvidas através do Programa de Saneamento Ambiental para a Região Metropolitana de Curitiba - Prosam;
- b) estruturação física da Região Metropolitana de Curitiba, em que estão agrupadas as ações de caráter estruturador do sistema viário metropolitano e as intervenções físicas da Comec no espaço regional;
- c) preservação e recuperação de áreas verdes, em que estão relacionadas todas as ações para a proteção e preservação do meio ambiente regional;
- d) estruturação urbana e fomento ao desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de Curitiba, em que estão agrupadas as ações com interface direta com os municípios e/ou que tratam do desenvolvimento econômico regional.

### 5.3.1 Programa de Saneamento Ambiental para a Região Metropolitana de Curitiba - Prosam

- Subcomponente Ocupação e Uso Conservacionista do Solo Rural (PMA-02)  
**Objetivo:** disseminação de práticas agrícolas não-poluentes em áreas de mananciais, construção de tanques, esterqueiras, abastecedouros comunitários e lavadores de olerícolas.  
**Estágio atual:** foram concluídas 211 pequenas obras (tanques e abastecedouros comunitários) e adquiridos 11 equipamentos de informática, com um valor contratado de R\$ 284.239,00, sendo realizados, em 1997, R\$ 259.802,00 (91% do total).
- Subcomponente Infra-estrutura Urbana e Reordenamento Territorial em Área de Mananciais (PMA-03)  
**Objetivo:** reassentamento de população, infra-estrutura de saneamento básico e desapropriações, de forma a solucionar e prevenir a poluição em mananciais.  
**Estágio atual:** implantação dos loteamentos Timbu, Trevisan e Bonilauri. A infra-estrutura de 1.353 lotes encontra-se em fase de conclusão, tendo sido realizados no exercício R\$ 178.695,69 (21% do total); concluídos 738 módulos habitacionais, de um total de 1.072, correspondentes a 68% do contratado, com um valor de R\$ 5.312.019,00, sendo realizados no exercício R\$ 2.529.170,00. Foram reassentadas 223 famílias, de um total de 1.262. Encontram-se desapropriados 636.600 m<sup>2</sup>, de um total de 1.714.700 m<sup>2</sup>.
- Subcomponente Recuperação do Lixão da Lamenha Pequena (PMA-04)  
**Objetivo:** recuperar e tratar os efluentes líquidos do Lixão da Lamenha Pequena.  
**Estágio atual:** concluída a elaboração do projeto de recuperação do Lixão da Lamenha Pequena, incluindo os trabalhos de campo referentes à geologia, topografia, caracterização da área, diagnóstico, análise de alternativas e projeto executivo da alternativa selecionada; valor contratado de R\$ 228.204,38, sendo realizados no exercício R\$ 175.769,63.
- Subcomponente Prevenção de Acidentes Rodoviários com Cargas Perigosas (PMA-05)

**Objetivo:** redução de riscos de acidentes de tráfego envolvendo cargas perigosas em áreas de mananciais.

**Estágio atual:** dos equipamentos necessários ao Sistema de Atendimento Emergencial, foram contratados o caminhão e seus equipamentos especiais e o *trailer*, tendo este já sido entregue; valor contratado de R\$ 518.050,00, sendo realizados no exercício R\$ 43.290,22 (8% do total).

- Subcomponente Parque Ambiental do Passaúna (PMA-08)  
**Objetivo:** construção de um parque às margens da barragem do Passaúna, no município de Araucária, com área total de 140.000 m<sup>2</sup>.  
**Estágio atual:** o Parque Ambiental do Passaúna foi inaugurado em abril de 1997; valor contratado de R\$ 1.078.656,32, sendo realizados no exercício R\$ 369.193,85 (34% do total).
- Subcomponente Parque e Controle de Cheias do Alto Iguaçu (PRA-01)  
**Objetivo:** execução do parque e canal para controle de cheias na bacia do Alto Iguaçu, para o equacionamento de problemas relativos a enchentes, ocupação de áreas de inundação e degradação ambiental.  
**Estágio atual:** executados projetos de obras hidráulicas e o projeto do Parque do Alto Iguaçu; concluído o projeto de controle de cheias do Alto Iguaçu, tendo sido realizados no exercício R\$ 418.292,40 (50%) de um total de R\$ 838.291,67 contratado; desapropriados 4.333.000 m<sup>2</sup> de um total de 10.800.000 m<sup>2</sup>; no exercício de 1997, foram realizadas as desapropriações de 1.773.500m<sup>2</sup> a um custo de R\$ 2.761.541,00.
- Subcomponente Resíduos Sólidos Urbanos (PRA-04)  
**Objetivo:** implantação de um sistema regional de transferência de resíduos sólidos urbanos para destinação final com a instalação do Aterro Sanitário Norte, estações de transbordo e desenvolvimento de modelo de gestão e de capacitação técnico/gerencial; como resultado das negociações com o Bird, ficou definido que as obras e serviços deste componente serão implementados por concessão à iniciativa privada, com a meta de atingir na região um grau de atendimento de coleta de resíduos sólidos de 90% ao final do Prosam.

**Estágio atual:** estão em andamento os estudos visando à implantação do sistema, tendo sido concluídos os projetos executivos do conjunto de obras que compõem o mesmo e estando em desenvolvimento a proposta institucional de participação dos municípios; foram executados 74% dos serviços da consultora contratada; valor contratado R\$ 2.205.200,00, sendo realizados no exercício R\$ 1.067.103,00 (48% do total).

- Subcomponente Plano Diretor de Ordenamento Territorial em Áreas de Mananciais (PEB-06)  
**Objetivo:** elaboração de plano diretor de ordenamento territorial e de drenagem em áreas de mananciais e implantação de sistema de informações da bacia do Alto Iguaçu que possibilite o monitoramento do uso e ocupação do solo nessas áreas.  
**Estágio atual:** minutas de contrato, carta-convite e termo de referência estão no aguardo de autorização de despesa pela Secretaria de Estado da Fazenda; valor contratado de R\$ 3.100.000,00.

### 5.3.2 Estruturação Física da Região Metropolitana de Curitiba

- Programa de Integração de Transportes

**Objetivo:** implantação do Sistema Integrado de Transportes Públicos de Passageiros para a Região Metropolitana de Curitiba.

**Estágio atual:** montagem de relatório técnico contendo proposta de investimento no setor de transporte público e sistema viário, com o objetivo de subsidiar as negociações de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); os estudos em execução contemplam projetos de estruturação física para suportar a integração do transporte coletivo metropolitano com o transporte coletivo de Curitiba e mais a estruturação viária de municípios da RMC, totalizando um programa de investimentos no valor de R\$ 220 mil; realização de obras visando ao transporte público de passageiros e ao sistema viário na RMC.

- Novo acesso ao Aeroporto Afonso Pena  
Órgão: Comec  
Município: São José dos Pinhais  
Tipo de serviço: abertura e pavimentação de vias  
Dimensão: 5.500 m  
Órgão executor: DER  
Data de término prevista: janeiro de 1998
- Trevo do Atuba  
Órgão: Comec  
Município: Curitiba  
Tipo de serviço: execução de viaduto, abertura e pavimentação de vias  
Dimensão: 3.362 m  
Órgão executor: Comec  
Data de término prevista: Bairro Alto, janeiro de 1998; Atuba, março de 1998
- Vias de Acesso ao Distrito Industrial da Renault  
Órgão: Codep  
Município: São José dos Pinhais  
Tipo de serviço: abertura e pavimentação de vias  
Dimensão: 8.000 m  
Órgão executor: Comec  
Data de término prevista: julho de 1998
- Vias de Acesso ao Distrito Industrial da Audi-Volks  
Órgão: Codep  
Município: São José dos Pinhais  
Tipo de serviço: execução de viaduto, abertura e pavimentação de vias  
Dimensão: 5.500 m  
Órgão executor: Comec  
Data de término prevista: julho de 1998
- Rodovia da Graciosa  
Estudo preliminar de recuperação e ampliação da Rodovia da Graciosa, com implantação de trecho de duas pistas, ciclovia e pontos de embarque e desembarque de passageiros da linha de coletivos. Projeto executado pelo DER.  
Estágio atual: Aguardo de recursos para implantação

### 5.3.3 Preservação e Recuperação de Áreas Verdes

#### a) Elaboração de legislação

**Objetivo:** elaboração de minuta de lei estadual de proteção dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba que compatibilize a ocupação urbana com a preservação dos recursos hídricos regionais.

**Estágio atual:** foi encaminhada proposta de legislação à Casa Civil.

#### b) Estudos para implantação de parques na RMC

**Objetivo:** dotar a Região Metropolitana de Curitiba de espaços livres, com vistas à recuperação do equilíbrio hidrológico, à melhoria da qualidade ambiental de seus municípios e à criação de alternativas de lazer para a população.

- Parque Metropolitano do Iguaçu
  - Finalização dos projetos do Parque Metropolitano do Iguaçu; coordenação da execução de todos os projetos complementares; execução do projeto de paisagismo; elaboração dos desenhos de apresentação (concluído).
  - Projeto de implantação de uma lanchonete, com trapiche e choupana, no Parque Iguaçu, trecho da Av. das Torres à PR 415 (concluído).
  - Projeto de implantação de um posto de polícia ambiental com estacionamento no Parque Iguaçu, trecho da Av. das Torres à PR 415 (concluído).
- Elaboração do projeto do Parque Palmital (em fase de elaboração)
- Coordenação dos projetos de duas praças em Contenda (em fase de elaboração)
- Projeto Wetlands - Parque Iguaçu
  - Definição da área do projeto.
  - Reuniões com a empresa encarregada no projeto (em fase de elaboração).



- Acompanhamento da relocação de 40 famílias da Cidade Jardim (São José dos Pinhais) para a região da Costeira (concluído)
- c) Plano de Uso e Ocupação do Solo na Área de Abrangência do Aquífero Karst
 

**Objetivo:** elaborar Plano de Uso e Ocupação do Solo na Área de Abrangência do Aquífero Kárstico (Região Metropolitana de Curitiba), visando preservar suas áreas de recarga, compatibilizar os usos já existentes e minimizar os impactos causados pela exploração do aquífero subterrâneo para abastecimento da região.

**Estágio atual:** participação da Comec no grupo de trabalho do convênio com a Universidade de Kraaz, para desenvolvimento de tecnologia de exploração dos aquíferos; montagem de equipe interinstitucional, sob a coordenação da Comec, para elaboração do plano (em fase de elaboração).
- d) Relatório do quadro ambiental da Região Metropolitana de Curitiba
 

**Objetivo:** contrato com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para a produção de relatório ambiental metropolitano homogêneo e consistente, cujos indicadores, demonstrativos e análises ofereçam um perfil objetivo dos problemas ambientais da RMC, identificando os agentes causadores dos principais problemas ambientais.

**Estágio atual:** documento entregue ao IPEA.
- e) Estudo de ocupação da região do Guarituba, em Piraquara
 

**Objetivo:** elaboração de estudos visando à proposição de nova legislação urbanística que compatibilize a ocupação urbana com a preservação dos recursos hídricos regionais.

**Estágio atual:** análise da legislação urbana de zoneamento e uso do solo nas áreas urbanas e rurais, no município de Piraquara (em fase de elaboração).

f) Alto Ribeira

**Objetivo:** elaboração de estudos visando ao uso múltiplo do reservatório de Tijuco Alto (bacia do Alto Ribeira, em Adrianópolis), em especial, ao potencial para abastecimento público da RMC.

**Estágio atual:** análise comparativa da viabilidade de utilização do Vale do Ribeira como manancial, em relação ao uso das barragens a serem construídas ao sul da RMC (Cinturão Azul do Plano Diretor de Abastecimento de Água de Curitiba e Região Metropolitana – em fase de elaboração).

#### 5.3.4 Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da Região Metropolitana de Curitiba

- Controle da Ocupação Territorial

**Objetivo:** emitir pareceres quanto ao parcelamento do solo na Região Metropolitana de Curitiba, em cumprimento à legislação federal e estadual vigentes.

**Estágio atual:** emissão de pareceres técnicos de consulta e anuência prévia para projetos de loteamentos e desmembramentos para os municípios da RMC; atendimento ao público e prefeituras municipais; e acompanhamento junto ao Ministério Público/ Promotoria de Defesa do Consumidor de processos correlatos; elaboração do Zoneamento da APA Municipal de Pinhais, em conjunto com a equipe municipal (em fase de elaboração).

- Levantamento de Áreas Ocupadas na Região Metropolitana de Curitiba

**Objetivo:** manter atualizado o levantamento de áreas ocupadas na Região Metropolitana de Curitiba, visando ações de interesse regional na questão da habitação.

**Estágio atual:** trabalho de campo em quatro municípios (Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Largo e Pinhais – concluído); desenho final de identificação de todas as invasões de Campo Largo (escala 1:2000) com mapa geral de localização (escala 1:20.000 – concluído); contatos iniciais e coleta de material dos municípios de Fazenda Rio Grande, Campo Magro, Piraquara, Araucária e São José dos Pinhais (concluído).

- Estudo de Ocupação da Região do Guarituba, em Piraquara  
**Objetivo:** elaboração de estudos visando à proposição de nova legislação urbanística que compatibilize a ocupação urbana naquela área com a preservação dos recursos hídricos regionais.  
**Estágio atual:** proposta de legislação urbana de zoneamento e uso do solo da área (em fase de elaboração).
- Proposta de Alteração do Zoneamento do Uso do Solo Urbano da Sede do Município de Piraquara  
**Objetivo:** atender à solicitação da prefeitura para estudos de ampliação do perímetro urbano da sede deste município.  
**Estágio atual:** concluído.
- Proposta de Legislação do Zoneamento do Uso do Solo Urbano do Município de Rio Branco do Sul  
**Objetivo:** atender à solicitação da prefeitura para a elaboração conjunta da legislação do uso do solo urbano deste município.  
**Estágio atual:** em fase de conclusão.
- Proposta de Alteração do Zoneamento do Uso do Solo Urbano do Município de Mandirituba  
**Objetivo:** atender à solicitação da prefeitura para estudos de alteração do perímetro urbano deste município.  
**Estágio atual:** concluído.
- Proposta de Legislação do Zoneamento do Uso do Solo Urbano do Distrito de São Luís do Purunã no Município de Balsa Nova  
**Objetivo:** atender à solicitação da prefeitura para elaboração conjunta da legislação do uso do solo urbano deste distrito municipal.  
**Estágio atual:** concluído.
- Proposta de Legislação do Zoneamento do Uso do Solo Urbano do Município de Campo Magro  
**Objetivo:** atender à solicitação da prefeitura para elaboração conjunta da legislação do uso do solo urbano deste município.  
**Estágio atual:** em início.

- Proposta de Alteração do Zoneamento do Uso do Solo Urbano do Município de Pinhais  
**Objetivo:** atender à solicitação da prefeitura para estudos de alteração da legislação do uso do solo urbano deste município.  
**Estágio atual:** em fase de elaboração.
- Comportamento das Finanças Municipais na RMC - 1992/1995  
**Objetivo:** obter diagnóstico financeiro das administrações municipais, visando à sua utilização como subsídio ao processo de planejamento local e regional; verificar e analisar o comportamento dos diversos itens da receita e da despesa.  
**Estágio atual:** concluído, em fase de impressão para divulgação.
- Turismo como Atividade Econômica  
**Objetivo:** transformar a RMC em pólo turístico conhecido, explorando o grande número de pontos naturais existentes.  
**Estágio atual:** identificação dos pontos de potencial turístico nos municípios de Agudos do Sul, Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Magro, São José dos Pinhais (em fase de elaboração).
- Implementação do Desenvolvimento Industrial na RMC  
**Objetivo:** colaboração com a SEID no fomento à implantação de indústrias na RMC, através do levantamento de áreas que apresentem potencialidade para instalação industrial, segundo critérios como: topografia adequada, localização fora das áreas de preservação ambiental, proximidade aos eixos viários regionais, proximidade aos centros urbanos locais e compatibilidade com a estratégia de desenvolvimento regional.  
**Estágio atual:** elaboração do documento Levantamento de Áreas Industriais na Região Metropolitana de Curitiba e assessoria técnica à SEID para subsidiar a localização de áreas para implantação de indústrias na RMC (concluído); elaboração do documento Proposta para Implantação de Condomínios Industriais na Região Metropolitana de Curitiba (concluído); assessoria às prefeituras para localização e viabilização de áreas e investimentos industriais.

- Assessoria Técnica para Implantação da Indústria Renault no Município de São José dos Pinhais

**Objetivo:** dar assessoria à implantação da indústria Renault em São José dos Pinhais.

**Estágio atual:** coordenação de reuniões e atividades técnicas entre as entidades envolvidas (Comec, Renault, Compagás, Copel, IAP, Companhia de Desenvolvimento, Corpo de Bombeiros, DER, Secretaria de Transportes, Administração do Porto de Paranaguá e Antonina (APPA), DNER, Sanepar, Telepar, Mineropar, Prefeitura de São José dos Pinhais, Ferroeste, RFFSA, empresas contratadas); participação em processos licitatórios de obras e serviços de engenharia; supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia; elaboração de documentos técnicos.

## 6 PARANÁ MINERAL

O programa Paraná Mineral abrange duas grandes áreas de ação: a de fomento – implementada pelos subprogramas Valorização da Produção Mineral e Necessidades e Oportunidades Regionais – e a de geologia.

- **Subprograma Valorização da Produção Mineral**

- O projeto Avaliação Metalogenética do Distrito Mineiro do Talco no Estado do Paraná, em convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), tem por objetivo o mapeamento detalhado e a avaliação das reservas de talco numa área de 100 km<sup>2</sup>.
- O projeto O Setor da Cerâmica Vermelha do Paraná, em parceria com a SERT, tem por objetivo conhecer o setor de forma a permitir a promoção do mercado de trabalho.

- **Necessidades e Oportunidades Regionais**

Visa ao descobrimento de recursos minerais para o atendimento às necessidades de desenvolvimento regional.

- Projeto Areia para Construção Civil, em convênio com a Mineropar e Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU). Foi viabilizado o aproveitamento econômico de ocorrências de areia, em áreas da Colônia Penal Agrícola, município de Piraquara, a serem inundadas quando da conclusão da barragem do rio Iraí.
- Calcário Agrícola de Guapirama, em convênio com a Codapar. Dimensionamento da jazida de calcário com a finalidade de produzir corretivo agrícola.
- Diagnóstico da Indústria Mineral. Analisados os setores de areia, brita, talco e mármore/granitos, estabelecendo os principais entraves e registrando diretrizes para seu crescimento.

- **Subprograma de Geologia de Planejamento**

Fornecer informações sobre a constituição geológica e as características geotécnicas dos diferentes compartimentos do território paranaense.

- Mapeamento geológico geotécnico da Região Metropolitana de Curitiba, em convênio com a Comec. Tem por objetivo dar suporte geotécnico ao plano de uso<sup>a</sup> e ocupação do solo dos municípios da Região Metropolitana.
- Sistema de Informações Geoquímicas do Estado do Paraná - Sigep, em convênio com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Tem por objetivo estabelecer uma base de dados aplicável ao planejamento agrícola, monitoramento ambiental e da saúde pública, saneamento básico e prospecção mineral.
- Sistema de Informações Geográficas - SIG. Visa prestar informações rápidas e seguras das questões relativas à geologia, economia mineral e do setor mineral para a iniciativa privada e órgãos públicos.

Em adição ao contido no programa Paraná Mineral, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- a) pátios industriais, seleção de áreas para locação de indústrias, projeto sob encomenda da SEID, elaborado com a Comec;
- b) levantamento do Potencial Mineral da Região de Pitanga, projeto encomendado pela SEID;
- c) inauguração do Centro de Informações Minerais do Paraná, em comemoração aos 20 anos de fundação da Mineropar;
- d) participação na Feira do Paraná - 1997, com seminário sobre oportunidades de investimento mineral no Mercosul.

## 7 PARANÁ + SANEAMENTO

A característica de ser prestadora de um serviço de natureza social que atende às necessidades primárias, indispensáveis à sobrevivência, exige da Sanepar esforços especiais no sentido de preservar a permanência de suas atividades na defesa da saúde e do bem-estar da comunidade.

No exercício de 1997, aumentando as receitas, enxugando despesas, modernizando a administração, investindo na melhoria dos procedimentos técnicos, exercendo uma política constante de valorização de seu quadro de funcionários e racionalizando o emprego de recursos, a Sanepar pôde dar curso ao maior programa de obras de sua história.

### 7.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO

A Sanepar desembolsou R\$ 89.417 mil na execução das obras programadas, até outubro de 1997, nos seguintes programas:

#### a) **Prosam**

Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba para a recuperação da qualidade ambiental e preservação de mananciais. Os recursos são financiados pelo Banco Mundial, Caixa Econômica Federal e, ainda, prefeituras e vários órgãos do Governo do Estado.

- Estação de Tratamento de Esgoto - Atuba Sul  
Capacidade: 1.450 l/s  
Investimento previsto: R\$ 17.097.701,48 (obra em execução)
- Programa de Infra-estrutura Urbana e Reordenamento Territorial em Áreas de Manancial - PMA - 03 (implantação do sistema de abastecimento de água de Borda do Campo - São José dos Pinhais)  
Investimento: R\$ 1.064.490,59 (obra concluída)



b) **Prosege Sanepar**

c) **Prosege Prefeituras**

O Programa de Ação Social em Saneamento tem recursos do Ministério do Planejamento e Orçamento e executa obras para melhorar as condições de saneamento dos paranaenses.

– **Prosege/Prefeituras - Campo Mourão**

População beneficiada: 20 mil habitantes

Rede coletora: 65.552

Ligações domiciliares: 4.159

Investimento: R\$ 2,9 milhões (obra em execução)

– **Prosege/Sanepar - Curitiba**

Extensão de rede: 136.636 m

Ligações: 7.408

População beneficiada: 37 mil habitantes

Investimento: R\$ 9.850 mil (obra concluída)

d) **Caixa Econômica Federal**

Com recursos da Caixa Econômica Federal/FGTS, a Sanepar está executando obras para a implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto e abastecimento de água.

– Ampliação do sistema de abastecimento de água em Foz do Iguaçu  
Investimento: R\$ 3.595 mil (obra em execução)

– Construção de estação de tratamento de esgoto em Foz do Iguaçu (ampliação do sistema de coleta e tratamento)  
Investimento: R\$ 350 mil (obra concluída)

e) **Paraná Urbano**

A Sanepar participa deste programa, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano do Estado, implantando e ampliando sistemas de água e esgoto em vários municípios do Estado.

– Ampliação do sistema de esgoto de Campo Largo  
População beneficiada: 9.170 habitantes  
Investimento: R\$ 2,7 milhões (obra em execução)

– Implantação do sistema de esgoto de Cafelândia  
População beneficiada: 4.125 habitantes  
Investimento: R\$ 868 mil (obra concluída)

f) **PASS**

O Programa de Ação Social em Saneamento é integrante do Comunidade Solidária e repassa recursos para obras em comunidades urbanas e rurais.

– Implantação do sistema de esgoto de Ampère  
População beneficiada: 5.100 habitantes  
Previsão de conclusão: janeiro de 1998  
Investimento: R\$ 1.202 mil (obra em execução)

– Ampliação do sistema de esgoto de Pitanga  
População beneficiada: 2 mil habitantes  
Investimento: R\$ 241.172,76 (obra concluída)

A política de atração de investimentos da Sanepar já viabilizou, junto à iniciativa privada, parcerias resultantes em investimentos.

– Ampliação do sistema de esgoto de Francisco Beltrão  
Rede coletora: 27 mil metros  
Ligações domiciliares: 1.090  
População beneficiada: 4.500 habitantes  
Investimento: R\$ 1 milhão (obra em execução)

– Ampliação do sistema de esgoto de Foz do Iguaçu  
Rede coletora: 31 mil metros  
Ligações domiciliares: 1.310  
População beneficiada: 5.300 habitantes  
Investimentos: R\$ 1,2 milhão (obra concluída)

g) **Convênios**

Nos convênios firmados com as prefeituras para executar obras, cabe à Sanepar o projeto técnico, o fornecimento de material e a fiscalização. Com as prefeituras fica a responsabilidade da mão-de-obra.



- Ampliação do sistema de esgoto em Irati  
População beneficiada: 3.500 habitantes  
Investimento: R\$ 480 mil (obra em execução)
- Ampliação do sistema de esgoto em Joaquim Távora  
Investimento: R\$ 330 mil

## 7.2 SANEAMENTO RURAL

A Sanepar leva água tratada a comunidades rurais de 50 até 2.000 habitantes através do Programa Estadual de Saneamento Rural. Este ano será inaugurado o milésimo sistema em Ilha Rasa, Guaraqueçaba.

- Rio das Pedras/Alexandra - Paranaguá  
População beneficiada: 1.200 habitantes  
Investimento: R\$ 189.434,62 (obra em execução)
- Turvo/Guaraúna das Tocas - Palmeira  
População beneficiada: 620 habitantes  
Investimento: R\$ 109.126,72 (obra concluída)

## 7.3 SANEAMENTO AMBIENTAL

O princípio de que todos os processos e atitudes organizacionais devem estar dentro do conceito de conservação ambiental, com ênfase nos recursos hídricos, norteou também, no exercício de 1997, a política de meio ambiente da Sanepar.

No que diz respeito às questões da qualidade, deve-se salientar as ações de coordenação da implantação de Sistema de Garantia da Qualidade - ISO 9002 na unidade de produção de Campo Largo, culminando com a obtenção do Certificado ISO 9002 junto à ABS - Quality Evaluations, Inc., sendo a Sanepar a primeira empresa da América Latina a obter o referido certificado para um processo de produção de água.

Nos aspectos pertinentes à conservação de mananciais, destacam-se:

- a) desenvolvimento de metodologia para a criação do processo de conservação de mananciais;
- b) estruturação do Banco de Dados Ambientais;

- c) projeto de pesquisa visando definir indicador econômico para subsidiar a decisão de investimentos na conservação de mananciais;
- d) parceria com a prefeitura de Campo Largo na capacitação de 28 multiplicadores visando ações de educação voltada à conservação de mananciais;
- e) priorização dos mananciais do Estado quanto à necessidade de recuperação e inclusão dos mesmos no programa Água Limpa;
- f) obtenção de outorgas e licenciamentos ambientais e manutenção dos já obtidos.

## 7.4 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Sanepar continuou aplicando sua política de tecnologia que promove a competência técnica como fator de competitividade, estimulando a pesquisa e desenvolvimento.

As ações mais significativas neste campo estiveram voltadas basicamente ao controle operacional e à redução das perdas de água, com o objetivo de atingir o estado de controle nos sistemas.

A melhoria da qualidade do produto e dos processos também foi alvo da área de pesquisa.

Convênios de cooperação técnica, parcerias e intercâmbios com outras entidades, inclusive governos de outros países, bem como consultorias prestadas, enriqueceram as atividades de 1997.

## **8 PARANÁ + TECNOLOGIA**

### **8.1 PROJETO TELEMÁTICA - INTRANET PARANÁ**

Por meio da Rede Estadual de Telemática - Rede Intranet Paraná, aprovada pelo Conselho Estadual de Informática em 15 de agosto de 1996 e autorizada pelo governador Jaime Lerner em 27 de agosto de 1996, o Governo do Estado está implantando uma rede ISDN (Integrated Services Digital Network) com comunicação de dados de alta velocidade. Este avanço permite conectar os principais municípios do Paraná (Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Guarapuava) e integrar instituições nacionais e internacionais de ensino e pesquisa e tecnologia, órgãos governamentais e a área produtiva e prestadora de serviços de modo geral.

O Tecpar, como centro da rede Intranet, está conectado diretamente a um canal internacional nos Estados Unidos, com 2 mega bits/segundo (Mbps), ligando a esse canal os municípios citados.

#### **8.1.1 Subprojetos do Projeto Telemática**

- Rede SETI – Com sua implementação concluída em maio de 1997, esta rede local está caracterizada por uma estrutura de informática padronizada e otimizada, com infra-estrutura em fibra ótica, com ATM a 155 Mbps e conexão com ISDN aos demais pontos de presença.
- Rede Tecpar – Projeto de criação de uma estrutura de informática padronizada e otimizada, nos padrões adotados pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), para racionalizar as atividades executadas pelo Tecpar, bem como instalar um ponto de presença da Rede Intranet Paraná. Em 1997, foi concluída a configuração da rede no Tecpar-CIC com infra-estrutura em fibra ótica, com ATM a 155 Mbps, interligando o Tecpar Juvevê ao Tecpar Araucária. Estão em fase final de implementação as redes locais das demais unidades do Tecpar, localizadas no bairro Juvevê, em Curitiba, e nos municípios de Araucária e Jacarezinho.

- Backbone Curitiba – Projeto criado e concluído em 1997, este backbone é o ponto de presença de roteamento e de canais de comunicação de alta velocidade para acesso à Internet, utilizando-se da implantação de link internacional de satélite exclusivo, para criar a infovia básica da Rede Intranet Paraná. O backbone interliga a SETI, o Gabinete do Governador no Palácio Iguazu, a Copel, o Tecpar e a Universidade Federal do Paraná.
- Backbone Paraná – Celebrado contrato de serviços com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) e instalada uma estação terrena master para comunicação de satélite, no ponto de presença do Tecpar, que permitirá, com links via satélite, a integração de vários pontos de presença da Intranet Paraná no interior do Estado.
- Jogos da Natureza – Em setembro de 1997, por meio do Projeto Intranet Paraná, o Governo do Estado instalou a infraestrutura do ponto de presença regional da rede em Foz do Iguaçu, no campus da Unioeste, viabilizando a comunicação de dados decorrentes do evento e acesso à Internet.
- Videoconferência – Em 1997, foi iniciado o processo de aquisição de tecnologias integradas e equipamentos necessários para a execução de eventos interativos e de capacitação com recursos da telemática.
- Passaporte Pimlico – Em 3 de dezembro de 1997, foi realizado o primeiro evento de intercâmbio interinstitucional, que compreende o uso da videoconferência numa cooperação técnica entre a Embaixada do Brasil e o Tecpar, com a participação dos alunos do Colégio Estadual do Paraná e da Pimlico School de Londres.

### 8.1.2 Projetos Realizados em Parcerias

- Saúde Maringá – Projeto de solução tecnológica para a área de saúde no município de Maringá, que visa à instalação de um backbone local para a integração de 23 unidades municipais de saúde, um hospital universitário e sete unidades conveniadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

- Cianorte – Desenvolvimento de ações nas áreas de educação, turismo, indústria e comércio e administração municipal.
- Arapongas – Instalação de um ponto de rede da Intranet Paraná com vistas ao desenvolvimento de projeto de *design* para as indústrias moveleiras do município.
- Foz do Iguaçu – Instalação de um ponto de rede da Intranet Paraná para a interligação das 54 escolas do município e das secretarias municipais.
- Aprendiz do Futuro – Projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, procura aliar a tecnologia da comunicação da Rede Internet à discussão de temas relacionados à cidadania, formando uma grande rede entre as 2 mil escolas envolvidas.
- Conselho Estadual de Educação – Este projeto visa à instalação de uma estrutura de rede lógica e elétrica no prédio onde se encontra o Conselho de Educação, bem como à ligação desta rede com a Rede Intranet Paraná.

### 8.2 PRÊMIO PARANAENSE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Foi feita a outorga do Prêmio, em sua décima primeira edição, ao Prof. José Domingos Fontana, da UFPR, vencedor na área de Ciências Biológicas. Ao mesmo tempo, foi lançada a décima segunda edição, na áreas de Ciências da Saúde e Ciências Exatas e da Terra, cuja outorga será em 1998.

### 8.3 PROGRAMA DE APOIO AO APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DO SEGUNDO GRAU EM MATEMÁTICA E CIÊNCIAS - PRÓ-CIÊNCIAS

Este programa, decorrente de convênio firmado entre a SETI e a Capes/Ministério da Educação, orientou e financiou a execução de 26 projetos oriundos das Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado, para treinamento e atualização de 1.520 professores de matemática, física, química e biologia, da rede de 2º grau, em novas metodologias e avanços didáticos no ensino de ciências. Foram investidos 1,2 milhões de reais.

#### 8.4 PROGRAMA DE APOIO AO PLANO SUL DE PÓS-GRADUAÇÃO - PPG - SUL

Este programa, também decorrente de convênio firmado entre a SETI e a Capes/Ministério da Educação, está orientando e financiando a execução de 42 projetos oriundos das IES do Estado, destinados à realização de seis cursos de mestrado interinstitucional e à melhoria da infraestrutura física (bibliotecas e laboratórios) de 36 cursos de mestrado regular. Estão sendo investidos 2,4 milhões de reais.

#### 8.5 PRODUÇÃO DE VACINAS E SERVIÇOS

- O Tecpar produziu 20 milhões de doses de vacina anti-rábica para uso veterinário e 2 milhões de doses para uso humano, atendendo ao Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde.
- Foram produzidas 3 milhões de doses de antígenos para diagnóstico da brucelose e 2 milhões de doses de vacina tuberculina, atendendo ao Ministério da Agricultura e profissionais médicos-veterinários.
- Está em fase de pesquisa e desenvolvimento a produção de vacinas em cultivo celular (2ª geração).
- Foram realizados convênios de cooperação técnica com empresas privadas e órgãos governamentais nas áreas de química e biologia. O Tecpar contribui para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, controlando alimentos, medicamentos, cosméticos e efluentes industriais.
- O Tecpar executou interação e parcerias com as seguintes entidades:
  - Petrobrás/Capsis (Inglaterra), transferência de tecnologia;
  - Cerâmica vermelha, diagnósticos regionais (convênio Sebrae);
  - Paster Merieux Connaught (PMC), produção de vacinas conjugadas;
  - Equitel, cooperação técnica;
  - Eletrolux, implantação de programas da qualidade;
  - Detran - Paraná, convênio de inspeção veicular.

#### 8.6 ANIMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A SETI, durante o ano de 1997, mediante Convênio de Cooperação Técnica com o Centro de Integração Tecnológica (Citpar), realizou as seguintes ações:

- Projeto Restauração e Revitalização do Espaço Físico da Faculdade de Artes do Paraná/Casa da Ciência/Tecpar: tem por objetivo proporcionar espaço adequado às ciências e artes, como patrimônio cultural à sociedade pública e privada, bem como propiciar melhor infra-estrutura às atividades envolvidas no projeto; valor R\$ 140.000,00.
- Projeto Análise de Imagens de Satélite (levantamento do uso do solo): tem por objetivo identificar potencialidades municipais, na produção e quantificação de culturas como soja/milho/trigo, reflorestamentos, remanescentes florestais, pastagens e áreas urbanas; valor R\$ 15.000,00.
- Projeto Avaliação de Procedimentos e Controles da SETI/Tecpar: tem por objetivo diagnosticar e propor medidas de procedimentos que melhorem o desempenho das atividades administrativas, fiscais e financeiras, para atender à demanda do setor público e privado; valor R\$ 20.000,00.
- Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sócio-Econômico do Paraná: tem por objetivo apresentar as potencialidades econômicas do Paraná às empresas interessadas em efetuar investimentos no Estado; valor R\$ 15.000,00.
- Bolsas/Estágio: tem por objetivo fornecer bolsas e estágios à consecução dos projetos conveniados.

#### 8.7 CENTRO DE BIOTECNOLOGIA

Com a proposta de regulamentação do artigo 205 da Constituição Estadual, que destina até 2% da receita tributária para o fomento à pesquisa científica e tecnológica, o Governo do Estado teve a iniciativa de implantar o Centro de Biotecnologia com recursos próprios do Tecpar.

O Centro de Biotecnologia tem como objetivos gerais a instalação de uma unidade prestadora de serviços e instrumentação em biologia molecular, um núcleo de prestação de serviços e instrumentação em bioinformática e um centro de coordenação e gestão científica. Deverá atuar como promotor e articulador das diferentes atividades relacionadas aos programas biotecnológicos do Estado.

#### 8.8 INCUBADORA DE ALTA TECNOLOGIA

No decorrer de 1997, mais quatro empresas de alta tecnologia foram graduadas pela Intec, totalizando 14 empresas. Oito novos produtos foram lançados no mercado pelas empresas incubadas, dentre eles o primeiro relógio acústico brasileiro para monitorar a poluição sonora nas cidades.

#### 8.9 FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA

O artigo 205 da Constituição Estadual dispõe sobre a alocação de 2% da receita tributária do Estado para o fomento da pesquisa científica e tecnológica. A partir da proposta da SETI, o Governo do Estado encaminhou Projeto de Lei nº 212/96 à Assembléia Legislativa, cuja votação final deu-se em dezembro de 1997, sendo aprovado um substitutivo geral que manteve as principais características do projeto original.

#### 8.10 ACORDOS DE COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA

- SETI/Tecpar/Gartner Group

O Gartner Group é o principal fornecedor de serviços de assessoria e abrange toda a gama da informática. A partir do último trimestre de 1997, estabeleceu um Centro Regional, localizado em Curitiba, que será um centro estratégico para o serviço de pesquisa e assessoria e contará com o apoio do Governo do Paraná por meio da SETI/Tecpar.

- Tecpar/Serviço Social Autônomo – Paranacidade

Por meio deste convênio, pretende-se viabilizar e implementar os trabalhos consignados no Plano Plurianual do Governo do Estado 1995-1998, incluindo a Univesidade das Américas, o Centro de Biotecnologia, a Rede Intranet Paraná e a Animação do Desenvolvimento Tecnológico.

#### 8.11 QUALIFICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

O Projeto de Qualidade do Ensino Superior procura definir, coordenar e executar as políticas e diretrizes do ensino superior, num processo de contínuo desenvolvimento. São mobilizados cerca de 12.700 funcionários (5 mil docentes e 7.700 agentes técnico-administrativos), que dão atendimento a 16 instituições de ensino superior, as quais matriculam gratuitamente um universo de 45.500 alunos em 174 cursos de graduação e 10.200 pós-graduandos em 274 cursos (247 de especialização, 25 de mestrado e 2 de doutorado). O investimento do Estado na manutenção do ensino superior significa 10% da receita arrecadada com o ICMS.

Em seu âmbito, a SETI, através de sua Coordenadoria de Ensino Superior e de suas vinculadas, desenvolveu ações de destaque em 1997.

##### 8.11.1 Ações Centralizadas

- Quadro de carreira: implementação do Plano de Cargos e Vencimentos do magistério e do pessoal técnico-administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IES), através de edição da Lei Estadual nº 11.713/97. Foram investidos R\$ 40 milhões/ano, significando um acréscimo de 2% na participação da folha de pagamento das IES, nas despesas do Estado com pessoal.
- Descentralização administrativa: o mesmo dispositivo permite, ainda, maior desenvoltura às IES, possibilitando rapidez na solução de algumas questões administrativas, que não necessitam da interveniência da SETI.
- Mais uma universidade paranaense: efetivação do reconhecimento da Universidade do Centro-Oeste (Unicentro).
- Novos cursos: foram analisados e viabilizados 17 novos cursos de graduação. Na Unioeste, Engenharia Elétrica, Química, Ciências Sociais e ampliação de vagas em Matemática. Na Unicentro, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal e Educação Física. Na Universidade de Londrina (UEL), Engenharia Elétrica, Desenho Industrial e Estilismo em Moda. Na Universidade de Ponta Grossa (UEPG), Turismo e Engenharia de Alimentos. Na Faculdade de Campo Mourão (Facilcam), Engenharia da Produção Agroindustrial e Matemática. Na Faculdade de Paranaguá (Fafipar),



Matemática. Na Faculdade de União da Vitória, Direito, com extensão da Universidade de Ponta Grossa. E na Faculdade de Cornélio Procópio, Esquema I.

- Capacitação docente: afastaram-se para pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, com remuneração garantida, 419 professores.
- Contratação docente: foi realizado Concurso Público para 172 professores efetivos (5.699 horas semanais) e Teste Seletivo para 120 professores temporários (3.190 horas semanais). O investimento, que gerou impacto de 9% sobre a folha de pagamento com pessoal (R\$ 2,5 milhões), viabiliza a manutenção do ensino das universidades em fase de implementação (Unioeste e Unicentro).
- Cooperação com outras redes: firmado, com a Rede Municipal de Ensino, Termo de Cooperação Financeira entre a SETI, o município de Francisco Beltrão e a Faculdade Ciências Humanas de Francisco Beltrão (Facibel), no valor de R\$ 400 mil, objetivando garantir, em caráter emergencial, o funcionamento da Facibel, e a manutenção dos 920 alunos, matriculados em regime de gratuidade de ensino.
- Expansão da rede: elaboração de projeto de incorporação da Facibel, como campus universitário da Unioeste; a projeção do investimento é de R\$ 3,3 milhões ao ano.
- Produção científica e de rotina administrativa: foram analisados, inspecionados e encaminhados 1.300 protocolados de interesse da comunidade universitária. A SETI prestou, ainda, informalmente, assistência técnica a cerca de 5 mil pessoas, que procederam a consultas através de visitas, E-mail ou contato telefônico.

#### 8.11.2 Ações Descentralizadas

- Universidade Estadual de Londrina: vem desenvolvendo, para as áreas de extensão universitária e de pesquisa, 427 projetos cadastrados. Na assistência e prestação de serviços, foram 123.081 atendimentos. Na área de saúde, as principais ações prestadas à comunidade envolveram 801.464 atendimentos.

Na infra-estrutura de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação, foram construídos 3.854 m<sup>2</sup>. A instituição teve ampliação acentuada, totalizando 2 mil equipamentos novos, conectados em rede, interligados por fibras ópticas.

- Universidade Estadual de Maringá: nas áreas de pesquisa e extensão, concluiu 53 projetos de pesquisa e tem 357 em execução. Foram concluídos 8 projetos de extensão, estando 119 em execução; 13 projetos de ensino concluídos e 151 em execução, em que estão envolvidos 355 docentes e 302 discentes. Foram realizados 29 cursos de extensão, 3 encontros, 3 simpósios e 12 eventos diversos. Na área da saúde, foram 175.082 atendimentos, entre consultas, internações, exames, cirurgias e parte odontológica. Ainda, 5.079 atendimentos psicológicos e 448 fonoaudiólogos.
- Universidade Estadual de Ponta Grossa: tem 100 pesquisas em andamento; executou 34.257 atendimentos nas áreas de saúde e capacitação profissional; e tem 24.900 m<sup>2</sup> em execução do sistema viário. Durante o exercício de 1997, foram realizados convênios e parcerias com órgãos públicos e instituições privadas e firmado Termo de Cooperação Técnica UEPG/SERT.
- Universidade Estadual do Centro-Oeste: durante o ano, promoveu diversos projetos de extensão e cooperação, atividades culturais e exposições, somando 90 eventos.
- Universidade Estadual do Oeste do Paraná: executou 164 projetos de pesquisa e 81 projetos de extensão; realizou 42 eventos diversos; e consolidou obras de infra-estrutura, pinturas, reformas e ampliações; valor de R\$ 1.204.015,23 (recursos do Tesouro) e R\$ 12.533,40 (recursos de outras fontes), visando à qualidade de ensino com a implantação dos novos cursos.
- Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio: manteve convênios com a Secretaria de Estado da Educação, através do Projeto Vale-Saber, atendendo a 229 professores da Rede Pública Estadual; com a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, através do Projeto Pró-Egresso, atendeu a 35 egressos e apenas de 23 municípios. Na manutenção de estudos adicionais, atendeu a 85 alunos.

- Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho: ofertou para a pós-graduação cursos *lato sensu* em História, Geografia, Língua Portuguesa e Literatura, Metodologia e Didática do Ensino, Psicopedagogia, Deficiência Mental, Matemática, Química e Biologia.
- Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá: para a área de extensão, ofertou três cursos de pós-graduação e concluiu mais três, para uma clientela de 248 inscritos.
- Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana: manteve 6.656 m<sup>2</sup> de construção, uma estimativa de despesa de R\$ 1.726.641,00 em 1997.
- Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho: como atividades de extensão, organizou a III Mostra de Folclore, para 417 participantes; curso de dança, para 45 participantes; curso de futsal, para 78 participantes; e jogos interséries, para 284 participantes.
- Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro de Jacarezinho: firmou convênio para a instalação da Escola de Magistratura, para o exercício de 1998; manteve convênio com a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, para execução do programa Pró-Egresso. Soma-se, no exercício, um gasto da ordem de R\$ 580.785,00.
- Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão: mantém centros de excelência em meteorologia, laboratório de água, cerrado, ensino superior e comunidade carente, meio ambiente, 3ª idade e outros. Convênios com o Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar) e Prefeitura Municipal de Campo Mourão – investimento de R\$ 18.000,00. Extensão comunitária em piscicultura, bovinocultura e cotonicultura – investimento de R\$ 20.000,00.
- Escola de Música e Belas Artes do Paraná: contou com 175 participantes para os cursos de extensão realizados; promoveu exposições diversas, contando com a presença de 2.200 visitantes. Durante o exercício, foram realizadas a Semana da Arte da Embap e o III Concurso Nacional de Piano.
- Faculdade de Artes do Paraná: realizou exposições, seminários e mostras de arte; 49 pesquisas e monografias; e promoveu 15 cursos de extensão.
- Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba: realizou e participou de cursos de aperfeiçoamento de professores e servidores, visando à melhor qualidade de ensino e ao desempenho no trabalho. Realizou 3.700 exames psicotécnicos, perfazendo o custo de R\$ 5.632,00, e atendeu a 370 egressos do Noroeste do Paraná.
- Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória: tem em andamento 15 projetos dos departamentos, que envolvem, além de acadêmicos, pessoas e empresas da comunidade.

## 9 PARANÁ + TRANSPORTE

A Secretaria de Estado dos Transportes, em consonância com a diretriz governamental para o Desenvolvimento Sustentado do Estado, apresentou no ano de 1997 uma atuação voltada para duas atividades básicas: o investimento na ampliação e melhoria dos sistemas rodoviário, ferroviário, aeroportuário e portuário; e a parceria com a iniciativa privada, visando garantir os investimentos necessários à continuidade da política estratégica para a infra-estrutura de transportes no Paraná.

### 9.1 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O sistema rodoviário do Estado apresenta 12.084,62 km de rodovias de jurisdição estadual, sendo 9.990,30 km (82,7%) pavimentadas e 2.094,32 km (17,3%) em leito natural; 3.368,84 km de rodovias de jurisdição federal e 245.724,66 km de rodovias municipais.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Estado na busca de melhores condições de transporte e segurança, o Governo do Estado, através do DER, investiu em 1997 um montante de R\$ 175 milhões na construção de rodovias (24,01%), conservação de rodovias (38,99%), apoio rodoviário aos municípios (13,84%) e administração geral (23,16%).

#### 9.1.1 Concessão de Rodovias

Dos 3.368,84 km de rodovias federais do território paranaense, 1.691,60 km foram delegados ao Governo do Estado, através de convênio firmado com a União, que, juntamente com 343,9 km de rodovias estaduais, foram concedidos, mediante concorrência pública, à iniciativa privada, com o objetivo principal de recuperar e manter essas rodovias através da cobrança de pedágio.

O programa de concessões rodoviárias prevê, entre outras ações pertinentes, a modernização das vias que cortam o território paranaense, oferecendo melhores condições de tráfego e segurança aos seus usuários, com duplicação de trechos, recuperação de pavimentos, acostamentos e melhorias nas sinalizações.

Esses trechos rodoviários concedidos à iniciativa privada integram o Anel de Integração e são responsáveis pela maior concentração do volume de circulação de pessoas e de riquezas produzidas no Paraná.

A segunda etapa do programa de concessões e pedágio de rodovias encontra-se em fase de elaboração através do Contrato nº 009/97. O escopo inicial dos trabalhos já foi apresentado e aprovado pelo DER, e os estudos econômicos prévios estão em fase de conclusão. Em 1997, foram também desenvolvidos os estudos relativos às contagens de tráfego e à condição de superfície dos pavimentos das rodovias, com a finalidade de definir a malha a ser efetivamente concedida à iniciativa privada.

Outro programa de concessão em andamento é o da Ponte de Guaíra, cujos trabalhos estão em fase de elaboração através do Contrato nº 007/97. O escopo inicial dos mesmos já foi apresentado ao DER, e já estão definidos seus respectivos estudos de tráfego. Esses estudos, voltados ao programa de exploração da ponte, serão detalhados e envolverão a definição dos níveis de serviços a serem observados pelo futuro concessionário.

### 9.1.2 Construção de Rodovias

O DER atuou em 1997 em todas as regiões do Paraná através dos programas de terraplenagem e pavimentação, abrangendo uma totalidade de 1.068,14 km entre obras concluídas e em andamento.

Concluiu a pavimentação asfáltica de 124,76 km, a construção de 3.880,60 metros de obras de arte especiais, permanecendo em andamento 900,56 km de pavimentação asfáltica.

- **Principais obras concluídas**

- Acesso ao Porto de Paranaguá
- Juvinópolis-Boa Vista da Aparecida
- Av. das Torres-Aeroporto Afonso Pena
- Complexo Ponte sobre o rio Paraná (Guaíra)

- **Principais obras em andamento**

- Capanema-Marmelândia
- Teixeira Soares-Guaragi
- Tibagi-Telêmaco Borba
- Cel. Vivida-Abundância-Honório Serpa
- Três Barras do Paraná-Quedas do Iguaçu
- Av. Beira Rio (Foz do Iguaçu)
- Braganey-Iguatu-lotes 1 e 2
- Pontes sobre o rio Paraná (Porto Camargo-PR-Cabureí-MS)

Também foram concluídos 42,82 km de pavimentação poliédrica através de convênios de cooperação técnica e financeira celebrados entre esta Secretaria de Estado e os municípios.

### 9.1.3 Estradas Rurais – Caminhos da Educação e da Produção

O programa Estradas Rurais-Caminhos da Educação e da Produção tem como objetivo dar apoio aos municípios, no atendimento às necessidades de melhoria das estradas rurais, utilizando obras modulares com soluções-padrão de baixo custo, como o revestimento poliédrico ou asfáltico. Este programa está ainda alinhado ao programa Excelência na Educação, no auxílio ao cumprimento do objetivo de integrar o Estado e os municípios, no tocante ao transporte escolar, bem como ao escoamento da produção, uma vez que a estrada rural é uma via capilar que facilita o transporte da produção até a malha viária principal ou a um centro consumidor.

- **Obras concluídas**

- Empossado-Santo Antonio do Itatim (Bituruna)
- Estrada do Jerusalém (Cornélio Procópio)
- Entre Rios-Abastec. Comunidade do Lago (Entre Rios do Oeste)
- Furnas-Três Lagoas (Foz do Iguaçu)
- Esquina Gaúcha-Centro Náutico (Itaipulândia)
- Porto Mendes-Base JMN (Marechal Cândido Rondon)
- Prainha-Boa Esperança-RM 213 (Missal)
- Linha Tapuí-PR 585/PR 317-Ouro Preto/PR 182-Boa Vista (Toledo)
- Santa Helena Velha-Centro Hípico (Santa Helena)

### 9.1.4 Conservação de Rodovias

A conservação rodoviária consiste em atividades destinadas a manter pavimentos, acostamentos, taludes, dispositivos de drenagem e outras estruturas dentro da faixa de domínio de uma rodovia, o mais próximo possível das condições em que se encontravam imediatamente após sua construção.

São duas as principais práticas de conservação: a rotineira, que deve ser iniciada tão logo a rodovia esteja concluída, e a periódica, que visa

restabelecer as condições da rodovia após um período de utilização. Ambas são igualmente importantes e imprescindíveis.

Dentro das principais atividades desenvolvidas na conservação da malha rodoviária em 1997, foram executados 611,30 km de restauração, através dos programas Normal e BID IV, e estão em andamento outros 32,50 km. De forma preventiva, foram executados nos mesmos programas 39,20 km de lama asfáltica e estão em andamento outros 65,50 km, totalizando 748,50 km de atuação na restauração e aplicação de lama asfáltica em rodovias estaduais.

Essas atividades, somadas a outros itens – dentre os quais 37,40 km de recapeamento asfáltico, 888,70 km de sinalização horizontal, 15.444,50 m<sup>2</sup> de sinalização vertical e 267.935 m<sup>3</sup> de terraplenagem em vários segmentos –, expressam a importância da atuação do órgão neste setor.

#### 9.1.5 Apoio Rodoviário aos Municípios

Objetiva dar condições permanentes de transporte para a produção agrícola, integrando a rede rodoviária municipal aos grandes centros consumidores, bem como prestar auxílio técnico e financeiro na construção, conservação e melhoramento dessa malha viária.

Os programas de apoio rodoviário aos municípios atuaram na execução de 711,20 km de melhoramentos de rodovias municipais, efetuados pelas patrulhas mecanizadas, e 639,30 metros de pontes, através do programa de auxílio no fornecimento de vigas pré-moldadas.

No tocante à adequação de rodovias rurais, o programa Paraná Rural/Bird executou 430,15 km de revestimento primário.

#### 9.1.6 Movimentação de Veículos e Passageiros

A travessia de veículos e passageiros na Baía de Guaratuba – efetuada por um sistema de *ferry-boat* e balsas operado pela iniciativa privada desde 25 de outubro de 1996, através de concorrência pública – transportou no ano de 1997 um total de 1.062.800 veículos, sendo 930.191 automóveis, 67.571 caminhões, 32.745 ônibus e 32.293 motocicletas e similares.

Quanto ao transporte coletivo intermunicipal de passageiros, foram transportados aproximadamente 74 milhões de passageiros, através de 38 empresas, que utilizaram 2.419 veículos em 899 linhas de operação.

## 9.2 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

O Estado do Paraná conta hoje com 51 travessias por balsas cadastradas. Esses equipamentos, em sua maioria, estão localizados em regiões distantes das sedes municipais e são utilizados principalmente pelas populações dessas regiões, tendo em vista que possibilita menor distância e baixo custo de transporte dos produtos agrícolas e industriais.

Visando à melhoria desse sistema, foi efetuado repasse de recursos à prefeitura de Lupionópolis, no valor de R\$ 22.433,00, para a manutenção de motores nos equipamentos de travessia.

Objetivando a qualidade e segurança dos serviços prestados, o Departamento Hidro-Aero-Ferrovário da Secretaria de Estado dos Transportes promoveu estudos para uma nova regulamentação dos serviços de navegação interior de travessia, de modo a atender às legislações vigentes sobre a matéria.

## 9.3 INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

O Estado do Paraná possui atualmente 43 aeródromos públicos, dos quais 37 possuem pistas com pavimento asfáltico, situação que coloca o Paraná, entre os estados, como o melhor em infra-estrutura aeroportuária do País.

O Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes, coordena a melhoria das infra-estruturas aeroportuárias, por meio de convênios com os municípios, ou por ação direta do Departamento Hidro-Aero-Ferrovário, proporcionando a instalação de sinalizações luminosas e equipamentos de proteção ao voo, pinturas e sinalizações horizontais, rejuvenescimentos e recapeamentos de pavimento asfáltico, projetos de engenharia, assessoria técnica, bem como serve de elo de ligação entre o Ministério da Aeronáutica e os municípios, fazendo com que os mesmos cumpram as exigências enunciadas pelo referido Ministério.

No ano de 1997, visando a uma infra-estrutura aeroportuária compatível com o crescimento da aviação regional e geral, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- a) sinalização horizontal do aeródromo de Arapongas e manutenção e conservação da sinalização noturna do aeroporto de Paranaguá;
- b) repasse de R\$ 50.000,00, através de convênio, para a compra de equipamentos destinados à estação meteorológica do aeroporto de Guarapuava;



- c) continuação das obras de construção do novo aeroporto de Maringá, através de convênio União/Estado, sendo prevista a construção do pátio da aviação geral, hidrossemeadura, implantação de sinalização luminosa, execução de cerca e drenagem complementar, com a participação do Ministério da Aeronáutica em 70% dos custos totais;
- d) continuação dos serviços de desapropriação da área próxima ao Aeroporto Internacional Afonso Pena, para fins de implantação do sistema de aproximação de voo do tipo ALS;
- e) construção do terminal de passageiros do aeroporto de Paranaguá;
- f) revisão do projeto final de engenharia do novo aeroporto de Ponta Grossa;
- g) levantamento dos dados necessários para o início do processo de licitação, objetivando a elaboração do projeto final de engenharia do novo aeroporto de Cascavel.

#### 9.4 FERROESTE

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste) executou no ano de 1997 serviços complementares em sua infra-estrutura, nas obras de arte especiais e no terminal de Cascavel.

Até 28 de fevereiro de 1997, a Ferroeste foi responsável pela execução do transporte ferroviário no trecho Guarapuava-Cascavel, cuja operação foi realizada com pessoal e material rodante da SR-5/RFFSA, em regime de tráfego mútuo.

A partir de 1º de março de 1997, a operação da ferrovia foi concedida à iniciativa privada, passando a ser executada pela empresa Ferrovia Paraná S.A. (Ferropar), vencedora do leilão realizado pela Ferroeste no dia 10 de dezembro de 1996.

Para a avaliação do arrendamento da Ferroeste, pelo prazo de 30 anos, adotou-se o método do fluxo de caixa descontado, universalmente adotado para operações desse tipo e utilizado pelo BNDES para o arrendamento de outros trechos ferroviários. Esse método consiste em projetar os saldos líquidos de caixa, ano a ano, ao longo de 30 anos, e trazê-los para o valor presente descontando-se a taxa de 12% ao ano.

O montante obtido com a transferência da concessão foi de R\$ 25.684.000,00, a valor presente líquido. O pagamento inicial foi de 5% desse valor, e o saldo, decorridos três anos de carência, será pago em 108 parcelas trimestrais, ao longo de 27 anos, capitalizadas à taxa de 12% ao ano, correspondendo, em consequência, a parcelas de R\$ 1.015.522,00, as quais serão corrigidas pela variação do IGP-DI do período.

É importante observar que o valor obtido pela Ferroeste corresponde a R\$ 103.472,00 por quilômetro de linha, superior àquele da RFFSA, no arrendamento da Malha Sul, que foi de R\$ 32.888,00 por quilômetro de linha. Convém salientar, ainda, que a subconcessionária da operação deverá realizar investimentos de aproximadamente R\$ 145.457.000,00, que necessariamente seriam despendidos pelo Estado caso não tivesse ocorrido a privatização.

No ano de 1997, foram transportadas pelos trilhos da Ferroeste aproximadamente 400 mil toneladas de soja em grão e farelo de soja, no sentido Cascavel-Paranaguá, e fertilizantes e cimento no sentido contrário.

Na continuidade das providências com vistas à implantação do projeto até Foz do Iguaçu, numa extensão de 179 quilômetros a partir de Cascavel, foram concluídos o projeto básico e o estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira, além do Relatório de Impacto Ambiental, atividades que são preliminares ao desencadeamento do projeto final de engenharia propriamente dito.

#### 9.5 PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

A Coordenação de Planos e Programas de Transportes, no ano de 1997, desenvolveu atividades visando à reformulação e melhoria da infra-estrutura do setor de transportes.

- Acompanhamento do Programa de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, objeto de financiamentos externos junto a organismos financeiros internacionais, estando o convênio de delegação para execução de obras e serviços em fase de assinatura. Esse convênio prevê a restauração de 225,90 km de rodovias federais para posterior estadualização, com recursos da ordem de R\$ 19.500.000,00.
- Reformulação do Sistema Rodoviário Estadual e a edição de 40 mil mapas rodoviários do Estado do Paraná.
- Desenvolvimento do projeto que visa disponibilizar em CD-ROM todas as informações do setor de transportes do Estado, bem como em *site* na Internet.
- Iniciou-se o processo para a obtenção do quinto programa de financiamento externo junto ao BID, destinado à pavimentação

asfáltica de rodovias estaduais, restauração, construção de obras de arte especiais, implantação de travessias, contornos, interseções e marginais, execução de melhorias ambientais, capacitação de pessoal e reequipamento do DER e do Batalhão da Polícia Rodoviária.

## 9.6 ATIVIDADES PORTUÁRIAS

Os portos paranaenses fazem parte de um grande empreendimento em implantação através das linhas de ações do Plano de Governo, previstas no programa Paraná + Transportes. Este programa visa formar um corredor de transportes eficiente e competitivo, bem como viabilizar a integração de um sistema de transportes, que potencializará o Paraná, na América do Sul, como um importante centro logístico internacional e multimodal, de fundamental importância na comercialização das mercadorias no âmbito do Mercosul.

A movimentação total de cargas em 1997 atingiu um volume superior a 19 milhões de toneladas. Com relação a 1996, a variação dos produtos movimentados apresentou um crescimento de 3,5% nos produtos sólidos à granel e 6,7% nos produtos líquidos à granel. O grande destaque foi a movimentação de veículos, que atingiu a marca de 30 mil unidades, resultado dos protocolos de intenção celebrados entre as indústrias montadoras e o Governo do Estado.

O principal produto movimentado foi a soja em grão, com um volume superior a 4 milhões de toneladas, apresentando um índice 110% superior ao da movimentação de 1996. Outro destaque foi o aumento dos volumes importados de fertilizantes (48%), algodão (256%), arroz (229%) e trigo (177%). Na exportação, os destaques se deram no aumento de movimentação dos produtos congelados (11%), açúcar (38,8%), produtos químicos diversos (174%) e derivados de petróleo (143%).

Com relação ao Porto de Antonina, verificou-se também um aumento destacado na movimentação de cargas: 11% em relação a 1996, conquistado principalmente com a movimentação de fertilizantes, açúcar ensacado e sal à granel.

A participação dos Portos de Paranaguá e Antonina na balança comercial atingiu a marca de US\$ 4,4 bilhões de receita cambial, o que representa um acréscimo 6,25% da receita auferida em 1996.

O atual programa de reestruturação econômica que o País atravessa exige de empresas, e principalmente dos portos nacionais, uma mobilização intensa rumo à competitividade, através de mecanismos administrativos e operacionais que venham proporcionar a diminuição dos custos de forma eficiente e racional.

O programa de concessões e terceirizações das atividades portuárias nos portos do Paraná vem sendo implementado em duas linhas de ação:

- Arrendamento de instalações e equipamentos existentes, de propriedade da APPA, com o objetivo de promover investimentos privados na modernização dos mesmos, de forma a elevar a capacidade operacional e os índices de eficiência. No exercício de 1997, foram arrendados armazéns, pátios de múltiplo uso e de triagem e equipamento de movimentação de cargas, estando outras instalações em fase de definição para serem licitadas.
- Projetos de desenvolvimento portuário estão sendo executados através do arrendamento de áreas estrategicamente posicionadas para a construção e implantação de terminais e pátios especializados, tais como o de veículos e contêineres (Tevecon); o especializado na movimentação de sólidos a granel de composição química ou mineral (Tefer); a ampliação do cais a oeste, através do Districenter; o Terminal de Ensacados e Caixarias e o Terminal Frigorificado da Ponta do Félix, através da Flutrans Terminais Marítimos em Antonina.

Os primeiros contratos de arrendamento já foram celebrados entre a APPA e os operadores portuários, com vistas à implantação do Terminal de Ensacados e Caixarias, que deverá ter início a partir de 1998, do Terminal Marítimo Ponta do Félix, que já iniciou os investimentos em novembro de 1997 e do arrendamento dos armazéns 3-B, 6<sup>A</sup>-B, para carga geral convencional.

Em 1997, foram efetuados investimentos no setor portuário em programas de melhoramento, reforma e manutenção, no montante de US\$ 7.901.153,00.

A previsão de investimentos públicos/privados, em sistema de parceria, nos Portos de Paranaguá e Antonina deverá alcançar R\$ 210 milhões até o final de 1999, prazo previsto para a conclusão dos projetos em desenvolvimento.

## 10 PARANÁ + TURISMO

### 10.1 PROJETO COSTA-OESTE

O Projeto Costa-Oeste visa transformar os 1.400 km de orla do Lago de Itaipu numa verdadeira costa, tendo o ecoturismo como âncora do projeto.

Seu desenvolvimento garantirá a melhoria da qualidade de vida dos 15 municípios lindeiros ao Lago, sob o aspecto econômico e social.

Foram implantados cinco distritos turísticos às margens do Lago, em 1997, e realizadas as seguintes ações:

- Desapropriação de áreas para a implantação do projeto.
- Terraplenagem.
- Implantação da rede elétrica.
- Contratação de consultoria.
- Construção das bases náuticas.
- Construção de acesso ao parque da barragem.
- Implantação de placas de sinalização turística.
- Construção do terminal turístico em Santa Terezinha de Itaipu e Missal.
- Reforma do aeroporto de São Miguel do Iguaçu.
- Construção da encosta de Guaíra.
- Investimento de R\$ 17.658.650,00.

### 10.2 OBRAS E REFORMAS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA

Visando dar maior conforto e segurança aos turistas que visitam os atrativos do Estado, a Paraná Turismo vem investindo em obras e reformas, como o Posto de Informações Turísticas 24 Horas em Curitiba e a reforma do elevador das furnas do Parque Estadual de Vila Velha. Investimento total de R\$ 174.000,00.

### 10.3 DIVULGAÇÃO DO TURISMO PARANAENSE

A Paraná Turismo promoveu o produto turístico paranaense através da divulgação de seus atrativos, em eventos realizados no Estado, em outras unidades da Federação e no exterior. Em 1997, apoiou com material promocional 13 eventos com aplicação de R\$ 97.154,00.

#### 10.3.1 Eventos Realizados pela Paraná Turismo

Com o objetivo de divulgar e promover o turismo e atrair fluxo turístico para o Estado, a Paraná Turismo realizou cinco eventos de caráter técnico: Oficina de Sensibilização Turística, Treinamento a Taxistas Cooperados, Oficina de Treinamento de Monitores Turísticos dos Municípios, Seminário de Bases de Política de Turismo de Curitiba e Curso de Capacitação Turística de Unidades Ecoturísticas. Aplicação de R\$ 110.115,00.

#### 10.3.2 Participação em Eventos Nacionais e Internacionais

Com a finalidade de atrair fluxo turístico em nível nacional e internacional, a Paraná Turismo participou de eventos da área no País e no exterior. Foram 13 participações nacionais e 7 internacionais. Foram aplicados R\$ 232.602,00.

#### 10.3.3 Produção de Material Técnico Promocional

O material técnico promocional de turismo é de vital importância para a divulgação e promoção do produto turístico do Paraná, tanto para a distribuição como para apoio a eventos de municípios e entidades. A autarquia produziu 500 mil unidades entre folhetos, cartazes, *folders*, manuais simplificados, *shell folders* e outros. Como importante material técnico de efeito visual e *marketing*, fez o lançamento de nova edição da Revista Paraná Turismo, realizado em parceria financeira com o Detran/PR. Produziu também vídeos de turismo institucional e de divulgação da Costa-Oeste. Foram aplicados R\$ 1.183.380,00.

## 11 PARANÁ URBANO

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) encerrou o ano de 1997 tendo como meta primordial a melhoria da qualidade de vida dos centros urbanos do Estado, especialmente das populações pobres. A SEDU, que passou por um ajuste institucional bastante significativo, consolidou-se com o objetivo prioritário de execução e desenvolvimento do programa Paraná Urbano, levando em conta a experiência adquirida pelo Governo do Estado.

### 11.1 SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

O Serviço Social Autônomo Paranacidade, órgão vinculado por cooperação à SEDU, é uma empresa privada, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de prestar assistência institucional e técnica aos municípios paranaenses e captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná, criado através da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, absorvendo as atribuições do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (Famepar), simultaneamente à sua extinção pela mesma Lei.

Entre essas principais funções, está, de forma precípua, a gestão do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, criado pela Lei nº 8.917, de 15 de 1997, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 3.736, de 10 de novembro de 1989.

A transferência da gestão do FDU para o Paranacidade gerou alterações substanciais nos procedimentos até então utilizados – em face de características como a utilização de normas técnicas, operacionais, administrativas, financeiras e contábeis próprias de empresas regidas pela legislação privada – sem prejuízo dos demonstrativos de execução orçamentária de recursos públicos que lhe foram repassados. Em 10 de novembro de 1997, através do Decreto Estadual nº 3.736, o FDU foi regulamentado, de forma a adequar os procedimentos e aplicações de seus recursos, ficando validados todos os atos praticados pelo Paranacidade no que diz respeito à administração do Fundo, desde sua criação até o presente.

O Paranacidade cumpriu suas atribuições, no primeiro ano de exercício de suas atividades na área de Diretoria de Operações, tendo como



ação principal a execução do programa Paraná Urbano, que envolve investimentos da ordem de US\$ 415 milhões, financiados em parte pelo BID, em projetos que englobam obras de infra-estrutura urbana e social, geoprocessamento e projetos de desenvolvimento institucional.

ACOMPANHAMENTO FÍSICO E FINANCEIRO DO FDU - PROGRAMA PARANÁ URBANO

CONVÊNIOS FIRMADOS	
Quantidade	Objeto
27 municípios/SEDU	Execução de obras civis e serviços
33 municípios/Cohapar/SEDU	Implementação de vilas rurais
118 municípios	Execução de cartografias básicas

ADESÕES AO DFU				
Nº de Municípios	Nº de Obras	Investimento (milhões de R\$)	Empréstimo (milhões de R\$)	Contrapartida Municipal (milhões de R\$)
28	59	11,26	8,45	2,8

PROGRAMA BARRACÕES INDUSTRIAIS	
Concluídos (unidade)	Em Execução (unidade)
38	2

Foram efetivadas 685 operações de crédito, na forma de contratos do Banestado, em 183 municípios. Essas ações englobam montantes que totalizam R\$ 87,3 milhões (100%) de investimentos em infra-estrutura urbana e social básica, dos quais R\$ 69 milhões (79,09%) correspondem a recursos aplicados nos municípios na forma de subempréstimos, R\$ 790 mil (0,91%) correspondem a recursos não-reembolsáveis do Tesouro e R\$ 17,44 milhões (20%) correspondem a recursos de contrapartida municipal.

Foram realizadas 980 inspeções em obras civis, em execução ou concluídas, e inspeções de bens adquiridos em 220 municípios.

ÓRGÃOS CO-EXECUTORES DO PROGRAMA PARANÁ URBANO

SANEPAR		
Obra (saneamento)	Investimento (milhões de R\$)	População Atendida (mil habitantes)
21	20,4	292

COPEL		
Obra (ligações)	Investimento (milhões de R\$)	População Atendida (habitantes)
4 689	9,67	253 300

11.2 IMPLEMENTAÇÃO DO SUBPROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA PARANÁ URBANO

Este subprograma tem como objetivo básico o aumento da capacidade gerencial e técnica das municipalidades para realizar investimentos, administrar, operar e dar manutenção aos projetos de infra-estrutura urbana e social e de apoio aos setores produtivos.

Foram elaborados os editais dos processos licitatórios e os termos de referência para a execução dos serviços técnicos de consultoria instituídos nos projetos do subprograma a serem desenvolvidos pelas administrações municipais nas áreas de gestão administrativa, tributária e financeira, de recursos humanos, de planejamento urbano e das atividades técnicas de apoio.

CONTRATOS FIRMADOS		
Objeto de Ação	Nº de Municípios	Investimento (R\$)
Base Cartográfica	79	14 212 326,00
Oportunidades de Investimento em Infra-Estrutura e Equipamentos Urbanos - Plano de Uso e Ocupação do Solo	38	114 000,00
Programa Aplicativo de Arrecadação Tributária para Lançamento e Controle de Tributos	20	-



ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA (recursos do Governo do Estado/FDU)				
Objeto	Unidade	Investimento (R\$)	Empregos Gerados	Área Total Construída
Barracão Industrial	30	2 540 841,00	1 688 (total) 1 055 (diretos) 633 (indiretos)	42 720,95 m <sup>2</sup>

PRINCIPAIS PROJETOS (área de gestão tributária e financeira e atividades técnicas de apoio)		
Objeto	Nº de Municípios	Investimento (R\$)
Código Tributário Municipal	21	304 000,00
Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico	17	208 000,00
Planta Genérica de Valores Imobiliários	17	27 000,00
Aquisição de Equipamento de Informática para Geoprocessamento	4	348 435,00
Aquisição de <i>hardware</i> e <i>software</i>	46	1 527 023,00

NOTA: Foi contemplado um conjunto de 58 municípios abrangendo projetos.

RESUMO DAS PRINCIPAIS AÇÕES (correlatas ao Paranacidade)
- Definição de ações estratégicas para 1997, com base no contrato de gestão firmado com o Governo do Estado.
- Elaboração da Home Page dos municípios do Paraná, SEDU e associações de municípios.
- Desenvolvimento do termo de referência do plano estratégico de desenvolvimento regional.
- Elaboração do termo de referência dos projetos institucionais do programa Paraná Urbano.
- Desenvolvimento do plano de visitas às obras concluídas e equipamentos entregues.
- Análise sócio-econômica do programa Barracões Industriais.
- Projeções populacionais 1997-2000.
- Lançamento dos projetos institucionais.
- Estimativa dos movimentos migratórios.
- Proposta de implementação de monitorização do subprograma de desenvolvimento institucional do programa Paraná Urbano.
- Desagregação dos orçamentos municipais.
- Estudo referente à arrecadação dos impostos municipais.

### 11.3 AÇÕES DESENVOLVIDAS DIRETAMENTE PELA SEDU

#### 11.3.1 O Projeto PNUD - Ações Estratégicas para Apoio ao Desenvolvimento Urbano

Elaboração, desenvolvimento e oficialização de cooperação internacional entre o Estado do Paraná, através da SEDU, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, com a finalidade de implantar o projeto Ações Estratégicas para o Apoio ao Desenvolvimento Urbano e com objetivo principal de contribuir com a melhoria das condições de vida do cidadão nas áreas urbanas do Estado. Algumas ações desenvolvidas pela cooperação foram:

- mesa redonda internacional com a participação de 50 especialistas em desenvolvimento urbano nacionais e internacionais;
- diagnóstico e planejamento das ações necessárias ao fortalecimento da capacidade gerencial, técnica e financeira das 18 associações de municípios;
- trabalhos de formulação e apoio ao desenvolvimento das ações necessárias para a desagregação das contas orçamentárias dos municípios no tocante a projetos e atividades;
- realização do I Encontro das Associações Municipais do Estado do Paraná;
- elaboração de documentos de apoio à disseminação da política de desenvolvimento urbano do Estado do Paraná;
- execução de estudos e programas computacionais que permitiram a modelagem do FDU;
- execução de um diagnóstico referente à implementação dos serviços de geoprocessamento.

#### 11.3.2 Aspectos Administrativos Gerais

- acompanhamento na elaboração de minuta de decreto aprovando o novo regulamento do FDU, com participação em diversas reuniões sobre o assunto;
- colaboração nas normas do programa Paraná Urbano;

- c) elaboração de 44 convênios para implantação de projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano municipal com recursos do FDU;
- d) elaboração de cinco convênios com o objetivo de repassar recursos do Tesouro do Estado aos municípios paranaenses;
- e) elaboração de 18 termos de re-ratificação ao convênio firmado com as associações de municípios para implementação do programa Paraná Urbano;
- f) elaboração de 60 convênios de adesão ao programa Paraná Urbano firmados com os municípios;
- g) elaboração de 177 convênios para implementação do programa Paraná Urbano firmados com os municípios;
- h) elaboração de 21 termos aditivos aos convênios do programa Paraná Urbano firmados com os municípios;
- i) elaboração de 118 convênios para implementação do programa Paraná Urbano na execução do Subprograma de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional - Projetos Bases Cartográficas;
- j) elaboração de 32 convênios para implementação do programa Vilas Rurais;
- l) elaboração de convênio com a Federação dos Municípios Paranaenses para implementação do programa Paraná Urbano.

### 11.3.3 Execução Orçamentária e Financeira

A seguir, destacam-se os principais recursos que integram o cronograma de desembolso financeiro para os programas da SEDU.

PROGRAMA	VALOR (R\$)
Fundo de Desenvolvimento Urbano - BID - Fonte 37	38 562 369,05
Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU - Fonte 41	42 960 384,77
Transferência de Recursos a Fundo Perdido	222 580,53

AÇÕES DO PROGRAMA PARANÁ URBANO				
AÇÃO	OBJETO	EXTENSÃO/UNIDADE/EQUIPAMENTO	INVESTIMENTO (R\$)	
Ampliação	Posto de Saúde	216,00 m <sup>2</sup>	75 538,65	
Aquisição	Equipamento Rodoviário	2 caminhões basculantes	0,00	
		3 motoniveladoras	389 842,00	
		8 pás carregadeiras	639 650,00	
		4 retroescavadeiras	243 436,00	
		1 trator	89 000,00	
		Equipamento para Cultura	1 unidade	650 785,00
		Veículo de Saúde	4 ambulâncias	99 235,00
		Veículos	6 caminhões	330 824,00
			6 caminhões basculantes	418 356,00
			2 chassis de caminhão	0,00
	Calçamento Construção	Vias Públicas	15 533,40 m <sup>2</sup>	128 981,32
		Barracão Comercial	425,00 m <sup>2</sup>	75 845,58
		Barracão Industrial	1 185,44 m <sup>2</sup>	148 374,00
CATV <sup>(1)</sup>		291,33 m <sup>2</sup>	96 500,00	
Calçada		4 630,97 m <sup>2</sup>	214 502,01	
Centro Comunitário		898,00 m <sup>2</sup>	142 857,21	
Centro Comunitário para Idoso		600,00 m <sup>2</sup>	83 985,00	
Centro Cultural		2 500,08 m <sup>2</sup>	557 884,59	
Centro Esportivo		2 657,88 m <sup>2</sup>	356 951,00	
Centro de Convivência		600,00 m <sup>2</sup>	122 642,15	
Centro de Exposições		1 301,00 m <sup>2</sup>	148 509,13	
Cia <sup>(2)</sup>		1 357,06 m <sup>2</sup>	490 060,98	
Ciclovia		-	130 788,00	
Clínica		130,49 m <sup>2</sup>	43 973,36	
Creche		5 774,79 m <sup>2</sup>	2 400 789,72	
Escola		217,00 m <sup>2</sup>	53 951,00	
Hospital		1 854,08 m <sup>2</sup>	269 575,00	
Kartódromo		10 136,00 m <sup>2</sup>	108 698,00	
Miniginásio		5 810,37 m <sup>2</sup>	868 721,79	
Parque de Exposições		-	241 987,86	
Paço Municipal		551,00 m <sup>2</sup>	173 701,00	
Posto de Saúde		737,98 m <sup>2</sup>	223 681,57	
Praça		78 935,10 m <sup>2</sup>	2 001 861,03	
Quadra Esportiva	3 695 m <sup>2</sup>	244 433,51		
	5 quadras	116 791,00		
Terminal Rodoviário	376,80 m <sup>2</sup>	71 653,32		
Trincheira	-	616 766,31		
Viaduto	-	3 182 057,78		

continua

conclusão

AÇÕES DO PROGRAMA PARANÁ URBANO			
AÇÃO	OBJETO	EXTENSÃO/UNIDADE/ EQUIPAMENTO	INVESTIMENTO (R\$)
Iluminação	Vias Públicas	451 luminárias	636 903,70
Pavimentação	Vias Públicas	2 134 839,18 m <sup>2</sup>	32 445 471,68
Recuperação de Área	Meio Ambiente	10 076,60 m <sup>2</sup>	517 827,87
	Vias Públicas	-	799 861,58
Revestimento Asfáltico	Vias Públicas	44 071,00 m <sup>2</sup>	109 296,08
Urbanização	Vias Públicas	6 704,05 m <sup>2</sup>	197 970,05
Total			50 960 520,83

(1) Centro de Atendimento ao Trabalhador Volante.

(2) Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

AÇÕES DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
AÇÃO	OBJETO	EXTENSÃO	INVESTIMENTO (R\$)
Aquisição	Equipamento para Cultura	-	650 785,00
Construção	Barracão Industrial	583,00 m <sup>2</sup>	68 399,00
	Centro Comunitário	178,00 m <sup>2</sup>	58 750,00
	Ciclovia	-	130 788,00
	Creche	365,00 m <sup>2</sup>	96 537,00
	Escola	217,00 m <sup>2</sup>	53 951,00
	Kartódromo	10 136,00 m <sup>2</sup>	108 698,00
	Paço Municipal	551,00 m <sup>2</sup>	173 701,00
	Posto de Saúde	157,00 m <sup>2</sup>	41 465,00
	Praça	1 180,00 m <sup>2</sup>	108 396,00
	Quadra Esportiva	967,00 m <sup>2</sup>	119 847,00
	Viaduto	-	1 787 104,00
Iluminação	Vias Públicas	-	164 926,00
Pavimentação	Vias Públicas	467 884,13 m <sup>2</sup>	5 326 668,00
Total			8 890 015,00
TOTAL INVESTIDO EM AÇÕES			59 850 535,83

## CAPÍTULO III

### PROJETOS E AÇÕES NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

## 1 PARANÁ + CULTURA

A Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) realizou, em 1997, as seguintes principais ações e programas.

### 1.1 BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

Durante o ano de 1997, foi feita a ampliação do acervo em 11.756 volumes, através de compra ou doação; ao mesmo tempo, houve repasse de 22.875 livros e 9.741 fascículos de periódicos, beneficiando 331 municípios e 514 entidades culturais. A Biblioteca atendeu em média a 4.500 usuários, efetuou cerca de 2 mil empréstimos por dia e, como de rotina, desenvolveu ampla programação cultural.

### 1.2 CANAL PARANÁ

O objetivo perseguido foi o de permitir a captação do sinal da TVE em todo o Estado (através de antenas parabólicas), mediante a colocação de seu sinal no Brasilsat. Procurou-se, também, equipá-la para a geração de programas próprios, difundindo uma programação paranaense que abrangesse jornalismo, documentários, dramaturgia e programas de educação à distância.

### 1.3 TVE

Foram feitas gravações de documentários, concertos e eventos, destacando-se o 6º Festival Espetacular de Bonecos, o Festival de Música de Londrina, o documentário "Os Tropeiros do Brasil", os Jogos da Natureza, os Concertos da Orquestra Sinfônica (cinco concertos), o Natal no Palácio Avenida, o Natal de Luz na UFPR e a Turma do Pererê. Relativamente a teleconferências, realizaram-se, em 1997, 20 teleconferências sobre temas de educação e de infra-estrutura. Também foram produzidos os seguintes novos programas: Memória TVE, Arquivo MIS, Concerto TVE e Canal Aberto. Quanto a equipamento e área técnica, foi realizada a conclusão da retransmissora de Foz do Iguaçu e adaptação da nova ilha de teleconferência.

#### 1.4 CANAL DA MÚSICA

É mais um programa que se iniciou, objetivando criar, nos antigos estúdios da extinta Rede Tupi, um centro de promoção e difusão de música (ensaio, formação, divulgação e apresentação de espetáculos), com abrangência estadual. Este centro, com espaço de 8.600 m<sup>2</sup>, está com 40% das reformas realizadas e inauguração prevista para março de 1998. Pretende-se que esse espaço, quer pela grandiosidade das instalações quer pelos serviços que oferecerá, signifique um singular impulso em favor da música paranaense.

#### 1.5 CENTRO DE ESTUDOS DE MÚSICA DE LONDRINA

Reforma e adaptação da antiga cadeia pública, construindo um amplo auditório para orquestra sinfônica. O Centro terá uma biblioteca musical que, com apoio de informática, permitirá ao músico consulta aos textos musicais existentes.

#### 1.6 CASA ANDRADE MURICY

Restauração do prédio do antigo Tesouro do Estado, ocupado até então pela SEEC para fins burocráticos, equipando-o com os mais modernos equipamentos de segurança, climatização e iluminação, criando, assim, condições para que o Paraná esteja apto a integrar o circuito de exposições internacionais, hoje circunscrito apenas a São Paulo e Rio de Janeiro.

#### 1.7 CENTRO DE RESTAURO

Em fase de implantação, o Centro de Restauro do Paraná é o órgão que se encarregará de recuperar o acervo museológico do Estado. A construção de 280 m<sup>2</sup> passa por obras de manutenção findas, as quais receberão equipamentos técnicos para o seu perfeito funcionamento.

#### 1.8 CINEMA PARANÁ

Apoio à produção e divulgação da arte cinematográfica. Em 1997, foi dada assessoria técnica para montagem de 11 projetos, encaminhados à aprovação pela lei federal de incentivo à cultura e apoio logístico a produções cinematográficas locais de curta e longa duração.

#### 1.9 CORREIO DA MEMÓRIA - Centro de Referência Cultural do Paraná

Em fase de implantação, pretende ser um centro de pesquisa e sistematização de informações disponíveis sobre memória paranaense, em âmbito estadual e local, de natureza documental, iconográfica ou outra, digitalizando os acervos e desenvolvendo sistemas de informação que permitam a integração quer entre os entes envolvidos quer entre as redes internacionais. Também permitirá generalizado acesso ao público e a pesquisadores.

#### 1.10 ETNIAS PARANAENSES

Tem por objetivo a realização de eventos culturais envolvendo as mais diversas etnias que compõem a sociedade paranaense. No ano de 1997, foram realizados eventos associados à visita do Imperador do Japão, tais como exposições, recitais e conferências. Em preparação, está a mostra sobre cultura alemã.

#### 1.11 GRANDES FESTIVAIS

Apoio à realização de festivais e manifestações culturais de grande expressão, nas áreas de música, teatro e dança. Foram realizados: Festival Internacional de Teatro de Londrina; Encontro Nacional de Escolas de Dança; Encontro de Compositores Brasileiros; Festival de Música de Cascavel, Londrina e Curitiba; Festival Folclórico de Etnia; e Festival de Música de Câmara de Maringá.

#### 1.12 LITERATURA E EDITORAÇÃO

Promoção, em parceria com a iniciativa privada, de concursos literários para os mais diversos gêneros e editoração de autores e obras de interesse da cultura paranaense. Foram realizadas: promoção do Concurso Nacional de Poesias Helena Kolody/97; promoção do Concurso Nacional de Ensaios - Prêmio Xerox, que originou a edição do livro "Mário de Andrade e a Cultura Popular", estando ainda outros dez livros no prelo; publicação de outros oito títulos; e realização da Primeira Feira Interamericana do Livro (com a presença de mais de 140 mil pessoas), associada à ampla programação cultural.



### 1.13 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

O objetivo deste programa é o de promover e incentivar a restauração de bens de interesse cultural, especialmente os tombados, mediante sistemática de trabalho que inclua a participação da iniciativa privada e das comunidades locais. Foram realizados: conclusão e inauguração do antigo prédio da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva; levantamentos técnicos para a Casa Ipiranga; estudos técnicos e início da recuperação do imóvel tombado na praça Getúlio Vargas, em Castro; e continuidade do Projeto Saberes Indígenas, através de reuniões sistemáticas com comunidades indígenas de Pato Branco, Mangueirinha, Chopinzinho, Guaratuba, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Inácio Martins e Ivaí.

### 1.14 ARTES CÊNICAS E MUSICAIS

No Centro Cultural do Teatro Guaíra, foram realizadas, pela Orquestra Sinfônica, 36 apresentações, com um público de aproximadamente 12 mil pessoas. A orquestra excursionou para várias cidades do Paraná. Também foi produzida a ópera "La Centerola", vista por 6 mil pessoas.

### 1.15 RÁDIO EDUCATIVA

Reforma completa do transmissor de AM e introdução de novos programas.

## 2 EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) considera que a melhor política para o uso eficiente de recursos em benefício dos alunos consiste em repassá-los diretamente às escolas, uma vez que os diretores, professores e comunidade escolar, por estarem mais próximos da realidade local, reúnem melhores condições para definir as necessidades das unidades escolares e, por conseguinte, racionalizar a utilização dos recursos. Assim, esta Secretaria deixou de promover aquisições centralizadas, repassando recursos para aquisição de materiais didático-pedagógicos às escolas, através das Associações de Pais e Mestres (APMs).

### 2.1 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Foram repassados recursos no montante de R\$ 5,5 milhões, para aquisição de materiais do cotidiano da escola – que, tradicionalmente, eram adquiridos de forma centralizada –, fazendo com que a comunidade escolar decidisse, dentro de suas necessidades e prioridades, o que comprar, beneficiando mais de 1.300 mil alunos em 2.075 escolas.

### 2.2 FEIRA DE LIVROS

A Feira de Livros foi um momento significativo, em que a escola, representada por elementos do corpo docente e da comunidade escolar, teve a oportunidade de participar de promoções que buscaram atualizar os professores na diversidade dos elementos que integram o currículo escolar.

A Feira divulgou o que de melhor existe no mercado editorial de livros e materiais paradidáticos, que suplementam o acervo bibliográfico das escolas, com a participação de 49 editoras, expondo, aproximadamente, 10 mil títulos e vendendo mais de 1,5 milhão de livros.

Para que esse evento fosse possível, foram transferidos recursos financeiros, por meio das APMs, num total de R\$ 7,9 milhões, beneficiando 3.847 escolas públicas estaduais e municipais, onde estudam cerca de 1,7 milhão de alunos.

### 2.3 ELEIÇÃO DE DIRETORES

Participaram do processo eleitoral, aproximadamente, 1.100 mil pessoas, em 1.855 estabelecimentos que estavam em condições de realizar o processo eleitoral. O mandato de um diretor passa a ser de três anos.

### 2.4 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Após um trabalho intenso de conscientização da comunidade, conta-se com 2.042 APMs regularizadas. A revalorização das APMs como instrumento do desenvolvimento é fundamental, tanto na fiscalização das escolas, quanto no aumento da participação da comunidade na vida escolar.

### 2.5 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

É o maior programa de capacitação para profissionais de educação no País, realizado no Paraná desde 1995. A Universidade do Professor é um projeto do Governo do Estado, implementado pela SEED, em evolução e reformulação permanente.

Em 1997, a capacitação oferecida aos professores, especialistas e técnicos pedagógicos, através de 20 eventos que ocorreram no Centro de Capacitação em Faxinal do Céu, qualificou 23.026 educadores.

Os cursos de extensão e de especialização oferecidos pelas universidades e instituições de ensino superior, parceiros da SEED na Universidade do Professor, atenderam a 360 professores, que realizaram dessa forma sua qualificação teórico-prática.

A SEED, com o projeto da Universidade do Professor, participou do Ciclo Premiação 1997, do programa Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Ford e da Fundação Getúlio Vargas, permanecendo entre os cinco melhores projetos dentre os 300 inscritos inicialmente.

### 2.6 CORREÇÃO DE FLUXO IDADE/SÉRIE

No Estado do Paraná, considerando os dados dos alunos matriculados em 1995, da 1ª a 8ª série da Rede Estadual de Ensino, observou-se que, dos 868.432 alunos matriculados, 315.853 estavam, no mínimo, dois anos fora da faixa etária adequada, o que equivale a 36,37% de distorção.

O Governo do Estado iniciou o Projeto de Correção de Fluxo, que tem como meta prioritária corrigir os altos índices de evasão e repetência e elevar substancialmente o nível de aprendizagem dos alunos da Escola Fundamental.

O Projeto de Correção de Fluxo se destina aos alunos matriculados na 5ª, 6ª e 7ª séries do Ensino Fundamental, que apresentam defasagem de no mínimo dois anos de idade em relação à série que freqüentam. Em 1997, foram atendidos 105.983 alunos em 1.172 escolas públicas.

Com a implementação desse projeto, além de beneficiar os alunos, o Estado economizará cerca de R\$ 210 milhões em dois anos, pois evitará o "retrabalho", que ocasiona, por conseqüência, o desperdício.

### 2.7 ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Do início da gestão Jaime Lerner até agora (1995-97), o número de matrículas no 2º grau, apenas na Rede Pública Estadual, teve crescimento de 14%, subindo de 311 mil para 354 mil matrículas. Estudos demográficos estimam, para o ano 2001, uma ampliação para 550 mil matrículas.

A procura por emprego exige cada vez mais escolaridade dos candidatos, ou seja, as novas exigências do mercado estão praticamente "empurrando" as pessoas de volta para a escola.

Esse quadro se traduz como um desafio para o Governo do Estado, nos próximos cinco anos. Para enfrentá-lo, a SEED, com a implantação do Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - Proem, vem se antecipando na oferta de uma educação geral de qualidade e uma educação profissional atualizada, compatível com as demandas sócio-econômicas regionais.

Um primeiro exemplo marcante dessa nova visão sobre a educação profissional pode ser avaliado pelo início das atividades do Centro Automotivo do Paraná, fruto de parceria com Secretarias de Estado, Federação das Indústrias, Cefet e os mais variados setores. Em 1997, o Centro preparou 540 profissionais e, para 1998, quer formar cerca de 3.500 profissionais, nas áreas de soldagem, pintura e montagem, que serão absorvidos pelas montadoras que estão se instalando no Paraná.

### 2.8 APRENDIZ DO FUTURO

O projeto Aprendiz do Futuro está levando a informática e a Internet (como veículo de debate sobre cidadania) para dentro das salas de aula da rede estadual. O projeto surgiu na sintonia entre as idéias da obra Aprendiz do Futuro - Cidadania Hoje e Amanhã, de autoria de Gilberto Dimenstein e a linha de trabalho que a Secretaria vem desenvolvendo.

O número de professores que já participou do projeto é de 55. Eles trabalham com os alunos a partir de 13 anos, ou 7ª série do Ensino Fundamental. Cada um desses professores foi capacitado como

multiplicador de aprendizagem para vir a atender a 40 outros professores, que atenderão, por sua vez, 30 alunos em média. Isso resultará num contingente de 66 mil alunos criando *home pages* para comunicação via Internet, a partir do estudo e pesquisa sobre cidadania.

O projeto conta com parceiros externos, tais como Colégio Positivo, Telepar, Positivo Informática, Equitel e Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

## 2.9 EVOLUÇÃO SALARIAL

A média salarial dos professores da Rede Pública Estadual apresentou evolução positiva no período de outubro de 1994 a outubro de 1997, tanto para os professores efetivos – quase 40 mil concursados que fazem parte do Quadro Próprio do Magistério do Paraná – como para os professores contratados temporariamente, que hoje são cerca de 18 mil.

Essa evolução se deve aos reajustes concedidos, bem como à criação de um novo nível salarial para professores com curso de pós-graduação e aos avanços diagonal e vertical previstos no Estatuto do Magistério.

Assim, a média salarial passou de R\$ 281,14 em outubro de 1994, para R\$ 647,31 em outubro de 1997; um incremento de 130,25%.

A distribuição dos professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério evidencia que 97% contam com curso superior, sendo 43% com curso de pós-graduação, 45% com licenciatura plena e 9% com licenciatura curta.

## 2.10 OUTROS PROGRAMAS DA SEED

Além dessas atividades, a SEED desenvolveu outros programas, como a Educação de Jovens e Adultos, com o atendimento de mais de 165 mil estudantes. A Educação Especial, modalidade de educação voltada para alunos portadores de deficiência, atendeu a 28.575 alunos em 292 entidades especializadas. Manteve-se o Projeto Vale Saber, que atendeu a 9.993 professores com a bolsa auxílio mensal de R\$ 100,00 e está na fase de lançamento da quarta etapa, em que se prevê oferta de mais 6 mil bolsas para os professores. Executou-se, em parceria com a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família (SECR), o Projeto Da Rua para a Escola, atuando em 206 municípios, com cerca de 39 mil crianças e mais de 12 mil famílias. Promoveu-se a educação indígena, possibilitando, além do respeito aos hábitos e costumes, o aprendizado de suas línguas nativas.

## 2.11 PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA FUNDEPAR

### 2.11.1 Melhoria e Expansão da Oferta

#### Programa Qualidade no Ensino Público do Paraná - PQE - BIRD

Durante o ano de 1997, foram realizadas:

- Construção de 39 novas unidades escolares, num total de 61.080,80 m<sup>2</sup>. Valor: R\$ 17.305.731,66.
- Aquisição e distribuição de conjuntos escolares: 6.002 unidades. Valor: R\$ 186.182,04.
- Aquisição de materiais permanentes: 6.774 unidades (geladeiras, fogões, TV, vídeo cassete, mobiliário, etc.). Valor: R\$ 333.487,62.
- Aquisição de material de consumo. Valor: R\$ 37.566,03.

### 2.11.2 Infra-estrutura e Apoio Logístico à Rede Escolar

#### Infra-estrutura

ESPECIFICAÇÃO	Nº PRÉDIOS	METROS QUADRADOS	VALOR HISTÓRICO (R\$)
<b>Obras Novas/Ampliações</b>			
Concluídas	194	80 155	13 944 059,06
Em Andamento	159	95 896	14 579 711,21
A Iniciar	46	14 307	2 495 620,57
<b>Melhorias</b>			
Concluídas	110	49 835	3 388 323,19
Em Andamento	96	59 483	4 147 370,19
A Iniciar	103	43 202	2 008 705,13
<b>Reparos</b>			
Concluídas	390	-	6 390 434,00
Em Andamento	191	-	5 155 481,70
A Iniciar	20	-	311 716,17

RESUMO GERAL DAS OBRAS REALIZADAS	VALOR LIBERADO (R\$)	VALOR A LIBERAR (R\$)
Obras Novas/Ampliações	26 476 442,00	5 542 948,63
Obras de Melhorias	6 907 464,00	2 636 934,17
Obras de Reparos	10 362 456,00	1 495 175,11
TOTAL GERAL	43 746 362,00	9 675 057,91

#### Apoio Logístico à Rede Escolar

- Fundo Rotativo Pró-Escola  
Foram repassadas nove parcelas mensais aos estabelecimentos de ensino, perfazendo o montante de R\$ 12.742.364,14.
- Programa Estadual de Alimentação Escolar  
Foram repassados 4.326.652 quilos de gêneros alimentícios aos estabelecimentos de ensino, perfazendo o montante de R\$ 6.408.820,40.
- Suprimento de Equipamentos, Materiais Escolares e de Expediente
  - Aquisição e distribuição de conjuntos escolares: 67.668 unidades. Valor: R\$ 3.408.161,00.
  - Aquisição de materiais permanentes: 181.670 unidades (geladeiras, fogões, TV, vídeo cassete, mobiliário, etc.). Valor: R\$ 4.869.602,04.
  - Aquisição de material de consumo: 976.927 itens. Valor R\$ 1.023.541,70.
- Estudos e Pesquisas Educacionais  
A coleta de dados estatísticos educacionais (dados de matrículas, estabelecimentos, docentes e outros), sua crítica, consistência e apresentação de relatórios são feitas constantemente. No ano de 1997, foram atualizados os dados dos bancos de dados do Sistema Estadual de Registro Escolar (Sere) e do Censo Educacional 1997 e implantado o Sistema Escola (sistema para controle de matrículas e notas) em 2.670 escolas.

- Projetos Especiais para o Desenvolvimento Educacional: Projeto Usina do Conhecimento  
Durante o ano de 1997, foram concluídas as Usinas do Conhecimento nos municípios de Guarapuava e Londrina, perfazendo 1.145,34 m<sup>2</sup>; um investimento de R\$ 550.773,13. Também foram firmados convênios para construção de Usinas do Conhecimento nos municípios de Toledo, Santa Helena e São José dos Pinhais, num total de 1.718,01 m<sup>2</sup> de área construída; um investimento de R\$ 947.988,79.

- Projeto Ensino de Xadrez nas Escolas Públicas Estaduais  
Durante o ano de 1997, foram distribuídos 2.854 kits de xadrez (mesa, tabuleiro, peças), 293 tabelas-murais, 3.036 livros, perfazendo o total de R\$ 35.968,10.  
Foram aplicados R\$ 27.684,60 na capacitação de 351 professores, atingindo 232 escolas e representando 244.346 alunos atendidos.

- Projeto de Estágio - Bolsa Iniciação ao Trabalho BIT/Copel/Fundepar

A Fundepar e a SEED, numa parceria com a Copel, mantêm um projeto de estágio que fornece bolsas de auxílio de iniciação ao trabalho a estudantes da rede estadual de ensino, que estejam freqüentando o 2º grau. As vagas são ofertadas nas unidades administrativas da empresa em todo o Estado. Em 1997, foram atendidos 853 alunos estagiários.

### 3 PARANÁ + ESPORTES

#### 3.1 PROJETO JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA

Maior evento esportivo realizado no Estado, com repercussão nos meios esportivos estadual, nacional e internacional. Participaram desses jogos 800 atletas de 52 países, competindo em 13 modalidades esportivas em terra, ar e água. As modalidades foram: canoagem, vela, *rafting*, pesca, canoagem-*slalon*, balonismo, pára-quedismo, escalada, orientação com arco, golfe, ciclismo, hipismo e *triathlon*.

Os jogos aconteceram na Costa-Oeste do Paraná, integrando atletas à natureza, sendo que o importante não foi vencer e sim superar os limites humanos e a comunhão com a natureza. Investimentos de R\$ 14.509.228,00.

#### 3.2 JOGOS ABERTOS DO PARANÁ

Objetivando o aprimoramento da qualidade técnica dos atletas e projeção do esporte do Paraná no cenário nacional, realizaram-se os XL Jogos Abertos desenvolvidos em seis regionais e uma fase final em Guarapuava.

- Participações e recursos aplicados:
  - Fase regional: 7.439 atletas; 153 municípios; R\$ 234.197,00.
  - Fase final: 4.738 atletas; 92 municípios; R\$ 372.960,00.
  - Total de recursos aplicados: R\$ 607.157,00.

#### 3.3 JOGOS DA JUVENTUDE DO PARANÁ

Esta categoria de competição objetiva contribuir para o desenvolvimento integral da juventude paranaense. Realizaram-se seis fases regionais e uma final, que aconteceu em Cascavel.

- Participações e recursos aplicados:
  - Fase regional: 7.657 atletas; 188 municípios; R\$ 278.344,00.
  - Fase final: 4.555 atletas; 96 municípios; R\$ 258.570,00.
  - Total de recursos aplicados: R\$ 536.914,00.



### 3.4 PARANÁ BEACH FESTIVAL

O Paraná Beach Festival foi realizado nos balneários litorâneos do Estado em janeiro deste ano. O evento reuniu, além das competições esportivas e atividades de lazer, shows e apresentações culturais, que levaram aos veranistas momentos de descontração. Recursos aplicados de R\$ 595.150,00.

### 3.5 APOIO A MUNICÍPIOS

A Paraná Esporte transferiu recursos da ordem de R\$ 153.650,00 para obras e melhorias esportivas de seis municípios.

A Paraná Esporte também transferiu recursos a três municípios do Estado para o custeio de atividades esportivas, que atenderam a significativas parcelas da população. Recursos aplicados de R\$ 177.186,00.

### 3.6 PROJETO LAZER EM AÇÃO

Com o objetivo de fomentar as práticas esportivas de lazer e participação prazerosa, visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, foi desenvolvido o projeto Lazer em Ação em municípios com até 20 mil habitantes. Os recursos investidos foram relativamente baixos (R\$ 59.610,00) e foram atendidos 90% dos municípios, com essa faixa de população.

### 3.7 PROJETO JOGOS PARA INTEGRAÇÃO DO IDOSO

Com objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida do idoso e, ao mesmo tempo, estimular os municípios a promover programas esportivos para essa faixa de idade, a Paraná Esporte realizou os Jogos da Integração do Idoso. Recursos aplicados de R\$ 4.398,00.

### 3.8 JOGOS ABERTOS BRASILEIROS

Os jogos realizaram-se em Ibirama (SC), no mês de dezembro, com a participação de 220 atletas paranaenses nas seguintes modalidades: atletismo, basquetebol, handebol, futsal, judô, natação e voleibol.

### 3.9 III JOGOS DA JUVENTUDE DO BRASIL

Os jogos realizaram-se em Goiânia (GO), em novembro, nos quais o Paraná foi representado por 180 atletas nas seguintes modalidades: atletismo, basquetebol, judô, handebol, tênis de mesa, futsal, ginástica olímpica, voleibol e ginástica rítmica desportiva.

### 3.10 APOIO A EVENTOS DE FEDERAÇÕES ESPORTIVAS E TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES

A Paraná Esporte apoiou, no exercício de 1997, 15 eventos de diversas federações do Estado, no pagamento de despesas de eventos, ou com distribuição de materiais esportivos. Também transferiu recursos financeiros para o desenvolvimento de competições de responsabilidade das federações. Total de R\$ 103.170,00.

### 3.11 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADES

Visando ao desenvolvimento do esporte amador, transferiram-se recursos em auxílio às atividades esportivas e campeonatos realizados pela Liga Esportiva de Maringá e para a Associação Cultural e Esportiva de Londrina (Acel). Total de R\$ 140.050,00.

### 3.12 DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA EVENTOS

Atendimento aos pedidos de materiais esportivos, para eventos realizados por entidades e prefeituras do Estado. A Paraná Esporte atendeu a 173 eventos. Aplicação de R\$ 54.195,00.

### 3.13 SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESPORTE

Visa à apresentação, discussão e aprovação do calendário estadual oficial dos eventos e competições esportivas para o ano seguinte, além da integração entre os técnicos de esporte dos municípios. Realiza-se em dezembro.

#### **4 CRIANÇA + FAMÍLIA**

A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família (SECR) tem por finalidade a organização, o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a articulação da política estadual de assistência social, conforme os princípios da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - Loas) e da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

A atuação da SECR visa formular e desenvolver uma política de assistência social que priorize ações de caráter emancipador, voltadas aos segmentos da população excluídos do acesso aos mais elementares benefícios sociais, diminuindo ações assistencialistas e possibilitando a ampliação de atividades produtivas.

O Plano Estadual de Assistência Social do Paraná de 1997 define as diretrizes gerais para a política de assistência social no Estado, com base na Política Nacional de Assistência Social e na I Conferência Estadual de Assistência Social, estabelecendo propostas de ação a partir das demandas locais identificadas e de uma análise das necessidades de âmbito estadual. Foi construído a partir dos Planos Municipais de Assistência Social elaborados pelos municípios que, em sua quase totalidade, responderam à orientação da SECR, atendendo à solicitação da Secretaria de Assistência Social (SAS), do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

O Plano é o resultado de um longo processo de implementação da Loas no Estado, iniciado em 1994 e desenvolvido a partir de 1995.

Ainda em 1994, fundamentada na primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social, coube à Secretaria de Estado responsável pela área social coordenar as ações de implementação da Loas, através da constituição de um grupo interinstitucional de trabalho, integrado paritariamente por órgãos governamentais e não-governamentais que, a partir de sua constituição, desenvolveu, inicialmente, uma ação visando à divulgação e discussão da Loas em todo o Estado.

Esse processo, que passou pela articulação das iniciativas regionais e pela capacitação de formadores e multiplicadores, com a participação de técnicos e trabalhadores sociais de diferentes regiões do Estado, culminou com a criação dos Fóruns Microrregionais e do Fórum Estadual da Assistência Social, que são espaços de discussão e sensibilização para as questões de assistência social.

A partir de 1995, com a criação da SECR, o processo teve continuidade e foi intensificado. Como resultado, verificou-se a mobilização dos municípios para a criação dos conselhos municipais e realização das conferências municipais e regionais preparatórias à I Conferência Estadual da Assistência Social, bem como, a criação do Conselho Estadual de Assistência Social, após ampla discussão realizada por intermédio do Fórum Estadual, com o envolvimento da representação governamental e não-governamental.

Constatou-se que esse processo interferiu positivamente nos municípios e no Estado como um todo, levando à decisão de avançar com a realização do diagnóstico social e a elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, de modo a, juntamente com a criação dos conselhos e fundos municipais, atender ao que dispõe a L0as nas suas diretrizes para a organização e gestão da assistência social.

A elaboração dos planos municipais teve como aspectos positivos o envolvimento dos Fóruns Microrregionais e dos conselheiros como agentes multiplicadores, bem como o empenho das prefeituras municipais, assessoradas pelos escritórios regionais da SECR, resultando num processo de sensibilização e organização da assistência social nos municípios e na elaboração dos diagnósticos municipais.

Esses diagnósticos constituem uma primeira aproximação quanto ao levantamento da situação da assistência social no Estado, que servirá de base para a organização de um banco de dados até então inexistente.

Para a análise e consolidação dos planos municipais em nível estadual, foi necessário realizar um trabalho de sistematização dos dados e propostas apresentados pelos municípios. Feito isso, e de acordo com os recursos orçamentários previstos para 1997, o Plano Estadual da Assistência Social foi apresentado ao Conselho Estadual de Assistência Social para análise e aprovação, consistindo em instrumento para orientar a ação, bem como a aplicação e captação de recursos para a área da assistência social.

Em decorrência do convênio e dos termos aditivos firmados aos convênios com o governo federal, através do MPAS/SAS, originaram-se receitas que constituem recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas), sendo desenvolvidas ações significativas pela SECR no corrente ano, relacionadas a seguir:

- a) pelos Termos Aditivos I e II ao Convênio nº 056/96, de 3 de abril de 1996 (objetivando a execução, de forma descentralizada, dos programas assistenciais de ação continuada como a manutenção de creches de portadores de deficiência e de idosos), estão sendo repassados recursos no montante de R\$ 23.677.520,55, beneficiando municípios e entidades sociais particulares através de 886 convênios;

- b) por meio dos Termos Aditivos II e III ao Convênio nº 078/96, de 6 de maio de 1996, referente ao programa "Brasil Criança Cidadã" (com o objetivo de fomentar programas e serviços sócio-educativos para crianças e adolescentes carentes, visando seu desenvolvimento integral, inclusão, permanência e sucesso escolar e integração na família e na comunidade), foram repassados recursos no valor de R\$ 2.100.000,00, formalizando 262 convênios;
- c) pelo Termo Aditivo assinado em 31 de dezembro de 1996 ao Convênio nº 093/96, de 12 de julho de 1996 (objetivando desenvolver ações de enfrentamento à pobreza, notadamente aquelas voltadas às crianças com idade acima de seis anos, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência), estão sendo repassados recursos na ordem de R\$ 3.065.503,38, formalizando 240 convênios;
- d) e pelo Convênio nº 073/97 (objetivando desenvolver ações de geração de renda no enfrentamento à pobreza, por intermédio do desenvolvimento do Programa de Lavouras Comunitárias nas comunidades indígenas), estão sendo repassados recursos no valor de R\$ 232.276,00, formalizando dois convênios, sendo um com o Conselho Indígena da Regional de Guarapuava e outro com o Conselho Indígena Estadual do Paraná, em Londrina.

#### 4.1 PROGRAMA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE - PROJETO CRECHE

Objetivando a construção de espaços físicos para favorecer o desenvolvimento infantil de forma integrada, nos aspectos físico-motor, emocional, intelectual e social, e cumprindo ainda com as funções de cuidar e educar, complementando a educação realizada na família, foram planejados e executados:

- a) os recursos do Vale Creche – um investimento de R\$ 2.106.000,00, sendo repassado 100% do valor da construção da creche e da aquisição do equipamento para 18 municípios do Estado, beneficiando 1.620 crianças;
- b) os recursos oriundos do Serviço de Loteria do Estado do Paraná (Serlopar) – um investimento de R\$ 606.551,16, sendo repassado 50% do valor da construção da creche para 12 municípios do Estado, beneficiando 1.080 crianças;

- c) o convênio com o MPAS/SAS – objetivando desenvolver “ações de enfrentamento à pobreza”, sendo construídas creches, com um investimento de R\$ 435.998,37, em seis municípios do Estado, beneficiando 600 crianças.

#### 4.2 PROJETO DE INTEGRAÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - PIÁ

Com o objetivo de construir espaços sócio-educativos em meio aberto, para atendimento à criança e ao adolescente na faixa etária de 7 a 17 anos, dentro da perspectiva preventiva da assistência social com vistas à conquista da cidadania, foram planejados e executados:

- a) os recursos da Fundepar – um investimento de R\$ 2.200.000,00, com repasse de 100% do valor da construção do Projeto PIÁ e da aquisição do equipamento, atingindo 20 municípios do Estado e beneficiando 3 mil crianças e adolescentes;
- b) os recursos oriundos do Provopar – um investimento de R\$ 1.125.000,00, com repasse de 100% do valor da construção do Projeto PIÁ, atingindo 15 municípios do Estado e beneficiando 2.250 crianças e adolescentes.

#### 4.3 PROJETO DA RUA PARA A ESCOLA

Objetivando repassar, mensalmente, cestas básicas às famílias que possuem crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social – para assegurar condições mínimas de bem-estar, garantir o ingresso, regresso, permanência e sucesso escolar e propiciar a promoção social das famílias –, foram realizadas:

- a) a implantação e manutenção do projeto em 149 municípios, com um investimento de R\$ 2.255.388,00, beneficiando 8.940 famílias;
- b) e a manutenção do projeto em 57 municípios, com um investimento de R\$ 1.237.400,80, beneficiando 3.551 famílias.

#### 4.4 PROGRAMA ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (PPD) - PROJETO ENTIDADES EFICIENTES

Com o objetivo de aprimorar a eficiência e eficácia das entidades que atuam com a pessoa portadora de deficiência, no que diz respeito à sua forma de gestão, e estimulando projetos que visam à geração de renda para auxiliar na auto-sustentação da entidade, foi investido o valor de R\$ 552.165,78, alcançando 33 municípios e beneficiando 3.007 pessoas.

#### 4.5 PROJETO INTEGRAÇÃO DA PPD

Objetivando estimular um conjunto de ações que irão facilitar o ingresso da pessoa portadora de deficiência no sistema social, pelo acesso integral a toda rede de serviços, pela equiparação de oportunidades e pela eliminação de barreiras arquitetônicas e da comunicação, foram aplicados recursos no montante de R\$ 68.945,51, atingindo todos os municípios do Estado, beneficiando 1.500 mil pessoas.

#### 4.6 PROJETO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERAIS DE APOIO - SIGA

Com o objetivo de prestar informações precisas à população, em geral sobre as deficiências, suas causas, conseqüências e alternativas de atendimento, facilitando assim o ingresso da pessoa portadora de deficiência à rede de serviços disponíveis nos municípios e garantindo seus direitos e sua integração social, foram aplicados recursos na ordem de R\$ 19.908,80, atingindo todos os municípios do Estado e beneficiando 870 mil pessoas.

#### 4.7 PROGRAMA ATENÇÃO AO IDOSO

##### 4.7.1 Projeto Morada do Sol

Objetivando investir nas estruturas já existentes, recuperando a base física e reestruturando a programação com idosos abrigados (revitalização de asilos), foi investido o valor de R\$ 231.580,97, atingindo 15 municípios e beneficiando 1.249 idosos.



#### **4.7.2 Condomínio da 3ª Idade e Casa Lar**

Com o objetivo de atender ao idoso carente, proporcionando moradia alternativa e convívio social de qualidade, foram aplicados recursos no montante de R\$ 103.667,80 para construção e aquisição de equipamentos para um Condomínio da 3ª Idade e uma Casa Lar, no município de Ortigueira, beneficiando 20 idosos.

#### **4.7.3 Auto-Sustentação/Projeto Morada do Sol e Projeto Idoso na Família**

A fim de incentivar a produção para geração de renda e melhoria da qualidade de vida, foi investido em equipamentos de produção o valor de R\$ 75.000,00, atingindo cinco municípios e beneficiando 80 idosos.

#### **4.8 PROGRAMA ESTÍMULO AO OFÍCIO**

##### **4.8.1 Projeto Linha/Estação do Ofício**

Com o objetivo de oferecer cursos de iniciação ao ofício à população de baixa renda, visando à qualificação de pessoas a partir de 14 anos para o exercício de ocupações definidas no mercado de trabalho, foram atingidos com a Linha do Ofício (ônibus reformados e transformados em salas de aula) 81 municípios, beneficiando 4.860 pessoas, num investimento de R\$ 389.268,90, e com a Estação do Ofício (unidades fixas) 50 municípios, beneficiando 21.095 pessoas, num investimento de R\$ 1.698.575,95.

##### **4.8.2 Projeto Estação de Produção**

Visando apoiar técnica, administrativa e financeiramente iniciativas produtivas junto a organizações comunitárias e entidades assistenciais, a fim de garantir meios para geração de renda à população e, dessa forma, criar alternativa para o enfrentamento à pobreza, foi investido um montante de R\$ 269.065,05, em 19 municípios do Estado, beneficiando diretamente 285 pessoas e indiretamente 3.395 pessoas.

#### **4.9 PROGRAMA DO ARTESANATO PARANAENSE - INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DO ARTESANATO**

Objetivando promover a valorização do artesanato comprometido com a identidade cultural e qualidade dos produtos e possibilitando a melhoria das condições de vida dos artesãos, foram atendidos 90 municípios, num investimento de R\$ 426.000,00, que beneficiou 9 mil pessoas.

#### **4.10 PROGRAMA CENTRAL DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS**

##### **4.10.1 Projeto Supersopa**

A fim de combater a desnutrição, foram doadas latas contendo 4,2 litros de sopa concentrada, que beneficiaram, prioritariamente, crianças atendidas por creches públicas e entidades de apoio à infância. Excepcionalmente, foram atendidos idosos, demais membros da família, assim como a população em caso de calamidade pública. O projeto atendeu a 355 municípios e beneficiou 284.325 pessoas.

##### **4.10.2 Projeto Implantação de Pastificio, Panificio, Vaca Mecânica e Casa da Farinha**

Objetivando o combate à desnutrição materno-infantil e a complementação alimentar de famílias de baixa renda, foram repassados recursos para aquisição de equipamentos, construção, reforma ou adaptação dos locais para estes fins. O projeto, num investimento de R\$ 616.810,50, atendeu a 37 municípios e beneficiou 44.400 pessoas.

#### **4.11 PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NAS VILAS RURAIS**

Objetivando o fomento às organizações comunitárias, o apoio à unidade familiar e o desenvolvimento sócio-econômico e cultural, foram desenvolvidas ações voltadas às famílias atendidas pelo programa Vilas Rurais, como:



- a) a construção de Centros de Convivência da Família (locais para a realização de atividades sócio-educativas e para geração de renda), que atendeu a 34 municípios e beneficiou 6.800 pessoas. O montante investido foi de R\$ 183.400,00;
- b) a doação de kits domésticos, que atendeu a 65 municípios e beneficiou 12.430 pessoas. O valor investido foi de R\$ 149.160,00;
- c) e a realização de cursos de Capacitação de Lideranças Comunitárias, que atendeu a 90 municípios e beneficiou 3.940 pessoas. O valor aplicado foi de R\$ 49.952,00.

#### 4.12 PROGRAMA PROTEÇÃO ESPECIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

##### 4.12.1 Projeto Atendimento Integral às Unidades Sociais Oficiais

A fim de desenvolver ações voltadas à reinserção familiar e/ou comunitária e à realização de atividades específicas a cada faixa etária, foram realizadas:

- a) a manutenção de 5.409 crianças e adolescentes nas Unidades Sociais Oficiais do Instituto de Ação Social do Paraná (Iasp), atingindo oito municípios, num investimento de R\$ 14.883.801,00;
- b) e a reforma das instalações físicas das 20 Unidades Sociais Oficiais, num investimento de R\$ 796.156,00.

##### 4.12.2 Projeto Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator - Ciaadi

Com o objetivo de agilizar o atendimento inicial ao adolescente autor de ato infracional, visa o projeto à integração operacional do Órgão Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, em um mesmo local. O Iasp é responsável pelo Serviço de Atendimento Social (SAS), que se caracteriza pela recepção, triagem, internamento provisório e encaminhamento do adolescente para cumprimento das medidas sócio-educativas determinadas pelo Poder Judiciário. Já foram realizados:

- a) a construção do Ciaadi no município de Londrina, num investimento de R\$ 1.040.894,00, beneficiando 30 adolescentes;
- b) a readequação do espaço físico para implantação do Ciaadi em Foz do Iguaçu, num investimento de R\$ 289.606,00, beneficiando 30 adolescentes;
- c) e o repasse de recursos ao Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção (Decom) para a construção do SAS em Campo Mourão e Cascavel, num investimento de R\$ 255.360,00, beneficiando 20 adolescentes.

##### 4.12.3 Projeto Casas Lares

Objetivando a permanência e a aquisição de habilidades para a convivência na família, na escola e no mundo do trabalho, de crianças, adolescentes de até 18 anos, órfãos, abandonados e demandatários das políticas de proteção, foram realizados:

- a) a construção de dez Casas Lares em Curitiba (cinco para portadores de deficiência/CRAV), num investimento de R\$ 612.360,00, beneficiando 100 crianças e adolescentes;
- b) o repasse de recursos ao Decom, para a construção de um condomínio com cinco Casas Lares, para o Lar Hermínio Lupion, em Curitiba, num investimento de R\$ 323.030,00, beneficiando 50 crianças e adolescentes;
- c) e o apoio a programas de Abrigos e Casas Lares (desenvolvidos por entidades sociais particulares e municípios), sendo firmados 48 convênios, atendendo a 48 municípios, através de repasse de recursos no montante de R\$ 1.400.750,00, e beneficiando 1.376 crianças e adolescentes.

##### 4.12.4 Projeto Casa de Semi-Liberdade

O regime de Semi-Liberdade é uma medida sócio-educativa que depende de autorização judicial, podendo ser determinada desde o início da pena, ou como forma de transição para o meio aberto, com a possibilidade de realização de atividades externas, assim como, escolarização e profissionalização. Estão sendo construídas duas Casas de Semi-Liberdade, nos municípios de Curitiba e Londrina, num investimento de R\$ 182.960,00, beneficiando 16 adolescentes.

#### 4.12.5 Projeto Centro de Internação e Reeducação

A fim de desenvolver ações sócio-educativas e de propor ações descentralizadas e regionalizadas, visando a uma política adequada de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, que se encontra em cumprimento da medida de internação determinada pelos Juizados das Varas da Infância e da Juventude, foi firmado convênio com o município de Londrina, com repasse de recursos pelo Iasp no valor de R\$ 1.244.018,00, para a construção de uma unidade de reeducação "São Francisco II", beneficiando 40 adolescentes.

#### 4.13 CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA

O Cedca é órgão consultivo, deliberativo e controlador das ações de atendimento à infância e ao adolescente, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, em consonância com o que dispõe a Lei Estadual nº 10.014, de 29 de junho de 1992 e os dispositivos complementares de 15 de abril de 1993, além da nova redação dada pela Lei nº 11.136, de 18 de junho de 1995.

No decorrer de 1997, o Cedca desenvolveu as seguintes atividades:

- a) realização de 12 reuniões – sendo nove ordinárias e três extraordinárias, de caráter deliberativo;
- b) apoio às conferências regionais – realização da I Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e escolha de representantes para a I Conferência Estadual e para a I Conferência Nacional;
- c) apoio à Semana de Prevenção à Droga – em conjunto com a SEED, sendo repassados recursos no valor de R\$ 20.000,00, para a realização de teleconferências;
- d) realização de quatro teleconferências – sendo abordados os seguintes temas: Fundamentos Históricos das Políticas Sociais e Direitos Humanos, ECA, Institucionalidade e Visão Progressista no Entendimento do Cedca, Determinantes da Exclusão Social, Mecanismos de Acesso aos Benefícios Sociais e o Cedca e sua Ação na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- e) realização de eleição – escolha das entidades não-governamentais, para composição do Conselho;
- f) e repasse de recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência visando:
  - ao apoio às políticas de proteção especial, desenvolvidas em 188 municípios, devidamente instrumentalizados pelos Conselhos Municipais de Direitos e Conselhos Tutelares (implantados e em funcionamento), com a aplicação de R\$ 6.378.951,23;
  - à construção de dois Ciaadi, em Londrina e Foz do Iguaçu, com investimentos de R\$ 250.000,00;
  - e à adaptação e reforma do Educandário São Francisco, em Curitiba, com investimentos de R\$ 200.000,00.

#### 4.14 CONSELHO ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS

O Ceas é órgão colegiado de caráter deliberativo e permanente, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela coordenação das questões afetas à assistência social e criado pela Lei nº 11.362, de 12 de abril de 1996.

No decorrer de 1997, o Ceas desenvolveu as seguintes atividades:

- a) realização bimestral (até novembro de 1997) de cinco reuniões, sendo quatro ordinárias e uma extraordinária de caráter deliberativo;
- b) realização de dez reuniões das Comissões Temáticas, sendo os temas: Política Social Básica, Comunicação, Articulação e Mobilização, Gerenciamento do Fundo, Documentação e Cadastro;
- c) elaboração pelas Comissões Temáticas do Plano de Ação/97;
- d) elaboração de manual de orientação aos conselhos;
- e) apoio ao projeto Mapeamento da Pobreza em todos os municípios do Estado, baseado no Censo Demográfico do IBGE e objetivando a melhoria de vida com água, esgoto, condições de domicílio e diminuição da mortalidade infantil;
- f) apoio a projetos desenvolvidos pela SECR, nas áreas de organização municipal, geração de rendas e atendimento à família;

- g) apoio e participação em conjunto com a SERT, no projeto Agenda Social, referente ao enfrentamento do crescimento do fluxo migratório;
- h) captação de recursos para o Feas, no valor de R\$ 350.000,00, através de convênio firmado com a Copel;
- i) apreciação e aprovação dos programas a serem subsidiados com recursos do Feas e definição de critérios de repasse de recursos destinados aos municípios e entidades assistenciais;
- j) realização das conferências municipais e da II Conferência Estadual da Assistência Social e escolha de delegados para a II Conferência Estadual e para a II Conferência Nacional da Assistência Social;
- l) realização de assembléia para escolha de três entidades não-governamentais, para compor o Ceas;
- m) e participação nas reuniões ampliadas do Conselho Nacional da Assistência Social.

## 5 PARANÁ + HABITAÇÃO

### 5.1 HABITAÇÃO RURAL - VILAS RURAIS

Foram concluídas 79 vilas rurais e estão em execução 65, beneficiando diretamente 5.463 famílias de bóias-frias em 115 municípios do Paraná. Isso diminui em 27 mil as pessoas que, provavelmente, estariam aumentando as favelas na periferia de nossas cidades.

Destinada aos trabalhadores rurais volantes (bóias-frias), as vilas rurais são lotes de aproximadamente 5 mil m<sup>2</sup>, com casas de 44,5 m<sup>2</sup> de boa qualidade e benfeitorias como galpão e galinheiro. Estão localizadas próximas a distritos rurais ou estradas vicinais, com fácil acesso à infraestrutura já existente, como escola, posto de saúde e comércio.

### 5.2 HABITAÇÃO URBANA - CASA FELIZ

Em parceria com as prefeituras municipais, foram construídas nas cidades 23.577 moradias já entregues e mais 5.702 em construção, beneficiando mais de 146 mil pessoas. Até o final de 1997, serão beneficiadas mais de 200 mil pessoas em todas as regiões do Paraná.

Esse programa viabiliza a construção da casa própria nas cidades para a população de baixa renda através da autoconstrução, garantindo que cada família defina seu projeto a partir de um módulo inicial de 44,5 m<sup>2</sup>. O morador tem o direito de construir sua casa do modo que achar melhor, ou seja, pode dividir, ampliar e utilizar o material a sua conveniência e gosto.

O financiamento para a compra do material e para a mão-de-obra é repassado diretamente ao morador em quatro parcelas de acordo com o cronograma físico-financeiro.

O programa é uma parceria entre o Governo do Estado, os municípios e os moradores. O município faz a doação da área e executa os serviços de infra-estrutura. O Governo financia as moradias. O morador administra sua obra, cujo tempo médio é de quatro meses de construção. Para cada unidade construída, são gerados, em média, cerca de cinco empregos. Por meio da autogestão, são construídas casas em conjuntos e em lotes isolados, ocupando os vazios urbanos e otimizando o uso da infraestrutura das cidades.

### 5.2.1 Apartamentos

A fim de viabilizar moradias para a faixa de classe média que não tem tido oferta da iniciativa privada, a Cohapar está construindo apartamentos de 44 a 55 m<sup>2</sup> em prédios de dois a três pavimentos, destinados a famílias com renda de até dez salários mínimos. Os pequenos prédios são melhor localizados, otimizando o uso da infra-estrutura existente na cidade.

### 5.3 RUA DE OFÍCIOS

Com o objetivo de promover moradia e trabalho no mesmo local, é definida em cada conjunto a rua com maior vocação comercial para implantar a Rua de Ofícios. As moradias da rua escolhida ganham um espaço a mais na linha fronteira da calçada, que é ocupada por ofícios e comércio (cabeleireiro, sapateiro, padaria, mercearia, etc.).

### 5.4 CASA DA FAMÍLIA

Programa implantado a partir de 1991, executado por pequenas empreiteiras contratadas pelas prefeituras ou pelo sistema mutirão, em que a prefeitura participa com a doação do terreno e infra-estrutura, a população com a mão-de-obra, e o Governo do Estado financia o material de construção.

### 5.5 CASA DA GUARDA

Programa de acesso à moradia ao policial paranaense, sendo destinada uma unidade a cada conjunto habitacional com mais de 50 casas, cedida em comodato à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP). Enquanto o policial estiver sediado no município, fixa residência na Casa da Guarda e se responsabiliza pela segurança do bairro.

### 5.6 MORADA DO MESTRE

Cinco por cento de cada conjunto de moradias produzido pela Cohapar é ofertado aos professores não-proprietários de imóveis.

O programa Morada do Mestre foge da padronização sócio-econômica e cultural que os conjuntos só para professores promove, pois ele se integra a um conjunto de moradias idêntico a um bairro da cidade.

### 5.7 CENTRO DE CONVIVÊNCIA

É um equipamento social destinado a atividades comunitárias das vilas rurais ou moradias urbanas do programa Casa Feliz. É executado em parceria com a SECR, responsável pela sua manutenção e funcionamento.

### 5.8 CASA LAR DO IDOSO

Desenvolvido em parceria com a SECR, visa ao atendimento de idosos dependentes, portadores de deficiências, carentes e sem família. São casas inseridas em conjuntos habitacionais com mais de 50 unidades.

QUADRO GERAL DE REALIZAÇÕES - JAN-OUT 1997

PROGRAMA	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	EMPREEN- DIMENTOS	UNIDADES CONCLUÍDAS	UNIDADES EM OBRAS	TOTAL DE UNIDADES	PESSOAS BENEFL.	INVESTIMENTO (R\$)
Vila Rural	115	124	3 440	2 543	5 983	23 640	17 954 022,49
Casa Feliz	108	148	5 197	4 407	9 604	43 950	12 161 419,60
Apartamentos	5	8	148	188	336	1 530	1 208 564,91
Casa da Família	36	44	3 472	1 232	4 704	21 495	1 046 641,63
Casa Lar do Idoso	1	1	10	-	10	24	91 829,02
Rua de Ofícios	1	1	14	-	14	*	9 600,00
Esquina do Ofício	2	2	-	2	2	*	-
Casa da Guarda	17	17	17	-	17	*	89 932,02
Centro de Conviv.	46	47	33	14	47	*	63 915,74
Morada do Mestre	8	10	24	-	24	*	34 500,00
TOTAL	197	324	12 355	8 370	20 741	90 639	35 412 277,03

NOTA: A aquisição de áreas para Vila Rural (Recursos FDU R\$ 565.601,79) foi um investimento de R\$ 2.751.851,62.

(\*) Pessoas diretamente beneficiadas, já computadas nos programas Vila Rural, Casa Feliz ou Casa da Família.



## **6 PARANÁ + JUSTIÇA**

### **6.1 CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO - COPEN**

O Copen realizou, em 1997, 192 sessões, em que foram apreciados 998 processos, sendo liberados 125 sentenciados nas sessões de livramento condicional. Foram realizadas visitas de inspeção a todas as unidades penais que integram o Departamento Penitenciário do Estado.

### **6.2 CONSELHO ESTADUAL DA MULHER DO PARANÁ**

O Conselho Estadual da Mulher do Paraná, transferido para o âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU) por meio do Decreto nº 3.030, de 16 de abril de 1997, promoveu a criação de 13 Conselhos Municipais e realizou diversos encontros, reuniões, congressos e seminários e outros eventos sobre a importância da mulher na sociedade atual.

### **6.3 CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES - CONEN**

O Conen desenvolveu, em 1997, diversos cursos de formação em prevenção e palestras de orientação sobre prevenção e prestou 1.562 atendimentos terapêuticos, além de orientações por telefone.

Através do núcleo de prevenção, foram realizados eventos e palestras com técnicos na elaboração de projetos e reuniões com equipes de outras instituições. O número de educadores atingidos é superior a 3 mil no exercício.

Também foram criados os Conselhos Municipais de Entorpecentes das cidades de Araçongas e Mandaguari e realizada a Semana de Prevenção às Drogas (com palestras, gincanas e apresentações) com a participação das escolas através da teleconferência em rede nacional, atingindo mais de 4 mil escolas.



#### 6.4 COORDENAÇÃO DOS DIREITOS DA CIDADANIA - CODIC

A Codic, em 1997, através de grupos, conselhos e comissões, se fez representar em congressos, cursos, seminários, conferências, palestras e aulas sobre direitos humanos. Também efetuou 380 atendimentos às vítimas de crimes.

#### 6.5 COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

O Procon tem como objetivo principal orientar, educar, defender e proteger os consumidores contra abusos praticados pelos fornecedores de bens e serviços nas relações de consumo. Dentre suas metas em 1997, foram alcançados:

- A melhoria do atendimento ao público – através de ampliação física do órgão, com aluguel de novo prédio para acomodação da Seção de Recepção e Atendimento e da Divisão Jurídica, melhorando significativamente o atendimento pessoal; de informatização e ampliação de 8 para 16 linhas no 1.512 (atendimento por telefone); de ampliação da rede de informática do órgão de 20 para 80 pontos, com aquisição de 31 novos equipamentos; e de ampliação das salas de audiência de 2 para 5.
- A descentralização do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor – através da implantação de Procons municipais em Irati e Mandaguari.
- O incentivo à organização da população consumidora em entidades civis de defesa do consumidor – através da criação da Associação de Defesa dos Consumidores de Umuarama (Adecou).
- A educação do consumidor – através de projeto Escuta Procon, programa de rádio com dicas e informações ao consumidor, transmitido por 65 rádios em todo o Estado; de programa Perfil do Consumidor, programa semanal de televisão com o mesmo objetivo; de publicação do Cadastro de Defesa do Consumidor com as reclamações recebidas no período dos últimos cinco anos (45 mil exemplares); e de

publicação mensal do Jornal Notícias do Procon (20 mil exemplares/mês). No período de janeiro a setembro de 1997, foram atendidas, pelo órgão, 48.311 pessoas, sendo 15.725 pessoalmente, 31.571 por telefone e 1.015 por carta.

#### 6.6 DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ

A Defensoria promoveu o planejamento, a coordenação, a execução e o controle da prestação dos serviços de assistência judiciária gratuita aos necessitados, através de entidades públicas e do convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR. Também prestou 13.376 atendimentos na sede, cadastrou 5.995 processos no SAP - Área Cível, encerrou e/ou encaminhou 7.381 casos diversos, efetuou 9.898 atendimentos diversos (área criminal) e assistiu a 6.318 pessoas pelo convênio SEJU/OAB/PR.

#### 6.7 DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - DEPEN

##### 6.7.1 Atividades de Custódia, Segurança e Assistência Penal

Na coordenação dos estabelecimentos penais e demais órgãos do sistema penitenciário, o Departamento deu cumprimento às disposições da Lei de Execução Penal – Lei Federal nº 7.210/84, referente à custódia, segurança e assistência aos presos provisórios, condenados e submetidos à medida de segurança preventiva, bem como aos apenados e egressos das unidades penais.

O Sistema Penitenciário do Paraná conta atualmente com uma população em torno de 4.496 detentos, em regime fechado ou semi-aberto, composta por 4.293 homens e 203 mulheres, bem como mantém atividades de assistência a apenados, egressos e com penas alternativas para cerca de 2.340 pessoas que cumprem pena em liberdade.

Na área de assistência à saúde, durante o ano de 1997, houve mais de 12.780 atendimentos com consultas clínicas, cerca de 1.500 consultas hospitalares e mais de 690 encaminhamentos para internamento hospitalar e tratamento médico, realizados diretamente pelos estabelecimentos penais.

A Unidade Hospitalar do Complexo Médico-Penal teve uma média mensal de 85 internamentos para tratamento clínico de maior gravidade, com a utilização de 31 leitos da unidade clínica e mais 83 leitos da unidade de saúde mental.

Houve média mensal de 2.294 atendimentos odontológicos aos presos do Sistema Penitenciário do Paraná.

A assistência e orientação social teve média mensal em torno de 9.490 atendimentos e a assistência psicológica média de 3.635 atendimentos mensais, abrangendo todas as unidades penais do sistema.

As atividades assistenciais na área jurídica, atendendo aos presos e às suas famílias nos procedimentos de execução penal e progressão dos regimes em execução, tiveram média mensal de 5.076 atendimentos.

Foram realizados cerca de 5.670 acompanhamentos pedagógicos, 693 encaminhamentos a outros setores assistenciais (realizando-se mais de 3.060 entrevistas de triagem), 2.035 entrevistas para a Comissão Técnica de Classificação, 723 entrevistas para o Conselho Disciplinar, além do desenvolvimento de atividades esportivas que envolveram perto de 7.500 internos.

Na Colônia Penal Agrícola, foram realizadas tele-salas na preparação de alunos-presos para o exame de educação geral (atendimento a 209 presos).

No Complexo Médico Penal, foi implantado um programa de atendimento aos presos, com atividades terapêuticas em artes manuais, música e cantocoral, participando, em média, de 180, 160 e 60 internos/mês, respectivamente.

Em 1997, nas atividades de ensino, chegou-se ao atendimento em torno de 1.545 matrículas de alunos-presos, desde a 1ª série do 1º grau até o 2º grau.

Mediante a continuidade das atividades do projeto de Ressocialização através da Profissionalização dos Internos, foram realizados 14 novos cursos profissionalizantes, através de termos de cooperação com a Telepar, UFPR, Senac, Sesc e Senai, atendendo a 194 presos.

O gerenciamento do processo de ocupação da mão-de-obra dos internos do sistema penitenciário promoveu ações para administração de 66 termos de cooperação com empresas privadas e órgãos públicos, em 55 canteiros, com a ocupação da mão-de-obra de 1.183 internos, em canteiros de produção instalados na Unidade ou em trabalho externo.

No exercício de 1997, houve a ocupação de 3.548 presos em atividades produtivas e de laborterapia, com a taxa de ocupação de mão-de-obra de 79% do total de internos do sistema penitenciário.

## 6.8 REPAROS, MELHORIAS E OBRAS PENITENCIÁRIAS

A Divisão de Engenharia e Manutenção do Depen promoveu a coordenação das atividades de conservação, melhorias e acompanhamento das obras de engenharia executadas no Sistema Penitenciário do Paraná, destacando-se:

- a) Penitenciária Industrial de Guarapuava – início e andamento das obras de construção da penitenciária, com cerca de 7.177 m<sup>2</sup>;
- b) Penitenciária Industrial de Cascavel – execução de sondagem geológica do terreno para a construção da penitenciária, projeto elétrico e telefônico para a implantação da penitenciária, projeto estrutural, elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental, projeto hidráulico (terreno em fase de terraplenagem);
- c) Penitenciária Estadual de Piraquara – projeto de fundações para a construção da penitenciária, com 12 mil m<sup>2</sup> (obra em fase de licitação);
- d) Penitenciária de Regime Semi-Aberto de Maringá – sondagem geológica do terreno e levantamento planialtimétrico do terreno.

## 6.9 ESCOLA PENITENCIÁRIA DO PARANÁ - ESPEN

Na realização de suas atividades de formação, capacitação, reciclagem e treinamento em serviço para os funcionários do sistema penitenciário em todos os níveis, a Espen, em 1997, promoveu a realização de 21 cursos com 56 turmas, atendendo a 873 servidores do sistema penitenciário.

## 6.10 PATRONATO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ - PATR

O Patronato, como órgão de execução penal, deu continuidade ao Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso - Pro-Egresso, mediante a efetivação de 20 convênios com entidades públicas e privadas, prefeituras e faculdades do interior, dando atendimento a uma média mensal de 675 egressos de unidades penais e 482 egressos de cadeias públicas, bem como a uma média mensal de 1.037 pessoas em cumprimento de pena em regime aberto.

Através da execução do Programa de Assistência ao Apenado nas Cadeias Públicas, foram dados atendimentos de assistência a uma média mensal de 649 presos nas 408 cadeias públicas visitadas, em 295 municípios do Paraná.

## 6.11 FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ - FUPEN

No exercício de 1997, o Fundo Penitenciário do Paraná, mediante administração de seus recursos financeiros, proveu de melhores condições de vida carcerária as unidades penais do Estado, com programas de ressocialização dos internos.

Com a finalidade de divulgar o trabalho dos internos nas unidades penais, bem como a possibilidade e vantagens de utilização dessa mão-de-obra pelas empresas, foram elaborados um *folder* explicativo e uma fita de vídeo. Em maio de 1997, o Fundo Penitenciário instalou uma loja na Rua da Cidadania da Matriz, em espaço cedido pela prefeitura municipal, para venda de artigos produzidos pelos internos.

## 6.12 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - DIOE

Com 50 anos de atividades, a Imprensa Oficial é um dos maiores parques gráficos do gênero, sendo responsável pela edição do Diário da Justiça, Diário Oficial, Diário Comércio, Indústria e Serviços, Diário do Município de Curitiba, entre outros, e pela produção de impressos para o Governo, desde simples cartazes e blocos até documentos de segurança, como diplomas e provas de concursos públicos.

Visando melhorar a qualidade do seu principal produto, o Diário Oficial, a Imprensa, após investir em infra-estrutura lógica, está adquirindo mais 29 estações, 3 servidores, 18 impressoras e 1 roteador.

A fim de agilizar a montagem do jornal, foi desenvolvido um sistema para o envio de matérias para publicação *on-line*, em Lotus Notes para todo o Estado e por disquetes e outros meios para os demais usuários. A solução foi definida em parceria com a Celepar.

Composto por sete estações PC Pentium, três estações PowerMac 8100, um scanner Topaz, um Scanner Umax Vista T630, uma impressora em preto e branco LaserWriter Pro 810, uma impressora colorida Tektronix Phaser 480, um imagesetter Herkules-Pro, um Rip 50, um gravador de disco óptico e um servidor de rede para arquivos de textos e imagens e um para impressão, esse sistema foi ativado, e, através de treinamento operacional na função de quatro funcionários, a Imprensa está executando serviços de paginação, seleção e tratamento de imagens em cores e em preto e branco e diagramações, através de *softwares* aplicativos, como Quarkxpress, Page Maker, Photoshop, Illustrator e outros.

A locação de um sistema para controle administrativo integrado de gráfica, multiusuário é uma solução informatizada e integrada que envolve várias funções.

A Central de Atendimento, através do ramal 4, para reclamações, e do ramal 5, para informações de publicações, tem facilitado a vida dos usuários, canalizando problemas e dificuldades diversas com soluções rápidas.

Dando continuidade às obras de readequação do espaço físico, foram concluídos um anexo frontal de dois pisos – onde foram instalados o laboratório fotográfico e a biblioteca – e algumas reformas.

Para minimizar os ruídos da impressora rotativa, foi efetuado o isolamento da mesma e ampliado o espaço do pátio, com a readequação do estacionamento e a inclusão do terreno (resultante da canalização do rio), cedido pela prefeitura.

A iluminação da gráfica e a colocação de forro completam as melhorias ambientais e as condições gerais de trabalho.

A capacitação profissional na área de pré-impressão tem merecido atenção especial por parte da Direção.

## 6.13 JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ - JUCEPAR

A Jucepar se utilizou do planejamento estratégico como balizador e norteador das atividades desenvolvidas neste exercício, propiciando aos usuários maiores facilidades e excelência na realização dos serviços, dando ênfase à modernização tecnológica, ao desenvolvimento de recursos humanos, ao programa de qualidade, à desconcentração dos serviços e à infra-estrutura interna. Para tanto, realizou substituição e ampliação do parque computacional (terminais e micros), licitação e implantação da digitação, projeto e execução das redes lógica e elétrica, troca da CPU, reforma e melhorias no prédio da sede, transferência de documentos microfilmados, saneamento de fichas das empresas Ltda. e individual, novo regimento interno, desenvolvimento de Recursos Humanos e treinamento técnico, desconcentração através de parcerias, disseminação das facilidades de convênio, implantação do programa de qualidade e movimentação de 210.374 documentos protocolados.

No exercício de 1996, a Junta Comercial obteve o 1º lugar nacional do prêmio Qualidade e Produtividade do Registro Mercantil e, em 1997, repetiu a colocação, obtendo medalha de ouro.



#### 6.14.1 Serviços Metrológicos

Para que as funções de verificação e fiscalização no IpeM se modernizem e se aperfeiçoem, muitas ações foram implementadas no decorrer do exercício, como: a participação de servidores em cursos fornecidos pelo Inmetro e pela própria instituição; a consolidação da rastreabilidade de padrões de trabalho; a aquisição de material metrológico; a aquisição de caminhões para verificação de balanças de grande porte; entre outras ações. O número de verificações de instrumentos metrológicos no ano de 1997 chegou a 110 mil. Em 1997, com o mesmo número de técnicos e com a implementação da estratégia de descentralização das atividades e maior e melhor aproveitamento do corpo técnico, conseguiu-se aproximar a produção à do exercício anterior.

#### 6.14.2 Qualidade Industrial

Estrategicamente, em 1997, foram intensificadas as atividades de certificação compulsória, verificação têxtil e mercadorias pré-medidas em todo o Estado. O IpeM examinou produtos como dispositivos elétricos, brinquedos, extintores de incêndio, preservativos masculinos, vestuário em geral, produtos da cesta básica, entre outros. A atuação se direcionou à indústria e ao comércio. Nas atividades de certificação compulsória e têxtil, foram examinadas, no ano de 1997, cerca de 750 mil unidades (aumentando em, aproximadamente, 100% a produção), e na verificação de mercadorias pré-medidas, foram examinadas mais de 45 mil unidades dos mais diversos produtos (aumentando em, aproximadamente, 50% o número de exames).

#### 6.14.3 Gestão de Recursos Humanos

Com vistas a uma política de valorização de Recursos Humanos, o IpeM ofertou, no ano de 1997, mais de 37 cursos nas mais diversas áreas, tais como: capacitação técnica específica em metrologia; qualidade industrial e laboratório; treinamento para auditor interno de sistema de gestão da qualidade; gestão documental; cursos de informática; cursos supletivos de 1º e 2º graus; cursos de pós-graduação; entre outros.

Com esses cursos, foram contemplados aproximadamente 80 servidores de um universo de 128 funcionários. A meta nessa área é de que todos os servidores deverão participar de, no mínimo, 30 horas/ano em programas de atualização e aperfeiçoamento.

#### 6.14.4 Convênio Firmado entre IpeM, UEL e Itedes

Este convênio, firmado entre o IpeM, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e o Instituto de Tecnologia (Itedes), amplia os recursos tecnológicos à disposição da metrologia paranaense. O convênio de cooperação tecnológica viabiliza a disponibilização de recursos entre os três órgãos, incluindo o uso de laboratórios. Um dos primeiros resultados do convênio será a realização de testes em laboratórios da UEL, para verificação de resistência de materiais usados na construção civil, havendo, também, a possibilidade de instalar a Sede da Regional de Londrina no campus da Universidade.

#### 6.14.5 Sistema de Gestão da Qualidade

O projeto de Gestão da Qualidade se encontra em fase de estruturação, com a elaboração das normas do Sistema da Qualidade, a revisão das já implantadas e a implementação das atividades envolvidas no processo de certificação ISO 9000.

#### 6.14.6 Laboratório Metrológico de Massa em Curitiba

O Laboratório Metrológico de Massa, implantado na sede do IpeM, com investimento na ordem de R\$ 160.000,00, se encontra na fase de implementação do seu Sistema de Garantia da Qualidade, baseado nos requisitos estabelecidos na ABNT/ISO/IEC Guia 25.

Os resultados obtidos até o momento ultrapassam as expectativas iniciais. Os equipamentos selecionados estão entre os melhores disponíveis no mercado mundial, e as condições de operação do laboratório o colocam como um dos mais bem instalados no País para trabalhar na área de metrologia em massa.

#### 6.14.7 Laboratório Metrológico de Grandes Massas em Maringá

As obras foram iniciadas em agosto de 1997 e o término está previsto para janeiro de 1998. O valor total investido será de R\$ 1.030.000,00, cabendo ao IpeM o investimento na ordem de R\$ 550.000,00 para aquisição de

equipamentos. Os restantes R\$ 480.000,00 foram financiados pelo BID ao município de Maringá, através do programa Paraná Urbano.

O Laboratório será referência em qualidade industrial para toda a Região Sul e estará habilitado a fornecer laudos técnicos para empresas interessadas em certificação internacional de qualidade.

#### **6.14.8 Reforma e Ampliação da Infra-Estrutura Física**

A nova sede do Ipem com aproximadamente 2 mil m<sup>2</sup> é um projeto que tem como principais objetivos a melhoria das condições de trabalho e a maior integração do órgão com a comunidade, envolvendo produtores, empresários e consumidores. O investimento total está estimado em R\$ 1.400.000,00. O projeto se encontra na fase de concorrência para contratação dos serviços.

#### **6.14.9 Sistema de Informática**

As ações desenvolvidas nesta área visam dar suporte à área técnica e aos sistemas administrativos. Atualmente, os microcomputadores na sede do Ipem já se encontram ligados em rede e, em breve, as Agências Regionais também estarão interligadas. Foram investidos em equipamentos, treinamento, estrutura elétrica e lógica e desenvolvimento de sistemas aproximadamente R\$ 250.000,00, desde o início da gestão, e serão investidos mais R\$ 200.000,00.

#### **6.14.10 Projeto Ipem 30 Anos**

Com a finalidade de maior aproximação com a comunidade paranaense, através da divulgação e orientação sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão, destacando sua nova postura diante da sociedade, o Ipem participou de eventos já existentes no Estado e de outros organizados especificamente para divulgação da instituição. Também participou na Feira Internacional do Paraná, na Ecotecnológica, entre outros.

## **7 PARANÁ + SAÚDE**

No planejar e agir continuamente, buscando produzir MAIS SAÚDE, o Governo do Estado do Paraná determinou como missão nesta área a melhoria da qualidade de vida da população e dos serviços de saúde a ela prestados.

A melhoria da qualidade de vida da população só pode ser alcançada com a inversão do modelo de assistência atual (centrado na doença) para um modelo que promova a saúde. Para isto, a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) estabeleceu como estratégias de inversão de modelo os projetos relacionados a seguir.

### **7.1 AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**

Na construção/reconstrução de um novo modelo assistencial, a SESA adotou como política o estímulo a práticas como a do Agente Comunitário de Saúde (ACS), em sintonia com a da Saúde da Família. O ACS é um trabalhador que integra a equipe de saúde local, interagindo com a comunidade nos cuidados básicos de saúde e fortalecendo o elo entre esta e os serviços de saúde.

Dentro do papel que lhe cabe, o Estado capacitou 45 instrutores/multiplicadores regionais do projeto e 202 enfermeiros de vários municípios para atuarem como instrutores/supervisores do ACS; promoveu a educação continuada de 2.045 Agentes Municipais e da Pastoral da Criança, nos oito eventos macrorregionais do Protegendo a Vida; e realizou seminário sobre Questões Gerenciais do ACS e Saúde da Família com técnicos das 22 Regionais de Saúde.

O projeto está implantado em 191 municípios, envolvendo 1.663 ACSs (dados de outubro de 1997).

### **7.2 MUNICÍPIO SAUDÁVEL**

O Movimento Município Saudável (MMS) é uma estratégia de administração municipal que vê o cidadão em sua totalidade, promovendo a intersetorialidade e a participação comunitária. A SESA vem concentrando



esforços no processo de sensibilização dos municípios para que despertem para esta prática. Entre as novas gestões, Campo Mourão e Chopinzinho incorporaram a idéia.

### 7.3 PARANÁ MAIS SAÚDE BUCAL

O projeto tem como objetivo a melhoria das condições de saúde bucal da população, com a implementação de medidas educativas e preventivas em larga escala e o conhecimento do perfil dos serviços oferecidos pelos municípios.

Em 1997, destacam-se a análise e a discussão do levantamento epidemiológico da cárie dentária, realizadas em todos os municípios do Estado em 1996, e do Coeficiente de Qualidade dos Serviços Odontológicos Municipais; a distribuição de 200 macris (maca para atendimento odontológico de crianças), no valor de R\$ 66.000,00, para 200 municípios das macrorregiões Sudoeste, Noroeste e Norte do Estado; a capacitação de 200 profissionais da área para atender às clínicas do bebê, com cursos de especialização, realizados no Centro de Referência em Londrina, com aplicação de R\$ 67.000,00; e a distribuição de 980 mil comprimidos de fluoreto de sódio, para o Programa de Bochecho com Flúor na Rede Pública escolar de 1º grau, com investimentos de R\$ 157.000,00.

### 7.4 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER GINECOLÓGICO

O câncer de colo de útero e o de mama são os dois tipos de neoplasias que mais atingem as mulheres no Paraná. Considerando isto, a SESA decidiu implantar um programa para modificar tal situação. A proposta do Estado prioriza, inicialmente, a faixa etária de 30 a 49 anos. Participam do programa a SESA, os municípios, o Fórum Popular de Mulheres e a Sociedade Brasileira de Patologia e Citopatologia.

Para que o projeto fosse implantado, o Estado investiu R\$ 25.981,00 na capacitação de 488 profissionais e R\$ 308.112,00 na aquisição de kits para distribuição aos municípios.

Para alcançar a meta de 86.500 exames/mês, a SESA assumiu o financiamento total dos exames preventivos de câncer do colo uterino, realizados pelo SUS, com um investimento previsto de R\$ 500.000,00/mês. A implantação do programa se deu no mês de outubro de 1997.

### 7.5 PREVENÇÃO E CONTROLE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL

Em junho de 1997, foi criado o Programa Estadual de Controle da Hipertensão Arterial, como estratégia de complementação e aperfeiçoamento da Farmácia Básica, tendo em vista a incidência e a taxa de mortalidade significativa por doenças do aparelho circulatório.

De junho a outubro de 1997, 179 municípios foram beneficiados com a distribuição de 15.735.421 unidades de medicamentos anti-hipertensivos, num investimento de R\$ 854.605,85.

### 7.6 PROTEGENDO A VIDA

O Protegendo a Vida entra no seu 3º ano de execução, firmando-se como um projeto de mobilização social em torno de objetivos comuns, e causa impacto com a redução da mortalidade infantil e materna, como demonstra o quadro abaixo.

ANO	MORTALIDADE INFANTIL POR 1.000 NASCIDOS VIVOS	MORTALIDADE MATERNA POR 100.000 NASCIDOS VIVOS
1994	28,3	104,1
1995	22,8	82,0
1996	20,5	78,8

O projeto tem três eixos principais de atuação: sensibilização e capacitação de recursos humanos, equipamentos e insumos para o planejamento familiar. O primeiro, centrado inicialmente na saúde da mulher e da criança, teve expansão de foco em 1997 para o idoso e para a prevenção e atendimento ao trauma, abrindo-se o leque de parcerias com sociedades científicas, entidades representativas de classe, organizações governamentais e não-governamentais. Realizaram-se oito eventos de abrangência macrorregional, com 27.719 vagas ofertadas nos cursos realizados, num investimento de recursos na ordem de R\$ 839.390,00. No que se refere a equipamentos, foram repassados equipamentos de médio e baixo risco para 37 municípios da macrorregião Sudoeste e 45 da macrorregião Oeste, no valor aproximado de R\$ 1.238.803,00, e adquiridos equipamentos para atendimento de baixo risco, no valor de R\$ 1.210.284,00, que serão entregues a 265 municípios.

Quanto aos insumos, foram distribuídos anticoncepcionais injetáveis e estão em fase de distribuição os diafragmas para mulheres em idade fértil, representando recursos na ordem de R\$ 23.339,95.

## 7.7 SAÚDE DA FAMÍLIA

Com este projeto, a SESA visa sensibilizar e estimular os municípios do Estado para a reorganização do modelo de assistência à saúde, tendo a Saúde da Família como uma estratégia para a introdução e condução do processo. A Saúde da Família tem como base uma equipe multiprofissional que atua num território definido, tendo a Unidade de Saúde como referência, e trabalha, prioritariamente, a prática de promoção da saúde e prevenção da doença.

Até novembro de 1997, havia no Estado 17 municípios com o projeto implantado, atendendo a 94.730 famílias.

Da articulação entre a SESA, Instituições de Ensino Superior e Secretarias Municipais de Saúde, constituiu-se no Estado um Pólo de Capacitação, Formação e Educação permanente para a Saúde da Família, que está sendo financiado pelas partes envolvidas. De 10 de outubro a 22 de novembro de 1997, foi realizado um curso de extensão universitária e aperfeiçoamento em Saúde da Família, sob a coordenação da UFPR. Participaram deste curso 90 profissionais de 19 municípios, de seis universidades e da SESA. Os gastos cobertos pela SESA foram de aproximadamente R\$ 40.000,00.

## 7.8 SAÚDE DO TRABALHADOR

O projeto Saúde do Trabalhador enfoca a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, através da capacitação da rede SUS para ações preventivas e de assistência, implantação e ampliação do diagnóstico situacional, organização do Sistema de Referência e implantação da Metodologia do Evento Sentinela.

Nesse aspecto, foram realizados seminários e oficinas, que envolveram 250 técnicos das vigilâncias sanitária e epidemiológica de 90 municípios e Regionais de Saúde Metropolitana de Curitiba, Paranaguá, União da Vitória, Londrina e Pato Branco. A partir de julho de 1997, o Sistema Informatizado para Acidentes de Trabalho (Siscat) passou a receber as Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT) de todo o Estado, possibilitando a ampliação do diagnóstico situacional.

Em relação à organização do Sistema de Referência, completou-se 80% do quadro mínimo do Cemast de Curitiba e iniciou-se o processo de implantação do Cemast de Pato Branco.

## 7.9 SISTEMA INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA AO TRAUMA EM EMERGÊNCIA (SIATE)

As chamadas causas externas, em que estão incluídos os acidentes de trânsito, as violências, as quedas, os acidentes domiciliares e de trabalho, constituem hoje a principal causa de morte na população de 5 a 49 anos nos centros urbanos de médio e grande porte do País. No Paraná, os acidentes de trânsito são responsáveis por 43,6% dos óbitos por causas externas, seguidos dos homicídios com 19,7%. Uma proporção ainda maior de pessoas são feridas em acidentes de trânsito, diminuindo ou perdendo a sua capacidade produtiva.

Uma das estratégias de enfrentamento desses problemas vem sendo o Siate. O projeto contempla quatro fases com implantação de serviços em cidades-pólo do Paraná.

- Fase 1 (iniciou em 1996) – implantação em São José dos Pinhais, Londrina e Foz do Iguaçu.
- Fase 2 – implantação em Ponta Grossa e Maringá.
- Fase 3 (em 1997) – implantação em Cascavel e Guarapuava.

Os investimentos neste ano ficaram assim distribuídos:

MUNICÍPIO	TIPO DE INVESTIMENTO	VALOR (R\$)
Ponta Grossa	Aquisição e entrega de materiais permanentes e de consumo	61 951,98
Maringá	Aquisição e entrega de materiais permanentes e de consumo	61 951,98
Cascavel	Aquisição e entrega de materiais permanentes e de consumo	31 797,28
Guarapuava	Aquisição e entrega de materiais permanentes e de consumo	25 724,88
TOTAL		181 426,12

NOTA: As ambulâncias não constam no quadro por terem sido adquiridas pela Secretaria de Segurança Pública. Foram entregues mais ambulâncias e material médico para Londrina (1), Foz do Iguaçu (1), São José dos Pinhais (1) e Curitiba (3), no valor total de R\$ 417.722,00.

## 7.10 ACREDITAÇÃO DOS HOSPITAIS NO PARANÁ

O objetivo desta estratégia é instituir e promover um processo contínuo de busca de qualidade da assistência à saúde nos hospitais, mobilizando os hospitais para auto-avaliação periódica e aprimoramento de parcerias, elaboração de projeto e treinamento. No ano de 1997, passou-se à implantação do Instituto Paranaense de Acreditação em Serviços de Saúde.

## 7.11 CENTRAL DE LEITOS E CONSULTAS

A manutenção das 11 Centrais de Consultas e 13 de Leitos foi viabilizada pela SESA em 1997, com investimentos na ordem de R\$ 465.500,00/mês. Este projeto foi instalado no Estado a partir de 1995, visando organizar a oferta e utilização desses serviços para a população.

## 7.12 CENTRAL DE TRANSPLANTES

A instalação da primeira Central Estadual de Transplantes no Estado ocorreu em Curitiba no ano de 1995, tendo como finalidade a captação e distribuição de órgãos para transplantes no Estado. No ano de 1997, foi instalado na Universidade Estadual de Maringá o Banco de Doadores Voluntários de Medula Óssea, com o apoio Técnico-financeiro da SESA, que cedeu equipamentos no valor de R\$ 127.317,00.

## 7.13 CÓDIGO DE SAÚDE

Após a elaboração da versão preliminar do Anteprojeto de Lei do Novo Código de Saúde do Paraná e a discussão na SESA, elaborou-se a sua versão final, que foi enviada à Casa Civil para aprovação na forma de lei. Encontra-se em andamento a elaboração do Regulamento do Código.

## 7.14 CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE

Os Consórcios Intermunicipais de Saúde são hoje uma realidade em vários estados brasileiros. Formados através de um acordo entre os municípios de uma mesma região (com objetivos definidos entre eles), sua institucionalização se dá através de aprovação nas respectivas câmaras municipais e devido registro em Cartório de Títulos e Documentos. É, portanto,

do ponto de vista jurídico legal, uma entidade privada sem fins lucrativos (uma associação de municípios). É sustentada por fontes diversas de recursos, tais como: prestação de serviços ao SUS e contribuição (normalmente *per capita*) dos municípios e recursos humanos, financeiros e materiais por parte do Estado. Os consórcios gerenciam um Centro Regional de Saúde (antes administrado pelo Estado), que serve como referência para consultas e exames especializados aos municípios de uma determinada região.

Hoje, eles abrangem 269 municípios com cerca de 4.400 mil pessoas atendidas e estão localizados em 14 Regionais de Saúde, tendo o centro de referência localizado na sede da Regional, e duas em microrregiões. Dos Consórcios Regionais, doze tem convênio assinado com a SESA/Isep (Instituto de Saúde do Estado do Paraná).

## 7.15 FARMÁCIA BÁSICA PARANAENSE

Com a definição da Política Estadual de Medicamentos implantada em fevereiro de 1995, pôde-se definir o elenco da Farmácia Básica Paranaense – cota de 40 medicamentos básicos de largo uso ambulatorial modulada quantitativamente, para atender às necessidades de uma população de 3 mil habitantes/trimestre. A primeira remessa ocorreu em março de 1995. Dessa data até setembro de 1997, foram realizadas dez remessas, indicando a continuidade do programa.

O que foi realizado até o momento com o programa Farmácia Básica, já o constitui no mais amplo programa de distribuição de medicamentos da história de nosso Estado, atendendo a 100% dos municípios paranaenses de acordo com as cotas pré-estabelecidas.

No ano de 1997, foram feitas 3 remessas de 1.303 cotas para os 399 municípios do Estado, com um investimento de R\$ 8.915.000,00.

## 7.16 FARMÁCIA ESPECIAL

A necessidade de disponibilizar aos pacientes usuários do SUS o acesso a medicamentos especiais, normalmente de custo elevado e de difícil aquisição por, muitas vezes, não estarem disponíveis no País, levou a SESA a propor este projeto, iniciado em 1995.

De janeiro a agosto de 1997, foram atendidos 3.976 pacientes cadastrados, com 21 tipos de medicamentos, envolvendo uma aplicação de R\$ 6.425.429,47.

## 7.17 HEMORREDE PÚBLICA

Constitui-se em projeto estratégico da SESA dotar o Sistema Estadual de Saúde de uma infra-estrutura técnico-específica e operacional na área de sangue e hemoderivados, visando responder eficiente e eficazmente às crescentes solicitações do setor, assegurando de forma descentralizada a assistência hemoterápica e hematológica a toda a população do Estado. Dentre os projetos apresentados do Ministério da Saúde, foi aprovada a ampliação das unidades de Guarapuava e Campo Mourão no Reforço à Reorganização do SUS - Reforsus, no valor de R\$ 940.120,00.

O Estado licitou os projetos arquitetônicos para construção do Hemocentro de Cascavel e do Hemonúcleo de Apucarana, bem como a reforma e ampliação da Unidade de Coleta e Transfusão de Paranaguá, no valor total de R\$ 62.246,01.

Deu-se início à reforma das Unidades de Coleta e Transfusão de Cianorte e de Apucarana, com investimentos de R\$ 105.47,84.

## 7.18 PARANÁ URBANO NO ÂMBITO DA SAÚDE

Das metas previstas para o Paraná Urbano no âmbito da saúde, deu-se início ao processo licitatório de aquisição de veículos para a Vigilância Sanitária e de caminhões para a distribuição de medicamentos.

## 7.19 PRODUÇÃO E PESQUISA DE IMUNOBIOLOGICOS E INSUMOS

O Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos (CPPI), órgão vinculado ao Isep/SESA, tem como principal finalidade planejar, coordenar e executar a pesquisa e produção de imunobiológicos (antígenos, soros, anti-soros e insumos), de acordo com as necessidades epidemiológicas da população do Estado. A Política Estadual de Saúde tem como um dos seus projetos estratégicos a garantia de acesso a imunobiológicos de qualidade para todos os usuários dos serviços de saúde. O CPPI tem papel fundamental na concretização deste projeto.

O CPPI está desenvolvendo pesquisas para a produção de antígenos (para micoses profundas) e de soros liofilizados, destacando-se ainda a ampliação da produção do antígeno de Montenegro para fornecimento ao Ministério da Saúde, colocando o CPPI como produtor nacional de referência, e a produção e o fornecimento de venenos-padrão de animais peçonhentos para o Ministério da Saúde.

Os investimentos realizados em pesquisa e produção foram de R\$ 128.768,00.

## 7.20 REDE DE HOSPITAIS COMUNITÁRIOS

O projeto da Rede de Hospitais Comunitários do Paraná consiste em cooperação administrativa, técnica e financeira (em espécie ou em recursos de outra natureza) dos hospitais entre si e com o Estado.

Ao Estado interessa, em termos gerais, manter os serviços existentes e ampliá-los quando epidemiologicamente necessários, fomentando um processo de qualidade crescente na assistência à população. A SESA vem, desde maio de 1996, distribuindo aos 198 hospitais da "rede", sediados em 174 municípios, cotas quadrimestrais. Até setembro de 1997, atingiram-se cinco remessas de materiais de consumo. Os investimentos com o projeto, de janeiro a setembro de 1997, totalizaram aproximadamente R\$ 1.080.124,00.

## 7.21 REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE – OBRAS E CONVÊNIOS

No ano de 1997, foram concluídas 19 obras na área de saúde, financiadas com recursos públicos, totalizando 7.882 m<sup>2</sup>, em um investimento de R\$ 2.316.362,50 e estão em andamento 13 obras, num total de 11.164 m<sup>2</sup> e R\$ 1.930.029,10 investido.

## 7.22 REFORÇO À REORGANIZAÇÃO DO SUS - REFORSUS

O Reforsus, projeto financiado pelo Ministério da Saúde, busca reorganizar a capacidade operacional e gerencial do SUS mediante a recuperação física e tecnológica da rede existente e o desenvolvimento institucional do setor da saúde.

No Estado do Paraná, já foram aprovadas 56 propostas de Readequação Física e Tecnológica da Rede Assistencial (referente a Hospitais e Unidades de Saúde Mistas).

Dessas propostas, 18 já assinaram contrato e estão preparando os processos licitatórios para obras e equipamentos (16 municípios atendidos envolvendo um investimento total de R\$ 2.695.317,92).

Também foram aprovados o projeto do Pólo de Capacitação, Formação e Educação para ampliação da capacidade e melhoria da qualidade dos laboratórios de saúde pública e o projeto de Equipamentos do Laboratório Central do Estado, no valor de R\$ 657.766,00.



O Ministério da Saúde aprovou a proposta para a Rede de Informação em Saúde do Paraná, como Projeto Piloto no valor de R\$ 1.000.000,00, além dos projetos da Hemorrede Pública, já citados.

### 7.23 SAÚDE MENTAL

Este projeto visa à reorganização das unidades próprias do Isep (Hospital Colônia Adalto Botelho e Centro Psiquiátrico Metropolitano e Ambulatório de Saúde Mental dos Centros Regionais) e à sensibilização dos 399 municípios dos Estado para a reorganização da saúde mental nas unidades básicas e especializadas.

### 7.24 SISTEMA DE INFORMAÇÃO E SAÚDE

Este projeto faz parte de uma das diretrizes de governo para a área de saúde, que é a Informação e Comunicação, e visa manter o Sistema organizado, ágil e atualizado, especialmente na área de epidemiologia, que fornece a base para as tomadas de decisão. Os resultados foram sentidos ao se encerrar, no 1º semestre de 1997, o processamento de dados sobre morbidade, mortalidade e nascidos vivos de 1996, reduzindo-se significativamente o tempo dessa operação, que antes era de dois a três anos.

## 8 PARANÁ + SEGURANÇA

Em 1997, foi dada continuidade ao fortalecimento das atividades de policiamento com a reequipamentação continuada das Polícias Civil e Militar e a melhoria das suas instalações físicas.

### 8.1 POLÍCIA CIVIL

Foram concluídas, em 1997, 30 obras/reformas (1.110 m<sup>2</sup>) em delegacias de polícia, com investimentos de R\$ 628.291,00. Em andamento, encontram-se mais 45 construções/reformas (4.699 m<sup>2</sup>) com investimentos de R\$ 2.402.216,00. No ano, foram locados 43 veículos. Foram ainda realizadas a criação da Delegacia do Aeroporto Internacional de São José dos Pinhais; criação do projeto Registro Paranaense de Armas (Repar), dos Grupos de Diligências Especiais (GDEs) nas subdivisões policiais do interior, do Grupo Especial de Repressão a Assaltos a Bancos (Gerab), do 13º Distrito Policial da Capital, da Delegacia da Mulher de Apucarana, da Delegacia da Mulher de Pato Branco, do 4º e 5º Distrito Policial de Foz do Iguaçu, do 1º e 2º Distrito Policial de Guarapuava e da Delegacia Policial de Pontal do Paraná; e a implantação do novo Sistema de Identificação Civil.

As metas realizadas são manutenção de 812 unidades policiais, instauração de 23.942 inquéritos policiais e 3.429 cumprimentos de mandados de prisão.

### 8.2 POLÍCIA MILITAR

Foram concluídas quatro obras (916 m<sup>2</sup>) em quartéis com investimentos de R\$ 481.422,00. Em andamento, encontram-se mais nove obras (1.641 m<sup>2</sup>) com investimentos de R\$ 968.347,00. Os projetos implantados estão relacionados a seguir.

#### 8.2.1 Patrulha Ambiental - Fase I

Aplicação em policiamento ostensivo florestal, dotando os postos florestais de quatro novas viaturas 4x4, aumentando a mobilidade, com investimentos de R\$ 188.788,00.



### **8.2.2 Policiamento em Locais de Risco - Fase I**

Aplicação de policiamento com 40 novas viaturas especiais 4x4, em locais de grande concentração de delinquentes, com investimentos de R\$ 1.631.600,00.

### **8.2.3 Expansão do Siate - Fase I**

Ampliação do Siate, com aquisição de 14 novas ambulâncias, distribuídas para Maringá, Ponta Grossa e Guarapuava, com investimentos de R\$ 887.716,00.

### **8.2.4 Paraná Novos Caminhos com Mais Segurança nas Escolas - Fase I**

Incremento à Patrulha Escolar com 25 novas viaturas e 50 equipamentos de comunicações VHF, com investimentos de R\$ 513.760,00.

### **8.2.5 Patrulha Metropolitana - Fase I**

Aplicação em policiamento extensivo em área metropolitana com investimentos de R\$ 1.048.940,00 em veículos, equipamentos de comunicações e armamentos.

### **8.2.6 Patrulha Rural - Fase III**

Aplicação em policiamento rural, principalmente nas áreas de fronteira, e combate ao roubo e furto de implementos agrícolas, com aquisição de 14 viaturas com rádios, com investimentos de R\$ 660.758,00.

### **8.2.7 Sinal Verde Para a Vida - Fase I**

Aplicação em policiamento de trânsito com investimentos de R\$ 9.071.737,00 nas aquisições de 333 viaturas, 32 motos e diversos equipamentos.

## **8.3 DETRAN**

No período, foram concluídas 56 obras (3.354 m<sup>2</sup>) com investimentos de R\$ 2.038.073,00. Encontram-se, em andamento, outras 31 obras (2.380 m<sup>2</sup>) com investimentos de R\$ 1.491.548,00. Os principais projetos/programas em desenvolvimento pelo Detran estão relacionados a seguir.

### **8.3.1 Informatização de Postos de Trânsito**

Iniciada a implantação de projeto que visa prover de estrutura tecnológica os 217 postos de trânsito e conveniados, possibilitando a preparação dos processos de registro de veículos.

### **8.3.2 Informatização Total das 74 Ciretrans**

Projeto que visa prover de estrutura administrativa as 74 Ciretrans, interligando-as à sede central do Detran, o que possibilita a emissão de documentos descentralizados. O Sistema de Registro de Veículos já foi implantado nas 74 Ciretrans e o Sistema de Habilitação de Condutores já foi implantado em 32.

### **8.3.3 Circulação e Sinalização Viária Urbana**

Foram concluídos 32 projetos de Circulação Viária Urbana nos municípios, 2 estão em andamento, 14 em análise e 4 aguardando resposta das prefeituras.

### **8.3.4 Construção de Circunscrições Regionais de Trânsito**

Projetos concluídos nos municípios de Cidade Gaúcha, Irati, Palmas e Porecatu e em implantação nos municípios de Terra Boa, União da Vitória e Guarapuava.

### **8.3.5 Outras Ações**

Em 1997, foram licenciados 1.300 mil veículos com remessa postal da documentação; realizada a habilitação de cerca de 400 mil condutores; capacitados 400 instrutores de auto-escolas; integrados 50 despachantes ao Detran via sistemas informatizados; elaborado projeto para a terceirização de um sistema telefônico de atendimento ao usuário (Central de Informações - Disque Detran); executado 1 projeto de instalação de posto de auto-atendimento e 5 outros estão em andamento; adquiridas 4 viaturas para prestar atendimento aos usuários (Detran Móvel); e executado leilão de veículos apreendidos e não retirados no pátio da 1ª Ciretran. Encontram-se, em elaboração, projeto para a terceirização de exames médicos e

psicológicos; em processo final, avaliação técnica da licitação para a Vistoria Eletrônica Veicular nos 399 municípios; em andamento, os projetos para a construção de postos de trânsito em Quedas do Iguaçu, Chopinzinho, Realeza e Terra Boa; em elaboração, projeto para instalação do Sistema Geral de Controle de Multas vinculado ao Sistema Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores); e, em andamento, projetos de instalação de postos de atendimento nas Ruas da Cidadania Boa Vista e Santa Felicidade. Também foi implantado, em Londrina, projeto piloto para monitorar e implementar novas técnicas de monitoração e segurança de trânsito nos municípios.

## **CAPÍTULO IV**

### **PROJETOS E AÇÕES NA ÁREA DA GESTÃO PÚBLICA**

## 1 PARANÁ FISCAL

A arrecadação total do exercício de 1997 deverá atingir R\$ 4.310 milhões, com o ICMS como principal componente da receita (participação de R\$ 2.150 milhões ou 50% do valor arrecadado). Em 1996, a arrecadação total atingiu R\$ 3.932,6 milhões, havendo, portanto, neste exercício, o incremento de 10%.

Vale aqui registrar-se que foi concedida, por meio da Lei nº 11.800 de 10 de julho de 1997, de iniciativa da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), anistia de multas e juros do ICMS para débitos lançados até aquela data, com prazo de parcelamento em até 100 meses.

O sucesso dessa audaciosa medida se traduz pelo expressivo resultado alcançado na recuperação de créditos tributários de ICMS no montante de R\$ 485.376.232,12, dos quais R\$ 14.461.536,56 pagos à vista, num total de 11.381 contribuintes que compareceram para regularizar suas situações. Idêntica medida, através da Lei nº 11.801 de 10 de abril de 1997 concernente ao IPVA, resultou na regularização de 4.205 veículos, cujos proprietários parcelaram seus débitos no valor total de R\$ 1.648.409,43.

A título de serviço da dívida pública, serão pagos, até o final do exercício de 1997, R\$ 204,4 milhões, dos quais R\$ 122 milhões de dívida pública interna e R\$ 82,4 milhões da dívida externa. O pagamento do serviço da dívida pública deverá representar 4,7% do total arrecadado e 9,5% do ICMS e coloca o Paraná em situação de absoluta adimplência contratual, como de regra. Em 31 de outubro, o saldo devedor da dívida pública da Administração Direta estava em R\$ 2.099,9 milhões, sendo R\$ 1.534,0 milhões da dívida interna e R\$ 565,9 milhões da externa. A previsão para os ingressos totais de operações de crédito no ano é de R\$ 180,9 milhões, inferior, portanto, ao despendido com o serviço da dívida, em R\$ 23,5 milhões.

Evidencia-se aqui uma extraordinária redução do déficit apresentado por essas operações em relação ao exercício de 1996, quando se alcançou a elevada cifra de R\$ 222,6 milhões (operações de crédito de R\$ 136,6 milhões, para o serviço da dívida de R\$ 359,2 milhões).

Na área de processamento de dados, foi dado prosseguimento à extensão do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (Siaf), implementando o sistema nas universidades estaduais de Londrina,

Ponta Grossa e Maringá. Dentro do plano de atualização tecnológica, iniciou-se o processo de implantação de redes locais nas universidades de Maringá e Cascavel.

Na manutenção do sistema Siaf, foram investidos R\$ 673,8 mil no Instituto Agrônomo do Paraná, na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e nas universidades e faculdades, localizadas no interior do Estado.

Em relação à despesa com pessoal, a folha de pagamento está em torno de 80,3% em relação a receita corrente líquida, sendo que o Paraná é um dos poucos estados brasileiros que conseguiu no exercício honrar os compromissos com a folha de pessoal (inclusive o 13º salário), com pagamentos em dia, e ainda realizar investimentos para a execução dos programas de governo.

O Governo do Estado, no seu esforço de modernização da economia estadual, preponderantemente na agricultura e na agroindústria, tem se valido, na ausência de outro instrumento adequado de fomento, do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) - o qual vem desempenhando papel importante na atração de novos investimentos para o Estado -, com o objetivo de aumentar a sua arrecadação tributária e a geração de novos empregos (visando ao bem-estar da sua população), visto que realizou, no ano em curso, dispêndios na ordem de R\$ 336 milhões, destinados às empresas já instaladas e em fase de instalação no território paranaense. Desse montante, R\$ 290 milhões foram direcionados a investimentos, sendo R\$ 212 milhões em financiamentos e R\$ 78 milhões em participação acionária, e os R\$ 46 milhões restantes ao pagamento de subsídios ao Programa Panela Cheia, assunção de dívida do Tesouro para com o Banestado (em decorrência da liquidação do Badep) e outros fins.

Os desembolsos mencionados tiveram as seguintes fontes: *royalties* e compensação financeira (R\$ 145 milhões), venda de ações da Copel em seu poder (R\$ 79 milhões), Tesouro Estadual (R\$ 74 milhões) e outras receitas (R\$ 38 milhões).

Cabe assinalar que o saldo das participações societárias do FDE em empresas privadas e estatais atingiu, ao final do exercício, o montante de R\$ 228 milhões, desde a sua criação.

Ao iniciar 1997, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais possuía 3.310 processos pendentes de julgamento. No decorrer desse ano, ingressaram 3.617, perfazendo um total de 6.927 processos a serem julgados. Ao encerrar o período, o estoque inicial foi reduzido para 1.300, tendo sido julgados 4.753 processos fiscais; outros 874 foram baixados sem julgamento devido ao pagamento/parcelamento com os benefícios da Lei nº 11.800 de 1997, que anistiou multas e juros.

Merece também registro que esse Conselho julgou 2.634 processos em 1994, 2.697 em 1995, 3.838 em 1996, alcançando 4.753 no corrente exercício, incremento esse decorrente das alterações institucionais promovidas nesse órgão em 1996, através da Lei Complementar nº 78/96.

Na área de fiscalização, tributação e arrecadação de tributos, foram emitidos, até setembro, 36.566 Processos de Autuação Fiscal (PAFs), com o montante dessas autuações alcançando aproximadamente R\$ 450 milhões.

Deve-se destacar também a implantação do Regime de Microempresas Simples/PR através do Decreto nº 2.953 de 13 de março de 1997. A implantação do novo regime foi norteada pela *Simplificação* de todos os procedimentos a serem cumpridos pelos pequenos e médios contribuintes. A filosofia do Simples/PR é aumentar o número de contribuintes pagantes através da diminuição da carga tributária individual e da redução das obrigações acessórias, buscando retirar da informalidade todos aqueles que não podiam arcar com o imposto normalmente cobrado e sua burocracia.

No que se refere à Paraná Investimentos S.A., a mesma realizou, em 1997, uma emissão de debêntures, dividida em duas séries, cujos vencimentos finais ocorrerão em agosto e setembro de 1998, respectivamente. Tal emissão foi subscrita exclusivamente pela BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), sendo garantida por ações ordinárias da Copel detidas pela Sociedade, as quais se destinam ao resgate das referidas debêntures e estão sujeitas à correção, desde a data de emissão até o seu vencimento, pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros de 8% ao ano, pagos anualmente. Com a mencionada emissão de debêntures e o recebimento de dividendos, a empresa obteve, em 11 de abril de 1997, recursos líquidos no montante de R\$ 103,4 milhões, repassados integralmente ao Tesouro.

O Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (Badep) teve decretada sua liquidação extrajudicial em 5 de fevereiro de 1991, a qual foi convalidada em liquidação ordinária em 8 de agosto de 1994, perdurando o mesmo regime até o presente momento. Com o advento da liquidação, o Banco deixou de exercer as atividades para as quais foi criado, passando a desenvolver, a partir de então, um trabalho voltado à realização de seus ativos, com vistas à satisfação dos credores.

No Banco do Estado do Paraná S.A., os depósitos totais registraram, em outubro de 1997, a cifra de R\$ 4.318 milhões, representando crescimento real de 15,3% no exercício, fato este que reitera a confiança dos seus clientes e poupadores.



## 1.1 AUMENTO DA RECEITA DO ESTADO

No ano de 1997, foram desenvolvidos vários projetos visando ao aumento de arrecadação, à redução dos índices de sonegação fiscal, a melhorias nas condições de trabalho dos funcionários e ao aprimoramento dos serviços à disposição dos usuários.

Graças à intensificação das ações fiscais junto aos contribuintes e ao combate à sonegação, foram recolhidos ao erário, em 1997, aproximadamente R\$ 40 milhões.

Em maio de 1997, foi implantada em todo o Estado a Guia de Recolhimento do Estado do Paraná (GR-PR), que substituiu seis modelos de guias de recolhimento.

O primeiro passo para a modernização da arrecadação do ICMS foi a implantação, em todo o Estado, da GIA-ICMS em disquete a partir do mês de agosto de 1997. A expectativa é que até o final de 1997 cerca de 33 mil contribuintes – 40% das GIAs apresentadas – estejam utilizando o programa da GIA em disquete, possibilitando sua obrigatoriedade a partir de março de 1998.

### 1.1.1 Projeto Cobrar Bem - IPVA/ICMS

Foram recuperados IPVAs em atraso (exercícios de 1992 a 1996), no valor de R\$ 18,3 milhões, regularizados créditos tributários de ICMS na ordem de R\$ 77,8 milhões e concedidos parcelamentos no valor restante de R\$ 53,9 milhões.

### 1.1.2 Anistia do ICMS/IPVA

A Lei nº 11.800 de 10 de julho de 1997 possibilitou o pagamento em até 100 parcelas dos créditos tributários de ICMS devidos à Receita Estadual, com anistia de multas e juros. Concluído o prazo, foram regularizados créditos tributários da ordem de R\$ 495,5 milhões, sendo recolhido à vista R\$14,4 milhões.

A Lei nº 11.801 de 10 de julho de 1997 possibilitou o pagamento em até 12 parcelas do IPVA dos exercícios de 1992 a 1996, com anistia de multas e juros. Concluído o prazo, foram regularizados créditos tributários da ordem de R\$ 1,6 milhão.

## 1.1.3 Outras Atividades

Faz parte das atividades da SEFA: a emissão mensal do boletim de previsão e análise do ICMS; a análise mensal do desempenho da arrecadação; a elaboração de estudos de desempenho de setores específicos e de cenários para a economia paranaense, para efeito de previsão de ICMS; a análise das divergências entre as estatísticas de comércio exterior da Secex e Coordenação da Receita do Estado (CRE), para efeito de projeto de fiscalização; o estudo do perfil dos financiamentos do programa Paraná Mais Empregos; a avaliação do impacto do Simples na arrecadação; o acompanhamento, previsão e conferência mensal dos repasses da União, por conta do ressarcimento aos Estados, ante as perdas decorrentes da Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir para o ICMS); a participação em todas as etapas relativas à renegociação do ressarcimento das perdas da Lei Kandir, que resultou em um repasse adicional ao Tesouro do Estado, em outubro de 1997, de R\$ 50 milhões, sendo R\$ 25 milhões sem exigência de restituição e R\$ 25 milhões restituíveis a partir de março de 1998; a emissão das Estatísticas Econômico-Fiscais com informações relativas ao período 1990-96; conforme atribuição usual, procedidas avaliações e estimativas de impacto financeiro decorrentes de reivindicações de contribuintes na área de ICMS; Área de Assuntos Municipais - Índice de Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS; as publicações dos índices em 1997 a vigor em 1998; a publicação do índice provisório para 1998, em 30 de junho de 1997, Resolução SEFA nº 207/97 D.O.E nº 5.034; a publicação do índice definitivo para 1998, em 29 de agosto de 1997, Decreto nº 3.500, D.O.E nº 5.078.

Em 1997, foram apropriadas 166.006 Declarações Fisco-Contábeis (DFCs), 3,2% a mais do que em 1996, (DFCs ano base 1996). O índice de omissos foi da ordem de 19,1% sobre os contribuintes inscritos. As DFCs em disquetes somaram 89.764 estabelecimentos ou 54% do total.

Em cumprimento à Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990, e orientação do Tribunal de Contas do Estado, foram publicadas no Diário Oficial as decisões dos recursos.

A instalação em 1º de janeiro de 1997 de 28 novos municípios, nos termos do Acórdão nº 20.358 e da Resolução nº 314 de 26 de fevereiro de 1996 do Tribunal Regional Eleitoral, implicou no cálculo dos índices para estes municípios, com a redivisão da cota-parte do ICMS de 25% entre 399 municípios que compõem o território do Estado do Paraná.

O valor adicionado total do Estado (atividades no campo de abrangência do ICMS: primário, indústria, comércio, transportes,



telecomunicações) representou em valores correntes R\$ 28.545.198.905,00, nos quais os produtos primários participam com 17%, a indústria (inclusive energia elétrica) com 49,3% e o comércio, transportes e telecomunicações com 32,9%. O resíduo de 0,8% corresponde a recursos e valor adicionado de autos de infração.

A variação do valor adicionado total foi de 17,6% e a setorial foi de 27,2% para o setor primário, 18,1% para indústria e 11% para comércio e serviços. Esses valores são indicativos do dinamismo da economia e de cada setor.

A Lei Kandir trouxe profundas alterações no ICMS, desonerando exportações de produtos primários e semi-elaborados, bem como, permitindo a apropriação integral do crédito do imposto nos bens de ativo permanente e de uso e consumo próprio, tendo como consequência perda na arrecadação do ICMS do Estado e, por conseguinte, no repasse aos municípios. Tais perdas passaram a ser ressarcidas através de compensação, o chamado seguro-receita.

Para tanto, a Coordenação da Receita do Estado (CRE) oficiou a Secretaria de Tesouro Nacional a respeito dos respectivos coeficientes de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS.

Pela Coordenação de Orçamento e Programação (COP), foram desenvolvidas as seguintes atividades (consideradas principais):

- a) emissão dos Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD) de todos os órgãos e unidades da administração pública estadual, com as definições de centralizações e de recursos a programar, dando início à execução orçamentária de 1997;
- b) desenvolvimento de estudos para aprimoramento das Rubricas Orçamentárias da Despesa para os exercícios de 1997 e 1998;
- c) elaboração do Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1998, definindo as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;
- d) elaboração de controles sobre os percentuais de autorização para alterações orçamentárias fornecidos ao Executivo pela Lei Orçamentária e Leis Complementares;
- e) elaboração de controles orçamentários sobre os gastos com pessoal e encargos sociais, custeados com recursos do Tesouro do Estado;

- f) elaboração de quadros de acompanhamento dos gastos dos outros Poderes com relação ao percentual da receita líquida, definido por Lei;
- g) elaboração de acompanhamentos orçamentários e financeiros dos gastos com recursos de fontes vinculadas;
- h) elaboração de Relatórios da Execução Física do Orçamento de 1996 para encaminhamento ao Poder Legislativo;
- i) elaboração do Anteprojeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 1998, compreendendo os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta (autarquias, fundações, órgãos de regime especial e fundos) e o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, de acordo com as prioridades do Plano Plurianual e com as Diretrizes para o Orçamento de 1998, aprovadas pela Lei Estadual nº 11.802 de 17 de julho de 1997 - LDO/1998;
- j) elaboração até a data de 10 de novembro de 1997 de 39 mensagens e anteprojetos de lei, 182 decretos, 60 resoluções, 758 portarias, 432 informações, 33 memorandos e 5 pareceres.

## 1.2 SERLOPAR

O Serviço de Loteria do Estado do Paraná (Serlopar), vinculado à SEFA, envolve atribuições relacionadas à exploração dos serviços de loteria e a autorizações para a realização e fiscalização de sorteios e bingos.

No exercício de 1997, houve uma receita de R\$ 2.006.111,00 com a venda de aproximadamente 415.515 bilhetes. Da receita total, R\$ 1.238.649,00 foi para pagamento de prêmios, R\$ 448.928,00 repassados ao Iasp e, finalmente, R\$ 279.141,00 referentes a despesas administrativas do Serlopar, verificando-se um superávit de R\$ 39.393,00.

A modalidade On-Line divide-se em duas: Premiatta e Pimba. Para a Premiatta, está prevista a arrecadação de R\$ 2.865.582,00, destes, R\$ 1.530.208,00 é para pagamento de prêmios e R\$ 494.313,00 para repasse ao Iasp. A modalidade Pimba tem prevista a arrecadação de R\$ 19.160.926,00, da qual está previsto o pagamento de prêmios no valor de R\$ 12.421.840,00 e R\$ 1.532.874,00 para repasse ao Iasp. As despesas administrativas atingiram o montante de R\$ 5.795.403,00, conseqüentemente, o saldo foi de R\$ 251.870,00.

Para a Raspinha não houve movimento durante o exercício e sim despesa administrativa no valor de R\$ 13.870,00. A arrecadação com Bingo

é totalmente repassada ao Iasp, para o qual está previsto um repasse de R\$ 440.538,00, até o final do exercício. O Disq 900, que teve o seu início no mês de setembro de 1997, refere-se ao rateio de 1% sobre o movimento geral e 3% sobre o valor da premiação da referida discagem. A arrecadação prevista é de R\$ 2.288,00 e os repasses ao Iasp deverão dar-se a partir de 1998. Esta receita é controlada e repassada pela Associação Brasileira de Loterias Estaduais.

### 1.3 PARANÁ INVESTIMENTOS S.A.

A Sociedade, autorizada pela Lei Estadual nº 11.428, de 14 de junho de 1996 e constituída em 21 de junho de 1996, tem como atividade preponderante a geração de recursos para o Tesouro do Estado, podendo, para tanto, valer-se de todos os instrumentos disponíveis no mercado financeiro, incluindo a emissão de obrigações lastreadas por títulos ou valores mobiliários utilizados na integralização de seu capital.

Em 1997, a Paraná Investimentos S.A. realizou uma emissão de debêntures, dividida em duas séries, cujos vencimentos finais ocorrerão em agosto e setembro de 1998, respectivamente. Tal emissão foi subscrita exclusivamente pelo BNDESPAR, sendo garantida por ações ordinárias da Copel detidas pela Sociedade, as quais se destinam ao resgate das referidas debêntures e estão sujeitas à correção, desde a data de emissão até o seu vencimento, pela TJLP, acrescida de juros de 8% ao ano, pagos anualmente.

Uma vez verificada a valorização das ações ordinárias da Copel e julgado o momento oportuno, a BNDESPAR, por solicitação da Sociedade, transformará essas debêntures em ações. Sobre a metade das debêntures emitidas, existe condição contratual estabelecendo a transferência do lucro com a venda das ações vinculadas a essas debêntures. Esse lucro será determinado pelo diferencial entre o valor de venda das ações e o valor das debêntures corrigidas pela TJLP + 8% ao ano, ou seja, o detentor final das ações (BNDESPAR), por recebê-las em pagamento às debêntures, as venderá e transferirá o lucro apurado com metade dos lotes à Paraná Investimentos S.A.

Além disso, a critério da empresa, é facultado o resgate da primeira série que representa metade das debêntures emitidas.

Com a mencionada emissão de debêntures, a empresa obteve, em 11 de abril de 1997, recursos líquidos no montante de R\$ 88.096.741,69.

Em decorrência da participação acionária na Copel, a Sociedade auferiu, em 1º de julho de 1997, a importância de R\$ 15.331.310,72, referente aos resultados relativos ao exercício de 1996.

Em síntese, no exercício de 1997, a Sociedade obteve recursos no montante de R\$ 103.428.052,41, dos quais R\$ 103.397.000,00 foram transferidos, por restituição de capital, para o acionista majoritário, o Estado do Paraná, ficando a empresa com um capital social de R\$ 16.178.000,00.

As operações realizadas pela empresa vêm completando os mecanismos necessários para aumentar a capacidade de geração de recursos, através da emissão de debêntures lastreadas por ações que excedem a quantidade necessária à manutenção do controle acionário do Estado na Copel e utilizadas na integralização do capital social da empresa. O Estado do Paraná, por intermédio da Paraná Investimentos S.A., antecipou o ingresso de recursos, sem que tenha alienado, temporariamente, seus ativos, resguardando-se para fazê-lo após a valorização. Assim, a alienação das referidas ações ocorrerá de forma gradual e sem uma forte pressão de venda, o que acarretará na maximização dos resultados das operações com esses títulos.

### 1.4 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

O Badep teve decretada sua liquidação extrajudicial em 5 de fevereiro de 1991, a qual foi convalidada em liquidação ordinária em 8 de agosto de 1994, perdurando o mesmo regime até o presente momento. Com o advento da liquidação, o Banco deixou de exercer as atividades para as quais foi criado, passando a desenvolver, a partir de então, um trabalho voltado à realização de seus ativos, com vistas à satisfação dos credores.

A atividade principal dessa massa liquidanda tem sido o acompanhamento e a cobrança dos haveres decorrentes das operações de crédito celebradas anteriormente à liquidação, conforme posição a seguir:

- a) números de mutuários na data da liquidação extrajudicial (fevereiro de 1991): 1.287;
- b) números de mutuários na convalidação em liquidação ordinária (agosto de 1994): 855;
- c) número atual de mutuários (dezembro de 1997): 504.

Assim, no exercício de 1997, destacam-se os seguintes dados operacionais e financeiros, em montantes aproximados:

- a) operações realizadas de pagamento e/ou reescalonamento de débitos de empresas mutuárias: 35;

- b) valores envolvendo as mencionadas operações: R\$ 22 milhões;
- c) ingresso de recursos provenientes de recebimentos de financiamentos: R\$ 16 milhões;
- d) recursos oriundos de dação e/ou de arrematação de bens de empresas mutuárias: R\$ 8,5 milhões;
- e) estimativa de recursos a receber, da ordem de 43% da Carteira, conforme posição contábil em 31 de dezembro de 1997: R\$ 964,5 milhões;
- f) saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 1997: R\$ 19,9 milhões;
- g) dívida total confessada pelo Banco (posição em 31 de dezembro de 1997): R\$ 393 milhões.

#### 1.5 BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. - BANESTADO

A estabilidade econômica passou a nortear novos rumos às aplicações de recursos, com o direcionamento às áreas produtivas, inclusive através de investimentos externos, beneficiando o desenvolvimento sócio-econômico do País. O Estado do Paraná participa deste processo com vistas ao desenvolvimento e ampliação do seu parque industrial, ao fomento de sua agricultura, ao desenvolvimento do turismo e às atividades diversas na área social. Estes fatores permitem que o Banco do Estado do Paraná S.A. apresente destacado desempenho na economia paranaense, atendendo aos mais diferentes segmentos econômicos, bem como a toda a população, a qual deposita neste Banco sua confiança através de suas poupanças e investimentos.

Os depósitos totais registraram, em outubro de 1997, a cifra de R\$ 4.318 milhões, representando um crescimento real de 15,3% no exercício, fato este que reitera a confiança depositada pelos seus clientes e poupadores.

As operações de crédito alcançaram, no mesmo período, um volume aplicado de R\$ 3.024 milhões, colocando em evidência sua política operacional, a qual estabelece como prioridade o direcionamento de recursos às áreas produtivas.

A Recuperação de Créditos e as Composições de Dívidas possibilitaram de maneira significativa a expansão dos negócios e redução do comprometimento do patrimônio da instituição.

O Patrimônio Líquido do Banestado supera a cifra dos R\$ 400 milhões, sendo um forte agente intermediador de recursos, gerando riquezas e contribuindo para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

A Carteira de Crédito Rural e de Operações Especiais, identificada com o setor primário da economia, destina créditos voltados ao pequeno produtor, tanto através do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar - Pronaf, como de programas desenvolvidos pelo Governo do Estado, destacando-se em 1997 o Programa de Apoio à Pequena Propriedade - Plano de Revitalização do Algodão, sendo que o Banestado atua como agente repassador de recursos e financiador dos demais itens de custeio.

A Carteira de Operações de Fomento apresenta um saldo aplicado de cerca de R\$ 100 milhões, representando 3,4% das operações de crédito do Banco. Essas operações serão objeto de transferência para a Agência de Desenvolvimento do Estado do Paraná, quando de sua operacionalização, uma vez que a autorização legislativa necessária já foi homologada através de Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997.

A Carteira de Câmbio e Operações Internacionais realizou, até 31 de outubro de 1997, o volume operacional de US\$ 317 milhões de compra e venda de moedas estrangeiras, no segmento de dólar flutuante, e mais US\$ 280 milhões em ACC e Interbancário.

As Carteiras de Crédito Comercial e ao Consumidor apresentaram, em 31 de outubro de 1997, um volume de R\$ 1.390 milhões, com crescimento de 20,8% em relação a dezembro de 1996, o que representa o fortalecimento de suas parcerias com o setor produtivo.

A Carteira de Crédito Imobiliário direcionou aproximadamente 71,1% de suas captações de poupança para os financiamentos habitacionais, ocupando o terceiro lugar em financiamentos imobiliários no *ranking* dos Bancos Múltiplos do País, segundo dados do Banco Central do Brasil. Isso demonstra que os recursos de poupança estão realmente sendo direcionados ao objetivo-fim, contribuindo sobremaneira para que a população tenha acesso às linhas de financiamento para a moradia própria.

A controlada Banestado S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários administra os Fundos de Investimentos Banestado, os quais possuem um patrimônio de R\$ 694 milhões, sendo também gestora da dívida mobiliária do Estado do Paraná.

O Banestado, tendo seu foco voltado para o mercado e para o cliente, busca continuamente a inovação e a modernidade no seu atendimento, oferecendo prestação de serviços com qualidade e segurança através de sua rede, a qual está presente na maioria dos municípios paranaenses, com agências, postos de atendimento bancário, supercaixas e salas de auto-atendimento dotados da mais sofisticada tecnologia em automação bancária, produtos e serviços.



Visando continuamente alcançar a excelência na qualidade dos serviços prestados, promoveu no exercício vários treinamentos para o seu corpo funcional e realizou campanhas internas de captação de recursos e programas de redução de custos.

O Banestado desenvolveu e reciclou produtos e serviços, visando dotar sua clientela com opções modernas, seguras e ágeis, atendendo às suas necessidades e acompanhando o mercado em que atua, destacando-se neste exercício, entre outros, a implantação dos seguintes produtos: Homebank Banestado; Central de Atendimento; Cartões de Crédito; Rede Shop; Superplus; Cheque Eletrônico.

## 2 PARANÁ + INFORMAÇÃO

O programa busca sistemas que possibilitem o envolvimento de todos os órgãos governamentais com o objetivo de dar respostas precisas e rápidas à comunidade. Assim, o Estado vem melhorando as condições de administração, a partir do conhecimento de parâmetros e indicadores de desempenho gerencial, custos, dimensionamento de recursos e prazos de execução, acompanhados e detalhados por nível de utilização.

### 2.1 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS ÁREAS DE PESQUISA E INFORMAÇÃO PÚBLICA

O Iparde faz parte do Sistema de Planejamento e Coordenação Geral e tem a função de produzir conhecimento e informações para assessorar, subsidiar e fundamentar os programas do Governo do Estado referentes ao direcionamento e definição de estratégias para o avanço e consolidação da estrutura produtiva, social e ambiental do Paraná.

São as seguintes as principais atividades desenvolvidas em 1997:

- Realização de seminários técnicos com o objetivo de sistematizar os conhecimentos sobre a recente dinâmica sócio-econômica do Estado e de fornecer elementos para a tomada de decisões estratégicas, através de amplos debates com os diversos segmentos da sociedade (Dinâmica Demográfica da Região Sul - anos 70 e 80; Cenário da Economia Paranaense; Reinterpretando o Paraná: uma visão de futuro; Tecnologia e Emprego no Paraná; Paraná: o desafio da redução das desigualdades sociais).
- Elaboração de diagnóstico para a participação institucional na equipe dos consórcios Trevisan Consultores de Empresas Ltda. e Boucinhas & Campos, para habilitação em concorrência junto ao BNDES, do projeto Brasil em Ação.
- Estudos prévios necessários à implantação do Programa Paraná 12 Meses.

- Zoneamento Ecológico-Econômico, Normas e Diretrizes para a APA de Guaraqueçaba (2ª etapa entregue). O convênio com o Ibama faz parte de ações que visam à implantação do Programa Nacional do Meio Ambiente (PMNA), com recursos do empréstimo 3173-BR e 905095 (Brasil/BIRD/KfW); entregue ao Ibama em outubro de 1997.
- Mapa de Uso do Solo do Estado do Paraná (em elaboração).
- Projeções de população dos municípios do Paraná, com extensão do horizonte até 2010 ou 2015 e estimativa da população mensal da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) para a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED);
- Edição de livro sobre a Dinâmica Demográfica Recente da Região Sul, por demanda do Nesur/Unicamp.
- Dinâmica Demográfica da Região – projeto de âmbito nacional para avaliar as tendências da urbanização, evolução da rede urbana e concentração da população em cidades de diferentes tamanhos na Região Sul.
- Estudos urbanos – acompanhamento de legislações sobre questões urbanas e regionais.
- Habitat – coordenação da secretaria executiva do Fórum Habitat Paraná. Sistematização dos debates sobre o Plano Diretor de Curitiba: uma abordagem metropolitana (Câmara de Vereadores de Curitiba).
- Mapa da Pobreza – preparação do material para publicação do Mapa da Pobreza do Paraná, pela SECR.
- Treinamento de técnicos e agentes para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.
- Regionalização da Pobreza – trabalho realizado em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), com pesquisa e matrizes apresentando a situação existente e a regionalização proposta. Preparação da base cartográfica atual do Estado (1997) em Arcview e estudo de distâncias entre municípios criados após 1995 e os seus municípios-pólos.

- Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – pesquisa com periodicidade mensal, coletando informações junto a (em média) 2.600 domicílios na RMC. Informações divulgadas mensalmente, através do Boletim Informativo/PED.
- Apresentação do trabalho Precarização e Desemprego: a nova face do mercado de trabalho urbano, no XXII Congresso Sul-Americano de Sociologia.
- Participação no Conselho Municipal de Emprego, junto à Prefeitura Municipal de Curitiba e Ippuc. Coordenação da mesa sobre Tecnologia e Emprego, no III Seminário Internacional de Administração de Pesquisa e Desenvolvimento.
- Programa de Geração de Emprego e de Renda - Proger – participação em Seminários de Objetivação para estabelecer os parâmetros básicos para o Sistema de Avaliação do Proger (SERT, Emater, Banco do Brasil, IES). Documento Análise do Questionário Padrão do Proger, para avaliação do Proger pela SERT.
- Comportamento Reprodutivo dos Servidores da Administração Direta do Estado do Paraná: perfil do comportamento reprodutivo neste segmento da sociedade.
- Programa de Integração à Infância e Adolescência do Paraná – também junto à SECR, com a formulação de pesquisa de campo, questionário e treinamento de equipe.
- Projeto de Avaliação Sócio-Econômica e Regional da Previdência Social Rural - Fase II - Região Sul – elaboração do Termo de Referência: Mapa da Região Sul, Regionalização e Processo Amostral.
- Boletim de Análise Conjuntural – publicação bimestral (seis exemplares) e com Notas Técnicas sobre a conjuntura da economia brasileira e paranaense.
- Comércio Exterior do Paraná – elaboração de publicação em conjunto com a SEPL, Secretaria Municipal da Indústria e Comércio e Turismo (SICT) e Cexpar.



- Produto Interno Bruto do Paraná – levantamento de dados dos setores de atividades econômicas. Discussões e metodologia do PIB do Paraná, digitação e organização de arquivos de dados.
- Indicadores Analíticos – continuidade ao Sistema de Informações Municipais com a organização de informações.
- Base Pública de Dados (Bpub) – foi atualizada, com grande esforço, já apresentando sensível melhora. Atualmente, está se procedendo a uma reengenharia da Bpub, visando torná-la mais segura e confiável. Também estão sendo preparados novos Cadernos Municipais, pretendendo-se disponibilizá-los via Internet. Estes Cadernos também serão disponibilizados via *link*, pela *home page* da Paracidade. Estudam-se, também, novas formas de acesso a consultas pelos usuários, com a utilização de um novo sistema (IES) em ambiente Windows.
- Projeto Custo de Vida – ano dedicado a teste e aperfeiçoamento da metodologia para produção do índice quadrissemanal, com acompanhamento da conjuntura econômica.
- Convênio para Transferência de Metodologia Iparde/Condepe – da Pesquisa de Preços, com o Instituto de Planejamento de Pernambuco.
- Balanço e Perspectiva da Descentralização: o caso do Paraná – análise dos setores de educação, saúde, assistência social, saneamento e habitação. Atendimento de pedidos de ratificação e retificação para compor a versão final em editoração no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), conforme proposta daquele órgão ao Iparde; financiado com recursos do PMSS/Ipea/Bird.
- Privatização e desestatização – elaboração de *paper* sobre a política estadual de privatização e desestatização dos setores de infra-estrutura (transporte, saneamento, energia e telecomunicações). Reelaboração do texto para publicação em livro pela Fundap.

- Agenda 21 – participação nas discussões e elaboração de programa de capacitação de técnicos e agentes municipais. Sistematização do levantamento de fontes de financiamento para municípios.
- Rede Nacional de Capacitação em Desenho e Gestão de Programas Sociais (em cooperação com a Casa Civil da Presidência da República/BID).

## 2.2 INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

O acompanhamento e realização constante dos planos setoriais e a elaboração de pareceres técnicos na preservação da plataforma tecnológica ante a evolução de novas tecnologias fizeram o Conselho Estadual de Informática e Informações (CEI) proceder à inserção na metodologia dos planos setoriais de referências na área de Cartografia e Geoprocessamento com a implantação no âmbito estadual do Sistema de Informações Cartográficas Oficiais do Estado do Paraná (Sicopar).

Em consequência, foram instituídas as Câmaras Técnicas de Cartografia e Geoprocessamento e a de Treinamento de Recursos Humanos em Informática Pública.

O Conselho aprovou 530 processos contemplando aquisição de equipamentos, *up-grade*, rede lógica e elétrica conforme contemplados nos Planos Setoriais de Informática.

O Estado dispõe atualmente de aproximadamente 5 mil redes locais, com utilização de Correio Eletrônico, agilizando o processo de informações no âmbito do Sistema Estadual de Informações (SEI).

Na área de Treinamento de Recursos Humanos, através do Contrato Select-Microsoft, atingiu-se o número de 6.200 cursandos, cujo critério de seletividade está contemplado nos Planos Setoriais de Informática vinculados a projetos e programas de governo, com certificados registrados junto ao órgão competente da Secretaria de Estado da Administração (SEAD).

Em fase de finalização estão, como grandes projetos, o Projeto Telemática, Projeto RH-Paraná, o Projeto 190 e a informatização do Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

A Celepar realizou, em 1997, os seguintes atendimentos a órgãos da administração pública estadual e programas especiais:

- Fundepar – conclusão da licitação do Programa de Qualidade do Ensino Público do Paraná - PQE (US\$ 20 milhões).

- SEED – início da implantação do Programa Nacional de Informatização do Ensino Público - Proinfo (treinamento de professores em informática).
- SEFA-CRE – implantação do projeto GIA Eletrônica, que permite aos contribuintes do ICMS a entrega da GIA mensal em disquete; participação na elaboração do projeto Modernização da Administração Tributária do Paraná, preparado para o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE do Ministério da Fazenda; e desenvolvimento do sistema de enquadramento dos contribuintes do ICMS, no regime fiscal Simples/PR.
- SEFA-CAFÉ – reformulação dos sistemas COP e Siaf, proporcionando melhor nível de compatibilidade com o Sistema da União, utilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- SEAB – implantação da rotina do programa Universidade do Campo, por meio do Sistema de Informações do Agronegócio, através da Internet.
- Jogos Mundiais da Natureza – montagem da infra-estrutura de informática dos Jogos Mundiais da Natureza, com credenciamento de participantes, gestão de resultados, divulgação e suporte em 11 locais da realização das competições esportivas.
- IAP – operacionalização do Serflor com emissão de mais de 1 milhão de selos de transporte.
- PGE – conexão da rede local em Curitiba com 14 Procuradorias do interior do Estado e com outras bases de dados (STF, TRF, TRT, etc.).
- Procon – implantação de rede local, voltada para ampliação da capacidade de atendimento ao público.
- BPP – implantação da pesquisa do acervo da Biblioteca Pública do Paraná, na Internet (cerca de 100 mil títulos).
- SEID – fornecimento de informações sobre o Parque Industrial do Estado para pesquisadores, instituições de classe e prefeituras municipais.

- SEAD – elaboração do edital de licitação para aquisição de solução tecnológica completa, para o Sistema RH-Paraná.
- Paranacidade – disponibilização, através da Internet, das páginas para cada um dos 399 municípios do Paraná, com informações sócio-econômicas e urbanísticas.
- DER – desenvolvimento de projetos Intranet e aquisição de solução de Geoprocessamento.
- Jucepar – desenvolvimento de quiosques para auto-atendimento ao cidadão e aquisição de unidade de resposta audível para facilitar o atendimento ao público.
- Departamento de Polícia Civil (DPC)/Instituto de Identificação (IIPR) – instalação de nova versão do Sistema de Identificação Civil, possibilitando a emissão da Cédula de Identidade e sua entrega ao cidadão em um prazo de até dois dias.
- SESP/Conselho de Segurança do Codesul – integração das bases de dados do Paraná, referente a criminosos, com a base de índice nacional (projeto Infoseg do Ministério da Justiça em parceria com as Secretarias de Segurança dos Estados).
- SESA - ISEPR – interligação das 13 centrais de marcação de consultas e leitos hospitalares.
- SECR – implantação do Projeto Siga - Sistema de Informações Gerais de Apoio ao Deficiente.
- Deam – licitações na Internet, aplicativo que permite a qualquer pessoa (física ou jurídica) acompanhar na Internet os processos licitatórios promovidos pelo Deam; SI-Deam; desenvolvimento do sistema corporativo de administração de materiais para a Administração Pública do Estado.
- IPE - Marcação de Consultas (MAI) – implantada nova versão do sistema de marcação de consultas.
- SERT – desenvolvida e implantada nova versão do Sistema de Intermediação de Mão-de-Obra (Simo) e desenvolvido e implantado o Sistema de Intermediação de Mão-de-Obra Rural (Simo-Rural).

- Detran/PR (Informatização das Ciretrans) – dotar as 74 Ciretrans de infra-estrutura tecnológica e sistemas de informações para dar suporte às atividades de registro de veículos e habilitação de condutores, informatizar 217 Postos de Trânsitos (unidades operacionais municipais), objetivando integrá-los ao processo produtivo de uma Ciretran; Detran Móvel (unidades móveis dotadas de infra-estrutura tecnológica compatível com as Ciretrans, para prestação de serviços junto a localidades não atendidas por estruturas operacionais); Informatização Despachantes (desenvolvimento do sistema “Detran em seu Escritório”, que permite ao despachante informatizar procedimentos de montagem de processos).
- Outros Serviços – terminal de auto-atendimento; consultas via Internet.
- Casa Civil – desenvolvimento do Sistema de Realização de Governo (SRG), atendendo a todas as 23 Secretarias de Estado, aos Gabinetes do Governador e à Casa Civil; elaboração do Paraná em Números, caderno com informações das realizações do Governo do Estado.
- SEJU – desenvolvimento e implantação do sistema para o cadastramento dos órgãos que apoiam o projeto de Combate à Exploração do Turismo Sexual Infantil.
- Gestão do *Site* do Governo do Estado – de acordo com as diretrizes da Celepar, este serviço objetiva tornar a Internet um meio adequado e moderno de divulgação das ações do Governo. No período, foram disponibilizados 37 projetos, totalizando, aproximadamente, 80 *home pages* no *site* e 7.406 páginas no servidor *www*.
- Serviços Públicos ao Cidadão na Internet – desenvolvimento do projeto que visa melhorar e ampliar a prestação de serviços públicos ao cidadão, eliminando filas e deslocamentos. Até o final do ano, estará disponível para acesso na Internet e, posteriormente, em quiosques multimídia, em locais públicos de fácil acesso ao cidadão.

- Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas – consolidação do desenvolvimento de projetos em novas plataformas, em especial na plataforma Notes e Internet, com a criação de um roteiro metodológico específico para desenvolvimento e avaliação de produtos Notes e um grande crescimento no desenvolvimento de páginas e aplicações para Internet.
- Encaminhamento da solução para o *bug* do ano 2000 – definição e início das ações necessárias para a conversão dos aplicativos e bases de dados, ante as necessidades decorrentes do advento do ano 2000.

Para a obtenção desses resultados positivos, é importante destacar o trabalho em conjunto que vem sendo realizado pela Celepar e o CEI, no sentido de integrar e otimizar as ações que, na prática, são executadas pelos núcleos de informática. Cabe a cada núcleo definir o Plano Setorial de Informática. O resultado é uma política integrada com benefícios diretos ao cidadão que tem um serviço público ágil e seguro.

### 2.3 REPRESENTAÇÃO DO CIDADÃO JUNTO AO GOVERNO

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) pôde, no decorrer do ano de 1997, dar prosseguimento ao objetivo traçado em 1995, realizando, além da cotidiana defesa judicial do Estado, o trabalho de apoio jurídico às realizações da Administração.

Além do atendimento diário ao público, realizado por todos os setores da PGE na orientação sobre recolhimento de impostos estaduais ou informando com relação ao andamento de processos, merecem destaque as seguintes ações:

- Consultoria – dentro desta atribuição, a PGE elaborou, no decorrer do ano, 220 pareceres e mais de 2.500 informações, possibilitando maior segurança dos administradores públicos no tratamento de diversas.
- Arrecadação – foi dado seguimento às ações desenvolvidas em conjunto com a SEFA dentro do Projeto Cobrar Bem, implementando a cobrança judicial da dívida ativa e facilitando a realização de parcelamentos de débitos fiscais em atraso. Somado a isto, a Procuradoria Fiscal empenhou-se decisivamente na obtenção da suspensão de medidas



liminares, concedidas em Mandados de Segurança, que excluía diversos contribuintes do regime legal da substituição tributária. Foram também obtidas judicialmente centenas de revogações de despachos concessivos de tutela antecipada e liminares em medidas cautelares, conseguindo-se evitar que contribuintes viessem a creditar-se de valores (unilateral e irregularmente obtidos) de ICMS. No que diz respeito à arrecadação do ITCMD, foram realizadas só na capital 2.860 avaliações de bens móveis e imóveis, resultando num total avaliado de R\$ 528 milhões, sendo certo que, desse valor, 4% (mais de R\$ 21 milhões) foram revertidos aos cofres públicos. No caso da impossibilidade efetiva do pagamento dos impostos por contribuintes inadimplentes, buscaram-se o ressarcimento, mediante a penhora judicial do faturamento de empresas devedoras e a adjudicação de bens de efetiva utilidade para o Estado.

- Licitações – sempre acompanhando as grandes licitações da Administração, a Procuradoria Administrativa obteve ao longo do ano importantes vitórias judiciais, acelerando ou viabilizando concorrências públicas obstaculizadas por decisões liminares, como por exemplo a suspensão dos efeitos das liminares que impediam a tramitação dos procedimentos licitatórios que visavam à implementação do Projeto de Telemática da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo (SEET); a aquisição de equipamentos visando à informatização do DER; a concessão de rodovias federais integrantes do Anel de Integração; e a inspeção veicular do Detran, entre dezenas de outros casos.
- Intervenções – através da Procuradoria do Patrimônio, tem-se dedicado especial atenção a esta questão com importantes reflexos jurídicos e políticos, acompanhando cada uma das situações e sempre examinando o sentido e alcance de uma solução administrativa que possa remover a causa interventiva. Neste trabalho de intermediação, pode-se festejar o sucesso obtido pela PGE em face de alguns municípios, que tinham já decretada a intervenção pelo Estado e acabaram cumprindo determinações judiciais pendentes.

- Indenizações da Serra do Mar – expressiva e importante vitória da PGE foi obtida junto ao Tribunal de Justiça do Estado, estancando a sangria de indenizações vultosas que o Estado vinha pagando a particulares em razão da impossibilidade da exploração econômica das áreas de preservação da Serra do Mar. Com tal decisão favorável, conseguiu-se, em apenas uma causa, uma economia de mais de R\$ 1,8 milhão.
- Nulidade do Decreto Estadual nº 20.671/70 – outra importante vitória judicial foi conseguida em uma ação rescisória com julgamento favorável ao Estado, em que se obteve, indiretamente, a declaração de nulidade (por falta de finalidade) do Decreto Estadual nº 20.671/70. Tal Decreto, em razão da ausência de especificação das áreas que declarava de utilidade pública para fins de desapropriação, era geralmente utilizado como causa interruptiva da prescrição em ações de desapropriação indireta.
- Litoral – numa tentativa de obstar a construção de obras que coloquem em risco ou destruam o patrimônio ambiental e turístico do Estado e contestando os dispositivos municipais que afrontam a legislação estadual relativa ao uso do solo da região litorânea, a PGE se mantém acompanhando os interesses da comunidade e do Estado em diversas ações contra si promovidas por empresas de construção civil.
- Protocolos firmados com as montadoras – trabalho judicial realizado pelo Gabinete da PGE culminou com a rejeição, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade, dos pedidos contidos em dois mandados de segurança que visavam obrigar o Estado do Paraná a tornar público os protocolos de intenções. Com a decisão, evitou-se a publicidade dos investimentos e dos incentivos oferecidos pelo Estado, o que, diante da rivalidade fiscal entre os Estados, acabaria prejudicando a atração de novas empresas.
- Ferroeste – neste ano, a PGE prosseguiu acompanhando as ações ajuizadas perante a Justiça Federal, em que haviam

sido obtidas decisões liminares que impediam, inicialmente, a realização do leilão e, posteriormente, a assinatura do contrato de concessão dos serviços da Ferroeste; mediante importante estudo desenvolvido pela Procuradoria Administrativa, as liminares foram suspensas por unanimidade tendo-se realizado a pretendida concessão.

- Pagamento de precatórios – a PGE, na sua atividade de gerenciamento do pagamento de precatórios requisitórios devidos pela Administração, teve atuação relevante no compromisso de pagamento de precatórios trabalhistas das autarquias, em entendimento com o Tribunal Regional do Trabalho, resultando em grande economia para os cofres públicos e possibilitando o arquivamento de diversos processos judiciais.
- Código de Saúde – visando à substituição do já defasado Código Sanitário e destinado a regulamentar a promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito do Paraná, a PGE assessorou a SESA na elaboração do Código de Saúde do Estado, tendo recebido daquela Pasta nova solicitação, agora para auxiliar na elaboração do decreto que regulamentará a aplicação da lei.
- INSS – a PGE gestionou junto ao INSS o parcelamento dos débitos do Estado do Paraná, visando à normalização daquelas pendências, as quais poderiam, a curto prazo, inviabilizar a obtenção de Certidão Negativa junto à autarquia federal e, em conseqüência, obstaculizar o repasse de verbas federais ao Estado. Em relação aos débitos com possibilidade de discussão no âmbito judicial, foram embargadas as respectivas execuções fiscais.
- Conar – atendendo à solicitação da Secretaria Estado de Comunicação Social (SECS), a PGE buscou e obteve junto ao Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar) decisão no sentido de que a propaganda do Estado, veiculada através da televisão e rádio, não era enganosa nem

trazia prejuízo ao consumidor; por outro lado, a decisão deixou claro que o denunciante pretendia fazer uso do Conar em benefício próprio e com interesses políticos.

- Canal Extravasor do rio Iguaçu – dando continuidade ao trabalho iniciado em 1996 com a Comec, a PGE elaborou 19 laudos de avaliação mediante vistorias *in loco*, destinados à implantação das obras de contenção do rio Iguaçu, totalizando uma área avaliada de 114.500,00 m<sup>2</sup>.
- Proteção de Mananciais – também em conjunto com a Comec, foram realizadas avaliações que totalizaram 18 mil m<sup>2</sup>, visando oferecer a devida proteção aos mananciais aquíferos, afluentes do rio Iguaçu, indispensáveis ao abastecimento de água da capital.
- Industrialização – a PGE, após haver prestado consultoria e assessoramento jurídico na fase da licitação e contratação das obras de terraplenagem e drenagem da área onde será implantada a fábrica de automóveis Renault, vem participando ativamente das avaliações destinadas ao pagamento das indenizações e da implantação dos acessos à fábrica. Também foram realizadas vistorias que totalizaram 3.500 mil m<sup>2</sup> de área avaliada, destinadas à instalação de pólos industriais da Eletrolux e da Audi-Volkswagen.
- Processos Administrativos e Disciplinares – foram realizados, durante o ano, 57 processos administrativos disciplinares, destinados a apurar e sugerir as punições adequadas às irregularidades ocorridas no âmbito da Administração.
- Licença Especial (Adin) – deferida, por unanimidade, junto ao STF, medida liminar em ação direta de inconstitucionalidade contra a interpretação que vinha sendo realizada do disposto nos arts. 35, § 2º da Constituição Estadual, e 70, § 2º da Lei Estadual nº 10.219/92, visando impossibilitar a contagem retroativa de tempo de serviço celetista para a obtenção de vantagens de caráter estatutário, como é o caso da licença especial.



- Resolução nº 117/97 do Senado (Adin) – intentada junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade contra a Resolução nº 117/97 do Senado Federal, a qual, entre outras determinações, obriga os estados, municípios e Distrito Federal a utilizarem apenas 50% da receita havida com a privatização de entidades da sua Administração Indireta na amortização do principal e nos acessórios de obrigações financeiras, o que se traduz em restrição inconstitucional quanto ao emprego autônomo dos recursos econômicos e financeiros dos entes federados.
- Sem-Terra – a PGE vem acompanhando, em juízo e extrajudicialmente, as reivindicações do movimento dos Sem-Terra, tendo participado de diversas reuniões realizadas no Palácio Iguazu, em Querência do Norte e na sede do Incra, visando à apresentação de soluções pacíficas para o problema fundiário.

A advocacia contenciosa do Estado, pela sua diversificação e responsabilidade, é extremamente difícil de ser traduzida em números. Entretanto, pode-se destacar que até o dia 30 de novembro de 1997 foram ajuizadas contra o Estado do Paraná 1.775 novas ações. Por sua vez, a PGE propôs 10.711 novas execuções fiscais, impugnou 459 embargos à execução fiscal e embargou, junto à Justiça Federal, 27 execuções fiscais contra si promovidas. Foram ajuizadas, ainda, 112 ações ordinárias, 5 ações rescisórias e 2 Adins. Os procuradores fizeram-se presentes em 486 audiências trabalhistas e 528 audiências na justiça comum. Foram contestadas 1.249 ações e informados 491 mandados de segurança impetrados contra diversas autoridades públicas estaduais. A PGE informou ainda 3 pedidos de intervenção federal no Estado e manifestou-se em cerca de 15 pedidos de intervenção estadual nos municípios. Foram interpostos 84 recursos especiais e 49 recursos extraordinários, entre centenas de outros recursos. Por outro lado, e considerando-se a importância da matéria, os procuradores realizaram 49 sustentações orais junto ao Tribunal Regional do Trabalho, 133 no Tribunal de Justiça do Estado, 4 no Superior Tribunal de Justiça e 1 perante o Supremo Tribunal Federal.

## 2.4 SISTEMA DE REALIZAÇÕES DO GOVERNO (SRG)

Coordenado pela Casa Civil, o Sistema é composto por aplicativos que possibilitam o acompanhamento da execução dos programas e projetos do Governo, permitindo o gerenciamento das ações governamentais.

Em 1997, o Sistema foi reestruturado, contando com a participação da Celepar para o seu desenvolvimento e com o apoio operacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para atualização dos dados. Através de reuniões periódicas entre a coordenação do SRG, a Celepar e órgãos/usuários informantes, procurou-se ajustar as necessidades de cada área com a definição das informações para compor o banco de dados e a formatação de novos relatórios. O SRG está sendo utilizado como fonte de informação sobre realizações do Governo nos municípios do Estado e para a elaboração do documento Paraná em Números, que será editado trimestralmente.

### **3 QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA**

#### **3.1 EFICIÊNCIA DO MODELO ESTRUTURAL**

A Secretaria de Estado do Governo compreende atribuições, advindas de sua existência como órgão do primeiro nível da Administração Direta do Poder Executivo do Estado, típicas de um órgão de assessoramento logístico, jurídico e administrativo direto ao Chefe do Poder Executivo.

As atividades do Gabinete do Secretário (direção e assessoramento) envolveram assistência direta ao governador na sua representação civil; recebimento, estudo e triagem do expediente processual encaminhado ao governador; exame dos processos oriundos de toda a Administração Pública Estadual, visando à obtenção de autorização governamental, bem como aqueles que por objeto de delegação constituem competência do Secretário de Estado do Governo; preparação de expedientes para apreciação do Chefe do Poder Executivo; despachos de processos com o governador; e coordenação das medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo às solicitações da Assembléia Legislativa.

A Casa Civil executou tarefas de direção superior e assessoramento, típicas de um órgão de assessoramento político, bem como aquelas realizadas pelo seu Escritório de Representação do Paraná em Brasília.

A atuação do Gabinete do Chefe da Casa Civil envolveu coordenação, organização e promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; prestação de assistência direta e imediata ao governador; acompanhamento das atividades relativas ao processo político-legislativo, bem como relacionamento com as lideranças políticas do Governo; e atendimento a deputados federais, estaduais, secretários de Estado, prefeitos, vereadores, presidentes de partidos e de Câmaras Municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e público em geral.

A Assessoria Técnica da Casa Civil prestou serviços de assessoramento aos órgãos da Governadoria na preparação das matérias que necessitaram de formalização documental, bem como de registro, acompanhamento e guarda dos documentos resultantes, totalizando 17.417 expedientes processados.

A Assessoria de Informática desenvolveu as atribuições de assessoramento, implantação, manutenção e desenvolvimento dos sistemas de informações via processamento de dados, destacando-se o Sistema de Acompanhamento de Reivindicações (SAR) – no qual foram cadastrados 957 processos dirigidos ao governador, chefe da Casa Civil, vice-governadora e Chefia de Gabinete do Governador – e o Cadastro Integrado de Autoridades (CIA), que disponibiliza aproximadamente 6.500 informações sobre autoridades estaduais, federais e outras, com ênfase naquelas que atuam no Paraná.

A Subchefia de Assuntos Especiais envolveu atribuições de acompanhamento dos eventos políticos de interesse do Poder Executivo Estadual, visando à análise da potencialidade e da repercussão dos mesmos, destacando-se as seguintes atividades:

- Criação e implantação do sistema informatizado de acompanhamento das reivindicações de prefeituras, Câmaras Municipais, deputados estaduais e federais e outras instituições. Foram registrados aproximadamente 1.200 pedidos formais e informais, permitindo mensurar e qualificar as demandas requeridas do Governo do Estado através da Casa Civil. As solicitações abrangeram 332 municípios, representando todas as regiões do Estado.
- Apoio à implementação do Sistema de Realizações do Governo (SRG), que constitui fonte oficial de informações para outras atividades desenvolvidas pela Subchefia de Assuntos Especiais (SAE), como viagens do governador e do secretário-chefe da Casa Civil.
- Atualização do CIA, que inclui as lideranças paranaenses municipais, estaduais e federais, bem como o Poder Executivo Municipal e Estadual.
- Participação do Grupo Executivo da Comissão Representativa Pró-Curitiba Capital do Mercosul, instituída em 23 de junho de 1997.
- Coordenação e acompanhamento de 114 viagens realizadas pelo governador.

- Acompanhamento e suporte a 80 solenidades realizadas na capital que contaram com a presença do governador, envolvendo assinaturas de contratos, convênios, decretos, termos de cooperação técnica, projetos, lançamentos, inaugurações e apoio a 42 outros eventos.

As ações da Subchefia do Cerimonial desenvolveu-se com o anejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades lativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência.

O Escritório de Representação do Paraná em Brasília, vinculado à Casa Civil, teve seu desempenho voltado para o assessoramento e suprimento de infra-estrutura operacional ao governador, a autoridades e a técnicos da administração pública estadual e municipal; o atendimento administrativo às estatais paranaenses; o suporte a empresas privadas do Estado no relacionamento com o setor público; a seleção e divulgação de matérias de interesse das administrações estadual e municipais procedentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e a distribuição de materiais de divulgação do Estado nas áreas social, econômica, política, turística e em particular na assistencial.

O Escritório prestou ainda serviços a órgãos de âmbito nacional e internacional referentes ao desenvolvimento de estudos e/ou informações estatísticas em diferentes áreas do Estado; ao acompanhamento junto às comissões parlamentares das propostas de projeto de lei, das emendas à Constituição de interesse do Estado do Paraná, assim como da proposta de emendas ao Orçamento da União; e ao atendimento à Procuradoria da Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas junto a Tribunais Superiores no que se refere aos Acórdãos dos processos em tramitação.

A Casa Militar envolveu atribuições de assessoramento e apoio direto ao governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar; coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; segurança do governador, da sua família, do Palácio Iguazu e das residências oficiais; e recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao governador.

As ações da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil desenvolveram-se nas situações de normalidade e anormalidade, em razão da ameaça ou ocorrência de um evento natural adverso.

Na situação de *normalidade*, atuou na orientação dos prefeitos municipais para a criação do Sistema Municipal de Defesa Civil, objetivando o preparo da população para fazer frente às calamidades, bem como

subsidiando o planejamento emergencial. Atuou, ainda, na fiscalização do transporte rodoviário de produtos perigosos; na participação de palestras de orientação à comunidade em geral; na participação das reuniões do Conselho de Defesa Civil do Codesul, integrado por representantes dos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além das províncias do nordeste argentino; e na criação do Programa Estadual de Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, através do Decreto nº 3.398 de 29 de julho de 1997.

Na situação de *anormalidade*, atuou no reconhecimento de Situação de Emergência em 126 municípios e no de Estado de Calamidade Pública em 3 municípios; no repasse de verbas do governo federal, no montante de R\$ 2.960.600,40, a vários municípios para execução de obras referentes à construção de redes de galerias pluviais, reconstrução de residências, recuperação de bueiros e drenagem urbana; na remessa de 6.800 cestas básicas, sendo 4 mil pelo Governo do Estado e 2.800 pelo governo federal através do Programa Comunidade Solidária; na remessa de 30.610 telhas de fibrocimento; na remessa de 5.409 latas de supersopa do programa desenvolvido pelo Provopar, num total de 24.340 quilos; no repasse de 3.032 cobertores e de 1.153 colchões; e no repasse de 110 bobinas de lona plástica, num total de 66 mil m<sup>2</sup>.

A Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador envolveu atribuições advindas de sua existência como órgão do primeiro nível da Administração Direta do Poder Executivo do Estado, tendo por finalidade assessoramento e apoio direto ao governador.

As ações específicas no âmbito da Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador envolveram assistência e assessoramento ao governador no trato de questões, providências e iniciativas de seu expediente oficial; recebimento, estudo e triagem das correspondências encaminhadas ao governador; transmissão e controle de execução das ordens emanadas do governador; e administração geral do Palácio Iguazu e das residências oficiais.

A SEAD, órgão de primeiro nível hierárquico da administração do Estado do Paraná, tem por finalidade a definição de políticas e o planejamento, o comando, a execução, o controle e a orientação normativa dos sistemas de administração geral e de recursos humanos, conforme regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.036, de 31 de julho de 1987. Adequada ao programa de qualidade de gestão pública, a SEAD atuou de forma eficiente no desenvolvimento de projetos e soluções que visam à racionalização de gastos e serviços nas áreas de administração geral e de recursos humanos. Em 1997, executou as seguintes ações principais:

- Através da Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional (Dims), foram concedidas, pelo Setor de Perícia Médica, 19.732 licenças para tratamento de saúde a servidores, a pessoas da família e a gestantes, por acidente de trabalho e afastamentos de função e readaptação. Foram concedidas ainda 108 aposentadorias por invalidez. Pelo Setor de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, foram realizados 280 exames pré-admissionais para os cargos de agente penitenciário da SEJU e de professor das Faculdades Estaduais do Paraná. Foram também emitidos diversos laudos de insalubridade, periculosidade e riscos ambientais. Pelo Setor de Reabilitação, foram realizadas 40 avaliações médicas para admissão no programa Vamos Cuidar da Saúde, 259 atendimentos individuais, 478 atendimentos em grupo e 65 visitas domiciliares, hospitalares e outros no Programa de Atendimento e Integração de Servidores Estaduais - Pais.
- Através da Divisão de Cargos e Salários (DCSA), foi elaborada proposta de reajuste salarial; realizada pesquisa salarial com outros Estados para embasamento de proposta de melhoria salarial para os Grupos Ocupacionais de Apoio e Intermediário do Quadro Geral do Estado; analisada proposta para quadros próprios do Iapar e Defensoria Pública; verificados os enquadramentos do Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo e Docente das IES; e prestadas 220 informações relativas à melhoria salarial, isonomia, ascensão e promoção, alteração de jornada de trabalho, criação de carreira específica, concessão de benefícios, revisão de enquadramento funcional, revisão de proventos, informações para outros Estados e desvios de funções.
- Através da Divisão de Recrutamento e Seleção de Recursos Humanos (DSRH), foram realizados concursos públicos para o Poder Executivo e para o Ministério Público. Foram ainda realizadas 1.126 disposições funcionais.
- Através da Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS), foi realizada a inclusão das Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (Ceasa) no Sistema Integrado de Documentos (AAX); realizado o trabalho de racionalização de processos



junto aos órgãos integrantes do sistema, com redução de 38% de um total de 440 mil processos regularizados pelos órgãos; elaborado o Manual de Instruções do Sistema Integrado de Documentos, cujo objetivo é orientar os servidores que atuam no setor de protocolo dos órgãos da Administração Pública Estadual quanto aos procedimentos básicos do sistema; registradas 954 novas empresas e renovadas 1.452 no Cadastro de Licitantes do Estado; ampliada a Rede de Comunicação de Dados em Alta Velocidade, interconectando nove prédios; estabelecida a integração de informações em 22 órgãos, na região do Centro Cívico; iniciado o processo de Automação de Escritório com objetivo de promover a padronização de processos administrativos e a integração entre a SEAD e os demais órgãos públicos do Estado, favorecendo a troca de informações e documentos em meio magnético, agendamentos, e também o compartilhamento de aplicativos ou bases de dados que contenham informações de interesse geral; e elaborada a *home page* da SEAD.

- Através da Coordenadoria de Patrimônio do Estado (CPE), foi desenvolvido o Projeto Gestão Patrimonial - GP PARANÁ, com o objetivo de cadastrar bens imóveis, realizar inventário de bens móveis e revisar legislação e procedimentos afins.
- Através do Núcleo de Informática, foram criadas mais 2.447 caixas postais no Lotus Notes.

O Departamento Estadual de Administração de Material (Deam) atendeu a 10.614 requisições (distribuídas em 20 Secretarias de Estado) e a 2 órgãos de regime especial e 4 autarquias. As requisições processadas resultaram em 78 tomadas de preços, 271 cartas-convite e 215 compras informais, totalizando um montante de R\$10.249.619,08 no período. O Deam adotou uma política visando à depuração do Cadastro de Fornecedores, através da implantação de sistema de controle de qualidade dos materiais recebidos. Em 1997, procedeu-se a 138 notificações, 4 suspensões, 2 advertências e 194 multas no valor de R\$ 47.374,26. Foi implantado, ainda, um novo sistema de controle de materiais, o SI-Deam, que viabilizará uma integração completa a todos os órgãos usuários do Deam, possibilitando a confecção de suas requisições *on-line* e disponibilizando todas as informações relativas aos processos licitatórios deflagrados a partir daquelas requisições.

O Sistema procederá à liberação das solicitações conforme a previsão de consumo das unidades e as liberações orçamentárias, trabalhando integrado com o Sistema Financeiro do Estado e proporcionando dados para definição de políticas de custeio das unidades.

O Departamento Estadual de Arquivo Público (Deap) realizou programa de gestão de documentos junto a diversos órgãos do Governo do Estado. Através de convênio com a Fundação Vitae, higienizou e acondicionou adequadamente 45 m lineares de documentos e restaurou 15 mapas. O Departamento publicou 500 exemplares do Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná. Também foi feito o convênio com o Ministério da Indústria e do Comércio (MINC) para implantação do projeto Arquivos da Cultura e da Educação (1930-1994): programa de gestão documental, resultando na História Administrativa da SEED e da SEEC. Ainda produziu a Tabela de Temporalidade de Documentos (Atividades Fim) da SEED e SEEC e realizou curso de Organização de Arquivos Correntes, ministrado por técnicos do Deap para 120 servidores públicos.

O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPE) procedeu à análise de todas as atividades desenvolvidas no plano setorial e elaborou projeto (estabelecendo metas), visando interiorizar o atendimento prestado pelo Instituto. Os serviços prestados foram ampliados para quatro novos pólos do Estado: Paranaguá, Cascavel, Jacarezinho e Paranavaí.

Também foi implantado um sistema informatizado de controle físico e financeiro da concessão de exames e internamentos, em parceria com a Celepar, na sede do Instituto e em suas 21 coordenadorias regionais, no interior do Estado. Esse sistema permitirá a previsão de despesas médico-hospitalares com antecedência de 30 dias da data de efetivação do pagamento.

Através do Departamento de Assistência Médica, no período janeiro/setembro de 1997, foram realizadas 130.178 consultas médicas, 17.746 procedimentos/consultas odontológicas e 27.267 internamentos, totalizando 175.191 atendimentos na capital e em Londrina. Foram também realizados no mesmo período 44.551 exames laboratoriais.

Através do Departamento de Previdência, foi pago R\$ 1.102.036,07 de seguro e auxílio funeral, atendendo a 1.112 processos de seguro de vida e 955 processos de auxílio funeral.

O Departamento Estadual de Transporte Oficial (Deto) realizou 5.413 atendimentos prestados pela Central de Transporte com uma quilometragem percorrida nos atendimentos de 587.979 km. Pelo Serviço de Malote, foram entregues 544.688 correspondências. Foram vendidos aos diversos órgãos 979.359 litros de gasolina, 1.433.765 litros de álcool e



204.256 litros de diesel e foram efetuados 47.640 abastecimentos aos diversos órgãos e processados junto ao Detran 1.701 documentos.

A Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP) tem como finalidade o planejamento, organização, promoção, direção, execução e fiscalização das atividades relacionadas aos serviços de engenharia e arquitetura em todos os prédios e obras de propriedade ou em uso pela administração estadual direta e indireta, independentemente da fonte de recursos. A SEOP, através de seus 14 escritórios regionais, desenvolve também outras atribuições, tais como: assessoramento, consultoria, avaliação e orientação técnica a todos os órgãos estaduais e às prefeituras no seu âmbito de atuação.

Em 1997, a SEOP atuou em todos os municípios, proporcionando, através de seus escritórios regionais, orientação no planejamento, projeto e construção de obras. Na área de Estudos e Projetos, atendeu a 752 processos relacionados à revisão de projetos/padrões e memoriais descritivos, procurando aprimorá-los e adaptá-los às condições regionais, bem como realizou pesquisas de materiais em novas técnicas construtivas, buscando a minimização dos custos e a melhoria de qualidade das obras. Na área de orçamentos e custos, realizou 1.024 orçamentos estimativos, 402 avaliações de imóveis e 288 compatibilizações físico-financeiras. No campo das licitações, a SEOP realizou, em 1997, 312 coletas de preços, 1 concorrência pública, 305 convites e 20 tomadas de preços.

Através de sua vinculada (o Decom), a SEOP realizou, em 1997, as seguintes obras e serviços:

- a) construção, ampliação e reconstrução de 155.444,01 m<sup>2</sup>, compreendendo 349 obras e um investimento de R\$ 41.077.512,38;
- b) reparos e melhorias de 289.146,76 m<sup>2</sup> em 884 obras, compreendendo investimento de R\$ 29.105.744,67;
- c) gerenciamento de 976 obras/serviços em andamento, totalizando 361.568,00 m<sup>2</sup> e um investimento de R\$ 73.901.206,77.

A SECS assessorou e deu apoio direto e constante ao governador do Estado nos seus contatos com a imprensa local, nacional e estrangeira.

Coube à SECS planejar, coordenar e controlar a execução de todas as atividades relativas à área de Comunicação Social do Estado do Paraná, abrangendo todas as unidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

A Secretaria manteve o controle de toda a programação das divulgações das ações administrativas do Estado, centralizando e organizando o intercâmbio das informações entre a sociedade e o Governo. Participou de todas as visitas oficiais do Governo nos eventos dentro do Estado e em outras regiões do Brasil e, via Agência Estadual de Notícias, coordenou e controlou toda a programação da divulgação das atividades do Governo através da redação de notícias para jornais, rádios e televisões e de reportagens e documentários em textos, fotos, audiovisuais e vídeo tapes. Através da Coordenadoria de Relações Públicas, organizou as coletivas do governador com a imprensa em eventos oficiais; prestou atendimento a jornalistas locais, nacionais e internacionais; credenciou jornalistas em eventos do Governo; elaborou a atualização da listagem de veículos de comunicação e assessores de imprensa, bem como a distribuição de kits de material de divulgação do Estado do Paraná.

Os principais serviços e campanhas publicitárias realizadas durante o ano foram: campanha Paraná Beach Festival; campanha Invista no Paraná; campanha Negócio de 1 Trilhão; campanha Anel de Integração Paraná Já; campanha Centro Regional de Negócios; 50 Anos de Estrada; pronunciamentos e mensagens do governador; cobertura sobre a visita do governador na França; cobertura da visita do casal imperial do Japão ao Paraná; divulgação da Expoingá 97. Coordenou ainda várias outras campanhas e serviços publicitários realizados através dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.

### 3.2 PROFISSIONALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A SEAD, através de seu Departamento de Recursos Humanos, elaborou o Projeto RH - PARANÁ - Gestão de Recursos Humanos, com o objetivo de implantar um novo modelo de Gestão de Recursos Humanos para o Estado do Paraná a partir da desverticalização das estruturas organizacionais da área de RH e da descentralização das ações administrativas, informações e dados, amplamente apoiado na tecnologia da informação, abrangendo 19 regionais administrativas em todos os municípios do Estado.

Justifica-se a implantação desse projeto ante a necessidade de tratamento uniforme e unificado das informações, de conhecer o real efetivo de servidores do Estado, de controlar as despesas de pessoal de forma global – podendo assim, identificar o custo de pessoal ativo e das novas

incorporações – e de impor à SEAD o papel de gestora do processo de tomada de decisões na área de recursos humanos.

O processo da elaboração do Projeto RH encontra-se em andamento desde setembro de 1996, com previsão para o término em dezembro de 2002.

A SEAD, através da sua Divisão de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos (DTRH), com o objetivo de proporcionar aos servidores do Estado um processo de educação continuada, visando à qualidade no serviço público e renovação institucional das organizações, realizou, em 1997, 519 eventos envolvendo o treinamento de 12.765 profissionais em cursos de aperfeiçoamento, cursos abertos, cursos *in company*, programas especiais de treinamento, palestras técnicas, programas de apoio institucional e programas de educação básica.

O Iparde em 1997, integrando o Programa de Capacitação de Recursos Humanos em Gerência e Planejamento Governamental, realizou 129 cursos e eventos, compreendendo 1.857 horas-aula e 2.683 servidores públicos treinados.

## 4 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

A melhoria da Gestão Pública no Estado vem sendo obtida também pelo desenvolvimento de atividades direcionadas à coordenação das ações governamentais e de assessoramento direto ao chefe do Poder Executivo.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) atuou nessas áreas por meio de suas coordenadorias e unidades abaixo especificadas.

### 4.1 CENTRO DE GESTÃO DE PROGRAMAS (CGP)

O CGP deu continuidade, em 1997, ao gerenciamento do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - Prosam, através da Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP/Prosam. Parcialmente financiado pelo Banco Mundial (US\$ 117 milhões), é um programa de ações integradas, envolvendo diversos subprojetos para Estruturação da Base para Gestão dos Recursos Ambientais, Proteção e Aproveitamento de Mananciais de Abastecimento e Recuperação Ambiental do Alto Iguaçu. Essas ações foram implementadas pelo Governo do Estado do Paraná por meio da Comec e Sema (Suderhsa e IAP), pela Sanepar e pela Prefeitura Municipal de Curitiba, executores contratuais do Prosam.

Em 1997, a UGP/Prosam deu assistência aos executores e diligenciou junto ao Banco Mundial a aprovação dos editais para contratação de obras (tais como as da Barragem do rio Iraí e do Canal Paralelo do rio Iguaçu), fornecimento de bens e prestação de serviços de consultoria.

A UGP/Prosam deu continuidade ao gerenciamento das ações em andamento, negociando com o Banco Mundial ações necessárias para dar continuidade ao Prosam – incluindo a prorrogação do contrato de empréstimo (previsto para encerrar em 30 de setembro de 1997), para a qual se recebeu a visita de três missões de supervisão e de dois consultores do Banco Mundial, que resultou na prorrogação do contrato para 31 de dezembro de 1997. A Unidade já iniciou as negociações para estendê-la até 31 de dezembro de 1998.

Em 1997, foram realizados estudos para a definição do modelo institucional para o Sistema de Gestão da Bacia do Alto Iguaçu, incluindo elaboração de anteprojeto de lei versando sobre Instituição de Política Estadual de Recursos Hídricos e Criação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e outros estudos dirigidos à definição do Sistema Regional de Transferência de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Curitiba, que será licitado na modalidade de concessão aberta ao setor privado.

Do total de US\$ 221 milhões de investimentos previstos para o Prosam até o final de 1997, foram desembolsados cerca de US\$ 141 milhões, dos quais US\$ 62 milhões foram recursos do Banco Mundial (Bird).

#### 4.2 CENTRO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL/ESCRITÓRIO BRASIL - CHINA (CCI/EBC)

Ao longo de 1997, o CCI/EBC atuou como agente facilitador e fomentador das relações comerciais, econômicas, de cooperação científico-tecnológica e culturais com a China e continuou desenvolvendo atividades que contribuíram para ampliar tais relações com esse país.

Essas atividades, que decorreram dos compromissos governamentais assumidos nos acordos e protocolos de intenções assinados, podem ser assim sintetizadas:

##### a) ampliação das relações comerciais/econômicas:

- apoio aos contatos estabelecidos entre a missão chinesa chefiada pelo Secretário da Indústria e Comércio da Província de Zhejiang (província-irmã do Paraná, conforme convênio de fraternidade assinado em 1986);
- apoio à visita da delegação chinesa chefiada pelo prefeito da cidade de Zhengzhou (capital da província de Henan), ocorrida em 23 e 24 de junho de 1997;
- visita da missão chinesa chefiada pela vice-governadora da província de Hunan, realizada de 13 a 15 de abril de 1997;
- apoio técnico aos contatos mantidos entre uma missão empresarial chinesa, de gerentes da CNIEC-China National

Nonferrous Metals Import & Export Corporation, com sede em Beijing, e a empresa paranaense Minas Forte, no período de 8 a 12 de dezembro;

- apoio à Associação de Sericultores de Nova Esperança em suas negociações com a China Academy of S&T Development, Zhejiang Branch, visando implantar aqui uma unidade de fiação de seda sino-brasileira para produzir anualmente 160 toneladas de fio de seda;
- participação de técnico do CCI/EBC como representante da SEPL no Grupo de Trabalho, também integrado pelo Iparde/SICT/Cexpar, que está organizando a base de informações estatísticas sobre comércio exterior do Paraná, bem como analisando tais informações a fim de preparar publicação periódica sobre o assunto.

##### b) ampliação das relações de cooperação científico-tecnológica:

- intermédio das relações da SEAB com o Instituto de Aqüicultura de Água Doce da Província de Zhejiang, auxiliando a Secretaria na execução do Acordo de Cooperação em Aqüicultura, assinado em setembro de 1996 pelos governadores do Paraná e da província de Zhejiang;
- relativamente à aqüicultura de água salgada, recebimento de duas delegações chinesas, uma do Instituto de Oceanologia de Qingdao, província de Shandong, e outra do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento dos Recursos do Mar, da província de Guangdong;
- em dezembro, uma delegação da Universidade Médica de Zhejiang visitou o Paraná, tendo o EBC articulado com a Universidade de Londrina/Hospital Universitário e a Universidade Federal do Paraná/Hospital de Clínicas para propiciar o conhecimento mútuo e a identificação de projetos de cooperação, que poderão ocorrer no futuro, dependendo do andamento das negociações.

c) ampliação das relações culturais:

- apoio à realização de exposição de fotografias sobre a província de Zhejiang, promovida pelo Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina. O EBC cedeu as fotos a esse Núcleo, que lhe foram encaminhadas por aquela província;
- negociação com o lado chinês sobre o apoio interno às apresentações da Orquestra de Câmara Brasileira, integrada por músicos da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, que deverá levar à China peças clássicas da música brasileira, projeto já incluído no Acordo Brasil-China para a área cultural.

d) outras atividades:

- coordenação da Comissão Técnica que dá respaldo ao Fórum Paranaense do Complexo da Seda (instituído pelo Decreto Estadual nº 3.241/97), cuja presidência coube ao Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;
- apoio a representante de grupo de investidores canadenses na área da indústria florestal, que visitou o Paraná em novembro. Obteve aqui as informações técnicas solicitadas, bem como teve a oportunidade de contatar com os mais adequados interlocutores, visando à implantação de uma unidade industrial no Paraná.

#### 4.3 COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL (CPN)

A CPN, como unidade polarizadora das ações integrantes do processo de mudança organizacional no âmbito do Poder Executivo Estadual, desenvolveu estudos visando ao aprimoramento e ao ajuste do aparato governamental às exigências conjunturais e técnicas, bem como às potencialidades e vocações setoriais do Estado.

Foram realizadas as seguintes atividades:

- a) elaboração de propostas de adequação das estruturas e a conseqüente formatação de leis, decretos, estatutos, regulamentos e regimentos internos para vários órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;

- b) participação na elaboração de diversos decretos e em grupos de trabalho e efetuou pronunciamentos sobre anteprojetos e projetos de lei, sobre a instalação e desmembramentos de escritórios regionais, e em outros assuntos correlatos;
- c) participação na elaboração dos anteprojetos de lei de criação do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor e Direitos Difusos (Procon/PR) e na instituição dos Serviços Sociais Autônomos - Paranaeducação e Hospital Universitário do Oeste do Paraná;
- d) participação, ainda, na coordenação do grupo de trabalho do Estudo sobre a Regionalização Administrativa do Estado do Paraná, no grupo de trabalho para implementação do Modelo de Gestão de Recursos Hídricos e na concepção e implantação do Sistema de Acompanhamento de Projetos e Atividades (APA), no âmbito do Poder Executivo Estadual.

A CPN vem buscando soluções alternativas para a problemática institucional no contexto estadual, de modo a possibilitar a otimização das estruturas, comprovadamente necessárias à ação governamental, mediante a implantação de novos mecanismos de gestão.

No decorrer de 1997, a CPN promoveu a manutenção e a reformulação do Sistema de Legislação Organizacional (LOP), do Sistema de Estrutura de Governo (EGO), e a publicação do Cadastro Organizacional do Poder Executivo Estadual.

#### 4.4 CENTRO DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DO GOVERNO (CCPG)

O CCPG em 1997 concentrou esforços no sentido de o Governo do Estado ultrapassar obstáculos, no Senado e no Banco Central, referentes à aprovação dos pedidos de crédito externo junto ao Banco Mundial, BID e OECF.

O entrave político enfrentado pelo Governo do Paraná no Senado Federal demandou do CCPG uma série de atividades voltadas ao levantamento de informações e à produção de documentos e pareceres técnicos que, de um lado, respaldaram os avanços na questão dos empréstimos na Câmara Alta e, de outro, propiciaram segurança na continuidade das negociações com as instituições de crédito, inclusive em termos de prorrogação de prazos contratuais de assinatura de acordos.



Vencidas essas etapas, o CCPG procedeu a todos os encaminhamentos contratuais e protocolares exigidos para que o Estado pudesse firmar os Acordos de Empréstimo, junto às três instituições internacionais de crédito.

A par dessas intervenções, o CCPG recebeu ao longo do ano nove missões técnicas das instituições internacionais de crédito, as quais vieram avaliar procedimentos que antecedem à implementação de ações, revisar pré-condições de assinatura dos Acordos de Empréstimo e preparar relatórios solicitados por suas diretorias. No tocante ao Paraná 12 Meses, também foram recebidas missões técnicas dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo e do Paraguai, com vistas à transferência das experiências paranaenses.

Por outro lado, os encaminhamentos dados pelo CCPG aos três projetos (Paraná 12 Meses, Proem e Paranasan) garantiram o alcance de um estágio que assegurou ao Governo do Estado a possibilidade de aplicação de recursos referentes ao retro-financiamento e à contrapartida: no Paraná 12 Meses, foram investidos US\$ 25 milhões (US\$ 20 milhões só em 1997); no Proem, outros US\$ 2,2 milhões; e no Paranasan, mais US\$ 8 milhões.

No decorrer de 1997, ainda em relação aos projetos em questão, o CCPG implementou ações e estudos, entre os quais, a Avaliação das Primeiras Vilas Rurais e o Estudo de Factibilidade de Implementação de um Sistema de Recuperação de Apoio Financeiro do Componente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (ambos solicitados pelo Banco Mundial); preparou relatório final do Paraná Rural; procedeu a trabalhos voltados à participação do Estado no Programa Federal de Recursos Hídricos; coordenou estudo interinstitucional sobre impactos da poluição ambiental causada por dejetos de suínos; e elaborou convênios operacionais para contratação, execução, acompanhamento e fiscalização de obras civis do Proem.

#### 4.5 COORDENADORIA DE ESTUDOS E PROJETOS (CEP)

Além da emissão de diversas informações e pareceres técnicos destinados a subsidiar decisões da alta direção da SEPL e da participação com membros na Comissão Técnica do programa Paraná Mais Empregos, no Conselho Estadual de Assistência Social e no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, a Coordenadoria desenvolveu em 1997 as seguintes atividades principais:

- Coordenação técnica do programa Comunidade Solidária no Paraná, programa sob a responsabilidade do governo federal, voltado ao atendimento da população carente dos municípios

mais pobres do Estado. Em 1997, foram beneficiados 82 municípios paranaenses com programas nas áreas de educação, redução da mortalidade infantil, alimentação, desenvolvimento urbano, apoio à agricultura familiar e à geração de renda, além da distribuição de mais de 1 milhão de cestas básicas de alimentos. Nesses 82 municípios, foram aplicados, em 1997, cerca de R\$ 90 milhões.

- Coordenação da formulação, pelas secretarias e órgãos do Estado, de projetos aos ministérios, objetivando a inclusão dos mesmos no Orçamento Geral da União – 1998. Encaminhamento dos pleitos aos diversos ministérios e acompanhamento de suas tramitações na área federal.
- Acompanhamento da execução do Orçamento Federal e identificação de oportunidades para a apresentação de projetos setoriais aos ministérios, objetivando o aumento de participação do Estado nos recursos federais.
- Elaboração do documento Programas e Projetos do Governo do Paraná - Guia de Acesso aos Municípios.
- Coordenação e consolidação do documento Mensagem de 1997 à Assembléia Legislativa – Relato das Principais Ações e Programas de 1996.